



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 2025/05	DATA: 8/12/2005
INÍCIO: 10h50min – Com intervalo	TÉRMINO: 16h36min	DURAÇÃO: 04h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h28min	PÁGINAS: 141	QUARTOS: 54

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ NILSON DOS SANTOS, JOSÉ CARLOS NAGOT, DANIEL BARBOSA - Testemunhas arroladas pelo Deputado Pedro Canedo, Relator do Processo nº 15, de 2005 (Representação nº 52), instaurado contra o Deputado Professor Luizinho;
JACINTO DE SOUZA LAMAS - Testemunha arrolada pelo Deputado Chico Alencar, Relator no Processo nº 18, de 2005 (Representação nº 55, de 2005), instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

SUMÁRIO: Oitiva de testemunhas.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de imagens.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 72ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 71ª reunião.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

Os que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, queria comunicar a V.Exa. e aos demais membros do Conselho que ontem, na sessão, logo após o processo de votação da PEC nº 07-B, o Deputado Henrique Fontana, Líder da bancada do PT, numa postura muito ética, elegante, que é característica do seu comportamento, me procurou no plenário e pediu um diálogo para comunicar que a bancada do PT havia solicitado que, na qualidade de Líder, ele entrasse com um pedido para restituição das duas vagas, aqui no Conselho de Ética, que estão sendo ocupadas hoje pelo Deputado Chico Alencar e por mim, como Deputados do PSOL, dizendo que não se tratava de nenhuma questão pessoal da parte dele, que ele queria deixar isso bem claro, mas que o PT ia buscar de volta as suas vagas.

Eu argumentei com ele. Disse a ele: Você tem clareza de que essas vagas não são do partido? O partido indica, mas os membros são eleitos, até porque os partidos podem indicar pessoas de outros partidos para serem eleitos. Ele disse que sabia e que queriam correr o risco.

Então, eu lamento a posição do PT nesse caso, que tem procurado e sinalizado uma postura muito mais de manutenção de interesses no Conselho em defesa de sigla partidária e não da isenção dos seus membros. E o Conselho tem,



no conjunto dos seus membros, se comportado dessa forma. Informei a ele que tanto eu quanto o Deputado Chico Alencar vamos lutar até o último momento pelos nossos direitos, uma vez que já há uma decisão na CCJ de que os membros do Conselho têm mandato. Ele, de forma muito educada, disse que tem conhecimento, mas que era uma decisão partidária. Ele, na qualidade de Líder, ia cumprir.

Então, Sr. Presidente, para informar ao conjunto dos membros do Conselho e a V.Exa. que nós estamos confiantes de que o Presidente Aldo não vai passar por cima de uma decisão já adotada pela CCJ. E também temos convicção de que a CCJ não vai alterar a sua decisão por uma questão de conveniência, porque no Parlamento e na política não se pode viver de conveniências, mas de coerência. Essa é a nossa expectativa. Então, em breve é possível que V.Exa. seja informado de uma medida dessa natureza.

Também por questão de lealdade com o conjunto dos companheiros aqui do Conselho de Ética, eu estou trazendo essa questão a título de informação e para que nós não sejamos pegos de surpresa, caso — não acredito que vá ocorrer — ocorra algum tipo de manobra nesta Casa para fazer com que determinados interesses prevaleçam, a despeito da motivação e da constituição do Conselho de Ética.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria de informar a V.Exa. que esta Presidência não recebeu requerimento nenhum até agora. E antes de iniciarmos...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como eu faço parte dessa situação e desse contexto, queria apenas agregar ao que o meu companheiro Deputado Fantazzini disse outras observações. Sei que o Deputado Henrique Fontana até indagou ao Deputado Fantazzini pela minha presença ali. No momento, eu estava fora do plenário, mas ele, cordato e franco, fez comunicar a mim também essa decisão do partido, da bancada. Conversei com alguns colegas.



Eu tenho muitos amigos dentro do PT. Quero tê-los sempre, até porque temos ideais comuns e, por coincidência, quero crer, todos esses que eu consultei não sabiam dessa deliberação de bancada. Mas isso não é tão importante. Isso é uma decisão que o Líder comunica, tomada por qualquer instância do PT, e é um direito do partido requerer vagas no Conselho para a sua titularidade, porque é um direito democrático. Qualquer partido pode pleitear a substituição de pessoas que ele tenha indicado. Entretanto, o art. 7º do Código de Ética fala explicitamente em mandato de 2 anos.

Em segundo lugar, nenhum de nós está aqui... E eu até, sempre que me lembro, porque sou um homem meio chegado aos símbolos, procuro retirar o escudinho partidário quando venho para as sessões do Conselho — do qual tenho a honra de participar desde a Presidência do Deputado Orlando Fantazzini, tão digna, dedicada e empenhada quanto a de V.Exa. Eu procuro tirar o escudinho partidário. Aliás, hoje mesmo já o fiz.

Por que eu guardo no bolso sempre que me lembro e deixo apenas o escudinho de Deputado? Porque ninguém está aqui para defender o projeto partidário, qualquer projeto de lei. Esta não é uma Comissão Permanente da Casa, com caráter terminativo até em relação a alguns projetos. Não. É um Conselho quase que de consulta da Mesa Diretora e do próprio Plenário sobre processos disciplinares. Então, aqui estão Parlamentares cujo programa partidário defende o capitalismo, defende o socialismo, o social-liberalismo, muitas idéias, muitos projetos de sociedade. Mas nós aqui nos despimos dessa condição de partidários do PP, do PFL, do PT, do PMDB, do PSOL, para trabalharmos em cima do Código de Ética e Decoro Parlamentar. Os processos são específicos.

Sinceramente, o Deputado Orlando Fantazzini, por exemplo, um dos que pode deixar de ser titular deste Conselho se essa intenção do PT prosperar, é inegavelmente uma figura dedicada, empenhada, de notável saber jurídico e político. Seria uma perda para o Conselho e para a Casa esse tipo de substituição. Será que o erro dele foi nos votos que ele proferiu? Aí eu tenho o direito também de suspeitar que essa iniciativa é para controlar os votos no Conselho, o que é inadmissível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço a V.Exa. e vou aproveitar também esta oportunidade porque, lendo os jornais de hoje, senti que



alguns meios de comunicação não entenderam bem o que o Conselho pretende fazer. Eu quero fazer um pequeno histórico, e rapidamente. Nós todos do Conselho nos reunimos e o nosso objetivo era levar até a Mesa da Câmara o que nós pensávamos. A idéia nossa... e foi sugestão do Conselho que a Câmara dos Deputados tenha uma autoconvocação não remunerada. Esse foi o primeiro trabalho nosso.

Verificamos — e a Mesa verificou — que não havia possibilidade. Então, nós estamos aguardando. Havendo convocação, nós do Conselho vamos trabalhar normalmente todos os dias; não havendo convocação, nós não podemos trabalhar. Quer dizer, é diferente. Nós queremos, mas não podemos.

Então, eu estou sugerindo — todos os Relatores já conversaram comigo, todos os membros do Conselho querem trabalhar —, nós vamos nesta semana e na semana que vem apressar todo o nosso trabalho, sem exceção. E, no dia 15 de fevereiro, alguns Deputados e alguns Relatores vão poder inclusive ler o seu relatório. Então, no dia 15 de fevereiro, tenho a impressão de que quase todos os Relatores já terão condições de ler os seus relatórios. E, em seguida, marcaremos a votação desse parecer.

Nós estamos trabalhando empenhados. Hoje é a 72ª sessão. Estamos empenhados. Eu mandei fazer o levantamento de quantas pessoas foram ouvidas aqui, o que nós fizemos neste ano, para mostrar o nosso trabalho efetivo. Em momento algum o Conselho de Ética desejou parar o seu trabalho. Nós vamos trabalhar nesta semana e na semana que vem, até o último dia dos nossos trabalhos. Se for dia 16, vai ser até o dia 16; se for dia 22, até o dia 22. E vamos aguardar uma resolução da Mesa da Câmara e dos Líderes partidários. Não cabe ao Conselho de Ética convocar a Câmara ou o Congresso. Nós vamos simplesmente aguardar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, em apoio a V.Exa. Inclusive há que se entender que, além de o Conselho não poder tomar essa decisão, e ainda que a Câmara venha a funcionar por um prazo mais próximo às festas natalinas, é praticamente impossível. Nos dias normais não estamos conseguindo trazer as testemunhas. Imagine se nós vamos conseguir trazer alguém



aqui na véspera do Natal para prestar depoimento. Se se recusam já no mês de novembro, outubro, setembro, a comparecer, menos ainda...

Então, não significa que o Conselho não queira trabalhar. Nós temos problemas sérios; problemas de não podermos intimar e convocar testemunha. Temos de trabalhar com isso. E aí a gente pede que a imprensa também atente para esses aspectos porque, no meu caso, do Benedito Domingos, é a terceira vez que nós estamos tentando, só no processo do Deputado Pedro Henry, trazê-lo para prestar depoimento na próxima terça-feira, que será a última, dentro daquilo que o Deputado já havia colocado. O Deputado Jairo tentou por várias vezes.

Então, nós dependemos também das testemunhas e também temos de ter a cautela de não aceitar determinado jogo, se não isso pode levar à preclusão do prazo sem que a gente conclua os processos.

Algumas pessoas da imprensa me perguntaram se o fato de nós não estarmos atuando nesse período não era para favorecer. Olha, nem para favorecer, tampouco para prejudicar. Agora, nós também não podemos ser irresponsáveis de propor atuar num período em que não temos como localizar as pessoas — elas estão viajando, estão fora — e deixar o prazo correr para que chegue à preclusão. Aí, sim, pode-se entender que é ação premeditada de favorecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu também queria comunicar a V.Exas. que faltam 3 Deputados a serem ouvidos: o Deputado Mentor, o Deputado Vadão e o Deputado Janene. Na semana que vem, na terça e na quarta-feira, ouviremos o Deputado Mentor e o Deputado Vadão. E o Deputado Janene, quanto ao problema da notificação, cuja Relatora é a Deputada Angela, eu vou deixar para a Mesa da Câmara. Realmente, o Deputado ligou para o Conselho; um assessor dele disse que o advogado viria ao Conselho receber a notificação e não veio nesta semana. Esperei segunda, terça, quarta-feira e hoje. E até agora não chegou.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Jairo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, eu tive notícia de que o nobre Deputado José Janene ofereceu as suas propostas de emenda ao Orçamento. E isso, se é verdade, eu peço que seja certificado, pois constitui um fato



grave para uma providência enérgica da Mesa em relação às tentativas de frustração deliberadas. E aí se comprova a má-fé, no instante em que ele, se realmente ofereceu as suas emendas, assinadas por ele; e ele criou embaraço, dificuldades ao trabalho que estamos realizando. Eu considero isso um delito de conduta política, que tem de merecer uma providência enérgica da Mesa da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu já encaminhei à Mesa da Câmara. E existe uma possibilidade, a partir de segunda-feira, de nós encaminharmos ao Paraná um médico da Casa, acompanhado de um funcionário do Conselho, para ele ser notificado. Nós vamos seguir o Código de Processo Civil. Se ele estiver hospitalizado, sem condições de receber, não vai poder receber a notificação. Caso contrário, logicamente será notificado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu estou entendendo que V.Exa. está acatando a proposição do Deputado Jairo, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Porque quem está impossibilitado para receber uma notificação, menos ainda estará habilitado para a elaboração de emendas orçamentárias. Quer dizer, então, se há saúde para apresentar emendas para direcionar 5 milhões de reais, deve também ter saúde para receber uma notificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sem dúvida nenhuma.

Além disso, Srs. Deputados, nós temos ainda 34 pessoas para serem ouvidas. Hoje nós ouviremos diversas. Na segunda, na terça e na quarta-feira. Vamos tentar até o final da semana que vem ouvirmos umas 20 pessoas. Então, ganharíamos muito tempo para, quando chegarmos ao dia 15 de fevereiro, V.Exas., que são Relatores, terem condições de ler o parecer.

Pois não, Deputado Benedito.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Apenas para tecer alguns comentários com relação a essas duas observações que foram feitas pelo nobre Deputado Jairo e pelo Deputado Fantazzini.

Cada Parlamentar dispõe de um grupo, de um número de assessores. É evidente que o Deputado Janene não tem vindo a Brasília. Nós, que somos



companheiros do mesmo partido — e ele como nosso Líder —, não temos tido a menor possibilidade de ter contato com o Deputado. É evidente que, quanto ao problema de subscrever as emendas, o Deputado está hospitalizado... Eu estava conversando há poucos instantes aqui com a Deputada Angela que até por telefone, quando a gente trata de qualquer assunto com ele, em 2 ou 3 minutos ele começa a cansar. O problema dele é grave. Realmente ele está ausente de Brasília. E, quanto ao problema das emendas, lógico que os seus assessores poderão ter ido até onde ele se encontra hospitalizado ou em casa, em repouso por recomendação médica, e ele lá tenha subscrito. Quer dizer, ele está realmente com um problema sério de saúde. Agora, lógico que, quanto às suas condições de fazer uma assinatura, é evidente que não é o caso, porque ele não está com atestado de, vamos dizer assim, paralisia de membros.

Então, queria só fazer ver isso. Não é tampouco para criar qualquer tipo de dificuldade para o Conselho, porque todos nós temos tido o interesse maior de que todos possam ser notificados para dar seqüência ao seu processo. Então, eu quero só fazer ver essa observação de que não há por parte do Deputado, parece-me, esse tipo de procrastinação ou de irresponsabilidade, criando dificuldades para o Conselho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento dos Srs. José Nilson dos Santos, José Carlos Nagot e Daniel Barbosa, testemunhas arroladas pelo Deputado Pedro Canedo, Relator do Processo nº 15, de 2005, instaurado contra o Deputado Professor Luizinho.

Convido, inicialmente, o Sr. José Nilson dos Santos para comparecer, por favor; e o Deputado Pedro Canedo. Aqui, por favor. (*Pausa.*)

Eu convido o advogado Márcio Silva também para comparecer. Encontra-se também o Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO - Sr. Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO - Eu tive orientação de não comparecer e tive orientação de comparecer. Qual é a dúvida? De que a minha presença pudesse se apresentar ao Conselho como uma atitude de querer criar constrangimentos. Então, eu estou à disposição. Eu até, fisicamente, vou me colocar em situação para que se evite qualquer dúvida ou qualquer possibilidade de interpretação.

Mas, se o Conselho convir de que a minha presença... porque eu estou plenamente representado; passei a procuração ao meu advogado, para que eu inclusive não tenha nenhum papel aqui hoje. E aí os senhores é que... mas estou aqui nessa condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, não há problema não. V.Exa. pode permanecer...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - ... como outros Deputados já permaneceram...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO - A orientação para que eu pudesse estar ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - ... nas oitavas das testemunhas.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO - ... foi muito rica e consistente. Por isso que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - De forma alguma. É até um prazer para nós.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria também de lembrar a todos que esta reunião deve continuar, às 14h, com a oitava do Sr. Jacinto Lamas, testemunha arrolada pelo Deputado Chico Alencar e Relator da representação instaurada contra o Deputado Wanderval Santos.

Então, nós vamos inicialmente ouvir... Antes, porém, eu gostaria de ler o termo de compromisso:



“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 15, de 2005 (Representação nº 52, de 2005), instaurado contra o Deputado Professor Luizinho.

Sala das reuniões, 8 de dezembro de 2005.

José Nilson dos Santos”.

Por favor, o senhor assina aqui.

Com a palavra o Relator, Deputado Pedro Canedo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sr. Presidente, Ricardo Izar; Sr. José Nilson; Dr. Márcio; Sras. e Srs. Deputados membros deste Conselho.

Sr. José Nilson, eu entendi ser importante a presença de V.Sa. aqui neste Conselho para que nós possamos, dentro deste processo em que o Representado é o Deputado Professor Luizinho, ter informações a respeito desse saque de 20 mil reais que V.Sa. fez no Banco Rural.

Eu gostaria de ir já iniciando as perguntas, porque quero permitir que os membros deste Conselho também façam as suas perguntas. Quero fazer algumas neste momento, Sr. Presidente. E, quando me for dada a palavra no momento final, após as perguntas que certamente serão feitas pelos nobres pares, eu gostaria de novamente terminar as perguntas que eu deixei para o final.

O senhor trabalha com o Deputado Professor Luizinho? Trabalha no...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Trabalhei, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor era lotado no gabinete do Professor Luizinho aqui em Brasília?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, eu era lotado aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo. Prestava serviços onde?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Em São Paulo, na região do ABC.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Essa era uma dedicação exclusiva sua com o gabinete do Deputado Professor Luizinho, mesmo prestando serviços fora



do gabinete, em São Paulo, o que é normal? Mas é dedicação exclusiva essa sua atuação? O senhor tem outra atividade? O senhor tem outra profissão? Que profissão o senhor... Além de ser assessor parlamentar, o senhor trabalha em alguma outra atividade?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Atualmente não estou trabalhando. Estou desempregado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Durante o período em que o senhor esteve trabalhando com o Professor Luizinho, o senhor exercia alguma outra atividade?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nem política? Sempre trabalhando... O senhor era 100% exclusividade ao Professor Luizinho?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, eu trabalhava para o Professor Luizinho. Política assim... Eu tenho uma relação política. Eu sou um militante político dentro do ABC.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Um militante político dentro do ABC?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim, mas o senhor tem algum outro... vamos assim dizer, algum outro líder político, algum outro chefe? Ele é um Deputado Federal. O senhor tem outro Deputado Estadual a quem o senhor presta serviço?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor é filiado ao Partido dos Trabalhadores de Ribeirão Pires?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhor. De Santo André.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - De Santo André. O senhor é filiado ao partido em Santo André. Muito bem.

O senhor sempre recorria ao Deputado Luizinho, dentro das suas ações políticas? O senhor sempre recorria a ele pra perguntar se podia fazer alguma coisa? O senhor só trabalhava pra ele ou o senhor trabalhava para outros Parlamentares também? Deputados Estaduais...



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, eu só trabalhava pra ele. Mas nem sempre. Eu tinha liberdade política pra tocar o trabalho e...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Qual trabalho? Qual trabalho?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Trabalho de assessoria do Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - De assessoria do Deputado? O trabalho que o senhor fazia era essencialmente...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu era assessor do Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - ... de assessoria para o Deputado. Cem por cento do seu trabalho era assessorar o Deputado?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O meu trabalho...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Todas as suas ações políticas eram...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu era assessor do Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - ... no sentido de assessorar o Deputado?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu era assessor do Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim. Eu gostaria de saber se todas as suas ações políticas como assessor do Deputado, se essas ações eram para beneficiar a ação política do Deputado. O papel de um assessor é atender ao que o seu chefe lhe determina, mas sempre as ações são feitas no sentido de beneficiar a ação política dele. Gostaria de saber se o senhor fazia isso ou se o senhor tinha outras iniciativas. Se o senhor trabalhava para o PT de Santo André, independente disso. Eu quero deixar o senhor bem à vontade.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Veja bem, Deputado. Eu sou um militante político antes de trabalhar com o Deputado. Eu tinha uma função política e, quando o Deputado me convidou pra trabalhar com ele, ele sabia disso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor já era filiado ao PT?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Já era filiado ao PT. Eu exercia uma função política na CUT, onde eu militei por vários anos, e o Deputado sabia disso. Então, eu tinha iniciativas próprias de acompanhar o movimento sindical, acompanhar os movimentos populares, por iniciativa própria. E o Deputado sabia disso.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor tinha a intenção de se candidatar?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu tinha, sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - A que cargo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ao cargo de Deputado Estadual.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nestas eleições agora de 2006?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nas eleições de 2006? Perfeito.

O senhor conhecia toda a cúpula diretiva do PT, nacional?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, nem todos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO Não. O tesoureiro de então, Delúbio Soares, o senhor tinha conhecimento pessoal com ele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O Delúbio, sim. Na época em que eu militei na CUT, eu tive uma forte relação de trabalho e de amizade com o Delúbio. Isso aí foi no passado. Logo após o Delúbio se tornar Tesoureiro do PT, eu me mantive distante dele. Não tive esse relacionamento constante com o Delúbio.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nessa época, o senhor se lembra, já havia... o senhor se lembra dessa época em que o senhor trabalhava na CUT, antes de trabalhar com o Deputado Professor Luizinho, se já havia essa prática de receber dinheiro — não o senhor, ou às vezes o senhor —, de receber dinheiro vivo do Diretório do PT ou ser orientado para buscar um dinheiro para alguma ação política, algum evento que fosse realizado?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não?

O senhor tinha autorização do Deputado Luizinho para agir por iniciativa própria? O senhor tinha essa liberdade para poder agir por iniciativa própria?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu tinha essa liberdade para fazer política por iniciativa própria, inclusive para apoiar candidatos que não fossem prioritários do Deputado Professor Luizinho. Essa prerrogativa eu tinha. Essa liberdade eu tinha.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não entendi. O senhor tinha a autoridade dele para apoiar outros candidatos, candidatos que não eram da relação, não tinham ligação com ele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isso. Inclusive foi uma... o que eu coloquei para o Deputado, pra eu trabalhar com ele, pra eu aceitar o emprego ou não, foi de eu continuar tendo a minha vida política independente do interesse dele. Eu tinha uma relação política e uma atuação política. Independente dele apoiar ou não, eu poderia apoiar um outro candidato que não fosse do interesse dele.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Mesmo que fosse contrário aos interesses dele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Mesmo que fosse contrário aos interesses dele.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Quando o senhor procurou o Deputado Professor Luizinho para dizer que estava precisando de recursos para fazer a sua ação política, em dezembro de 2003, em dezembro de 2002, o senhor procurou o Deputado Professor Luizinho para dizer a ele que precisava fazer uma ação política e, para isso, precisava de recursos?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Veja bem, Deputado: não foi em dezembro de 2002; foi no meio do ano de 2003. Foi, se eu me recordo, se não me falha a memória, em junho de 2003 que eu procurei o Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Como foi exatamente? O senhor procurou... Tem aqui nos autos, mas eu gostaria de ouvi-lo. Por isso é que nós o chamamos aqui, se não a gente só leria os autos. Como foi que o senhor falou com o Professor Luizinho, seu chefe?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu cheguei ao Deputado e pedi para conversar com ele. E eu disse para ele que eu havia tido uma conversa com um *designer* gráfico, um amigo meu, e que ele havia feito umas ofertas de trabalho — de desenho gráfico, de artes gráficas, um ensaio —, e que eu fiquei interessado. E havia conversado com 3 pré-candidatos, amigos meus, do meu grupo de apoio inclusive, do grupo político meu, e que eu tinha a pretensão de ajudá-los. E o



Deputado, a única resposta que ele me deu foi a seguinte: “*Isso aí não é comigo. Isso é com o PT*”. E não me retornou mais nada, não falou mais nada comigo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Daí essa história só veio... o senhor só veio tomar conhecimento do resultado dessa conversa quando o senhor foi convidado a fazer uma retirada de dinheiro no Banco Rural?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - É. Eu fui até a sede, em dezembro. Eu aguardei. O Deputado não me deu retorno. Só para vocês terem mais claro. O Deputado não me deu retorno.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Deu retorno?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não me deu retorno. Eu tinha conversado com o meu grupo político, e as pessoas estavam me cobrando, perguntando como ia ficar e tal. E aí eu fui até o Diretório do PT e conversei com o Delúbio. E isso aí já foi no final de dezembro. Não me recordo bem a data, mas acho que por volta do dia 18 ou 19 de dezembro — desculpe-me se eu não me recordo a data. E ele me disse que entraria em contato comigo. Deixei meus telefones de contato, os contatos, e no dia 23 alguém me ligou em nome dele e me pediu que eu fosse na Avenida Paulista. Passou o número — eu nem me recordava que era Banco Rural —, e que eu sacasse, retirasse essa quantia, esse aporte financeiro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Vinte e três de dezembro, mais ou menos? Antes do Natal?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Antes do Natal.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Tem certeza que foi antes do Natal?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Antes do Natal, tenho certeza que foi em dezembro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Exato. Para quantos mais pré-candidatos do PT o senhor contratou esses trabalhos com *designers*?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Para mais nenhum.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Para mais nenhum. Só para estes 3?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Só para esses 3.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Só para a gente saber, o senhor pegou esse dinheiro... O senhor já tinha contratado serviços gráficos, ou com esse dinheiro o senhor contratou o Sr. Nagot?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Eu tinha conversado com ele e disse para ele que havia interesse de minha parte. A partir do primeiro contato que eu fiz com o Delúbio, no começo de dezembro, na primeira semana de dezembro, é que ele me autorizou a fazer o serviço e eu voltei a conversar com o José Carlos Nagot e pedi para que ele... Falei: *"Pode fazer o trabalho, o Delúbio me autorizou"*.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Mas são comuns esses trabalhos para pré-candidatos? Isso é comum, assim, dentro do PT? É comum fazer trabalho assim? Outros Parlamentares... Quer dizer, outros assessores de Parlamentares ou outros militantes do PT costumam contratar desenhistas para fazer esse tipo de trabalho? O senhor tem conhecimento disso? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Como assim?

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Se o senhor tem conhecimento de que outros militantes do PT, como o senhor, ou assessores de Deputados ou Deputados Federais têm costume de contratar desenhistas para fazer esse tipo de *design*? Em que consiste esse *design* gráfico? As duas perguntas. E em que consiste esse *design*?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Talvez nem assessores. O próprio candidato contrata para poder fazer a logomarca dele. Em véspera de campanha, as pessoas, às vezes, colocam adesivos nos carros e tal. Isso, na nossa região, é constante. Isso aí é comum na cidade, na região do ABC, as pessoas fazerem esse tipo de trabalho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E essa escolha desses 3 candidatos, pré-candidatos, essa escolha foi do senhor? Na hora que o senhor recebeu dinheiro, o senhor consultou o Luizinho se podiam esses 3... o Deputado Luizinho, se podia fazer com esses 3 pré-candidatos... serviços para esses 3?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Eu não consultei. Eu, como disse para o senhor, anteriormente, eu só perguntei para o Deputado Professor Luizinho



se tinha como, em junho, se eu poderia fazer se conseguisse aporte financeiro. Só isso. E nem falei para ele o nome dos candidatos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor pegou esse dinheiro e não comunicou a ele que pegou esse dinheiro?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Eu não comuniquei a ele que eu peguei esse dinheiro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor não trabalhava mais com ele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu trabalhava com ele.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Bom, pelo que eu estou vendo, por ele não ter lhe dado retorno de julho — ou junho — a dezembro, a sua relação com o Professor Luizinho é uma relação... O senhor é um assessor, assim... não é um assessor direto. O senhor me disse que era assessor direto, que só prestava serviço para ele, mas fazia seus trabalhos como militante. Agora, ele não lhe deu retorno? O senhor não tem assim... Ele não tem assim um respeito pela sua atuação? O senhor não é um assessor considerado por ele? O senhor acha que ficar 6 meses sem dar retorno para um assessor, num trabalho deste, não mostra uma dificuldade de relacionamento?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ele tem respeito pelo meu trabalho. Tinha respeito pelo meu trabalho. Mas o que eu percebi da parte dele é que não houve interesse dele de ir atrás do recurso. Por isso é que eu fui atrás.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - É. Até porque o senhor está dizendo que esse trabalho que o senhor ia fazer não tinha nada a ver com ele; não era para candidatos ligados a ele. Não é?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ele tinha outras prioridades que não eram esses pré-candidatos, seriam outros.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E como é que o senhor conheceu o Sr. Nagot?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O Sr. Nagot, ele é um empresário da cidade, um pequeno empresário...



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Pequeno empresário? Estabelecido? Estabelecido?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isto, isto. Ele...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Como é que chama a gráfica dele ou a empresa dele? O senhor sabe o nome?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. A gente conhece por Casé. A gente chama de Casé. Ele chama até de Baré, Casé... Não tem...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ah! Não é um estabelecimento, assim...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não tem...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ele trabalha, inclusive, na casa dele. O escritório dele fica na residência dele.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo. Os 3 pré-candidatos, o senhor os conheceu como? Ribeirão Pires e de Santo André...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Os 3 pré-candidatos... um é de Santo André. Eu milito com ele na cidade de Santo André. Nós somos do mesmo campo, do mesmo grupo político. Os outros 2, um eu militei com ele na época em que eu ainda militava no sindicato, na oposição — eu fui comerciário durante 11 anos da minha vida e, nessa época, a gente, nós tínhamos... montamos a oposição ao Sindicato dos Comerciários do ABC —, que é o Daniel. E eu mantinha contato com ele direto. Eu trabalhava no... Ele trabalhava no Mappin, e eu trabalhava no Grupo Pão de Açúcar, e nós tínhamos contado. A outra era uma candidata mulher; ela militava no movimento de mulheres da cidade, e eu tive contato com ela através do trabalho que ela tinha no movimento de mulheres em Ribeirão Pires.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - A finalidade de ir atrás desses 3 candidatos, e somente desses 3 candidatos, visava já a sua candidatura a Deputado Estadual em 2006?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - É. Visava ao projeto de a gente amadurecer a pré-candidatura do grupo; eu seria o nome mais forte desse grupo, o que teria mais condições.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Algum deles foi eleito?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, o mais bem colocado ficou em primeiro suplente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Primeiro suplente. Próximo do último colocado ou longe? Você lembra?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Próximo: duzentos e poucos votos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E os outros 2?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Os outros 2, um pegou quinhentos e poucos votos; o outro pegou cento e poucos votos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Cento e poucos votos? O candidato a Vereador que o senhor escolheu para ajudar, para dar em torno de 6.666 reais — que foi o que o senhor gastou — teve 176 votos? Foi isso?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Foi isso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Foi isso? O senhor pagou em espécie para o Sr. Nagot, porque o senhor recebeu, foi na boca do caixa, pegou o dinheiro, levou e pagou em espécie os 20 mil para ele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu não peguei na boca do caixa; me orientaram a procurar uma pessoa no banco, que eu não me recordo mais do nome da pessoa; eu procurei essa pessoa — não sei se era gerente ou o que era — e fui lá com os meus documentos, e a pessoa pegou e me fez o pagamento; me deu o dinheiro num envelope, falou que estavam lá os 20 mil, eu conferi o dinheiro e levei embora. Procurei o Zé Carlos, que eu já tinha mandado fazer o trabalho no começo de dezembro, assim que o Delúbio Soares me autorizou, para fazer o pagamento para ele. E como eu não encontrei o Delúbio, ele estava viajando... Delúbio não, desculpe, o José Carlos, eu fui para a minha casa, guardei o dinheiro, aguardei ele retornar de viagem, e assim que ele retornou de viagem eu fiz o pagamento para ele.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Mas não pegou recibo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Então, eu disse para ele que eu ia pegar o recibo, eu queria o recibo, inclusive porque o Delúbio tinha me pedido o



recibo. Só que o Delúbio não me cobrou, eu acabei esquecendo também, e acabei não pegando o recibo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Do dia 22 ao dia 27 de junho deste ano de 2005, o senhor se lembra onde é que o senhor estava, não?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Do dia 22... Julho?

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - É, de julho, mês de férias. Final do mês de julho, do dia 22 ao dia 27 de julho.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ué, eu...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Estava em São Paulo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Santo André.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Santo André, normalmente. O senhor ficou sabendo que o seu nome saiu, no dia 21 ou 22 de julho, como tendo recebido dinheiro, vamos assim dizer, na época — entre aspas — “do mensalão”. Teria recebido dinheiro do chamado valerioduto; depois sabe-se que foi o Delúbio. Seu nome saiu que recebeu esse dinheiro. O Professor Luizinho, seu chefe, estava aqui sendo acusado, desmentindo, pondo a mão no fogo, dizendo que era um homônimo. O senhor não disse nada para ele no dia 22, no dia 23?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O Deputado me perguntou várias vezes se eu tinha ido sacar algum dinheiro, se eu tinha feito algum saque através do Delúbio. Perguntou várias vezes: “*Você pegou algum dinheiro, tal? O pessoal está noticiando o seu nome, tal*”. E eu neguei a ele, disse a ele que eu não tinha pego dinheiro. Por quê? E me permita, Sr. Deputado, o meio de comunicação, ele colocava o seguinte, que esse dinheiro teria sido sacado aqui em Brasília, Distrito Federal. E falava também que tinha um homônimo meu que era um funcionário da Assembléia Legislativa e que se tratava de outro valor. Eu não me recordo o valor. Então, eu pensei comigo: “*Já que é lá de Brasília, já que o valor é outro, já que estão afirmando que o recurso era de outro valor, um homônimo meu, não vai chegar até a mim. Eu vou ficar quieto. Até mesmo uma forma de preservar o meu emprego*”. Preocupei-me no momento. Falei: “*Vou ficar quieto para preservar meu emprego*”. Eu não tinha essa liberdade e não tive a ordem do Deputado de ir atrás do Delúbio para pegar dinheiro nenhum. Então eu fiquei quieto.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Mas quando o Deputado Luizinho te ligou perguntando, você não disse para ele: *“Em Brasília não, mas aqui em São Paulo, em dezembro, eu peguei 20 mil”*. Você não disse isso para ele, não?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu não disse porque eu não achava, na minha cabeça, que não ia chegar até lá. E se não ia chegar até lá, logo de cara, eu pensei comigo: *“É uma forma de preservar meu emprego. Se eu falar para o Deputado, ele vai falar: ‘Bom, você pegou o dinheiro, eu não dei a ordem para você fazer isso, você fez por sua conta’.*” Então eu fiquei quieto. Falei: *“Se eu for falar para o Deputado, ele vai me demitir, eu vou perder o meu emprego. Não vou ser demitido assim, vou preservar o meu emprego”*.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Estou satisfeito, por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer ao Líder. Na lista de inscrições...

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Márcio se quer fazer alguma pergunta.

O SR. DR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Eu gostaria sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros do Conselho, apenas para repisar alguns pontos para melhor esclarecer a questão sob o prisma que entendo necessário esclarecer. Parece que foi esclarecida, nessa primeira parte, a relação com o Delúbio Soares. Eu gostaria apenas que, se fosse possível, o Sr. José Nilson explicitasse o grau de relacionamento dele com o Delúbio, em que época que foi. Se podemos chamar essa relação de pessoal, se ele é seu amigo pessoal ou se tratava apenas de um dirigente partidário.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - A minha relação com o Delúbio se deu a partir do momento que eu comecei a militar na CUT como oposição aos sindicatos comerciais do ABC. Se deu no período de 1986, que eu comecei a militar. Eu comecei a conviver mais com o Delúbio não foi nessa época, foi um pouco para frente, foi a partir de 1990. Eu tive uma forte relação de amizade e de respeito múltiplo entre eu e o Sr. Delúbio. Permita-me até falar aqui. Inclusive o meu apelido no movimento sindical é Zé Lingüiça. As pessoas me chamam de Zé Lingüiça. E ele



me conhecia. E o Sr. Delúbio, ele confiava em mim e ele sabia que poderia contar comigo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Desculpa, eu não entendi. O seu apelido, qual era?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Zé Lingüiça.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Obrigado.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Pelo que foi esclarecido pelo senhor ao Relator, o senhor fez questão de frisar que tinha autonomia de atuação. Mas me parece que houve assim uma certa... Apesar dessa autonomia, eu não sei se há uma certa contradição no fato do episódio do Deputado Professor Luizinho não ter te retornado aquela questão. Dá a entender que você não gozava de muito prestígio na relação com o Parlamentar. Eu gostaria que você esclarecesse, explicitasse o seguinte: primeiro, as suas atribuições no mandato, exatamente o que você fazia, e, em segundo lugar, se esse não retorno, quando você explicitou aqui que fez uma solicitação e não obteve o retorno por um bom tempo. Esse bom tempo do não retorno é porque ele não falava contigo ou era sobre esse assunto que ele não te dava um retorno específico, se você insistiu. Enfim, duas coisas, as atribuições no mandato e essa questão do retorno do Parlamentar.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - As minhas atribuições continuam sendo... Eu, como militante sindical, continuei sendo militante sindical. Eu participava das assembléias de vários sindicatos, eu ia nas portas das fábricas, discutia as questões salariais, encaminhava junto com o sindicato, estava sempre presente nessas relações e com o movimento popular. Essas eram as minhas atribuições. Com relação ao Deputado, eu conversava com o Deputado, sim, sempre conversei com o Deputado, só que o Deputado não me deu retorno. Ele não teve interesse em me dar o retorno desse aporte que eu pedi essa ajuda para ele. Ele não me deu retorno. Ele conversava, mas ele não falava sobre esse assunto e eu ficava meio assim preocupado, o Deputado está em Brasília, uma série de compromissos e tal, não vou tocar no assunto de novo.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Só para esclarecer e ajudar o Conselho a compreender essa questão: como você é muito relacionado com o movimento



sindical, na eventualidade de o movimento sindical escolher um candidato, apoiar um candidato a Vereador num determinado Município, você havia dito que o Deputado Professor Luizinho tinha prioridades de apoio nos Municípios.

Então, gostaria que você explicitasse, primeiro, em que consistia esse apoio que o Professor Luizinho dava aos eventuais candidatos e, num outro sentido, se eventualmente o movimento sindical apresentasse um candidato que não correspondesse ao candidato apoiado pelo Professor Luizinho, qual seria a sua postura?

O SR JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Bom, me falhou a primeira pergunta, desculpa.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - A primeira questão: se eventualmente o sindicato, o movimento sindical escolhesse um determinado candidato, e o Professor Luizinho tivesse escolhido apoiar outro, qual seria a sua postura, uma vez que você é funcionário do Luizinho, deve prestar serviço ao Luizinho, e, por outro lado, você tem autonomia no movimento sindical? Foi o que você disse ao Relator. Gostaria que você explicitasse como seria a sua conduta e como você prestaria contas disso ao Luizinho.

O SR JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu deixei bem claro para o Deputado Professor Luizinho, quando fui trabalhar com ele, que eu tinha o meu trabalho no movimento sindical e que eu tinha os meus candidatos. Olha, só para ficar claro para vocês aqui, para esclarecer, em 1990, o Deputado Professor Luizinho saiu candidato a Deputado Estadual, eu não apoiei o candidato Professor Luizinho. Na época eu apoiei um candidato do movimento sindical. Eu apoiei o Sr. Agenor Narciso, que foi candidato a Deputado Estadual, e não foi o Luizinho. Ele sabe disso, não o apoiei. Se o Professor Luizinho tinha suas prioridades e eu, dentro do meu grupo de apoio, dentro do meu movimento tivesse outro candidato, com certeza eu iria apoiar o candidato do meu grupo de apoio, eu iria apoiar o candidato do meu movimento sindical.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Só complementando, eu queria saber em que consistia... Uma vez que você era assessor do mandato, imagino que você



participasse de reuniões do mandato onde fossem definidas quais eram as prioridades. No que consistia essa ajuda ou apoio do mandato?

O SR JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O apoio do Deputado Professor Luizinho às suas prioridades, elas consistiam em participação do Deputado. O Deputado ia até as atividades desses candidatos, pré-candidatos, e participava das atividades. Consistia pura e somente nisso.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Só mais duas questões, Sr. Presidente. A primeira questão é a seguinte: você declarou aqui perante o Conselho que omitiu do Deputado Professor Luizinho o fato de ter retirado dinheiro, dinheiro esse que foi te indicado pelo Delúbio, a partir do momento em que você viu na imprensa que se tratava de acusações de corrupção envolvendo Delúbio, Marcos Valério e o esquema do mensalão e você sabia que tinha retirado um valor que foi o Delúbio que te passou, você obviamente fez uma relação disso com o dinheiro que você pegou. Eu queria saber o seguinte: mais alguém soube que você omitira esse valor e que você tinha conseguido esse valor com o Delúbio ou você guardou isso só para você, só você que sabia disso?

O SR JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Duas pessoas, o *designer* gráfico. José Carlos sabia, porque, em dezembro, quando o Delúbio me deu o resultado positivo, eu falei para ele que podia fazer, e eu disse a ele que eu havia conseguido o dinheiro no PT com o Delúbio, e o pré-candidato Daniel Barbosa. Eu contei para ele também. Eu disse para ele, ele perguntou para mim: *"E aí, foi o Luizinho que ajudou você?"* Falei: *"Não, Daniel, não foi. Esse dinheiro foi eu que consegui com o Delúbio". Não foi o Luizinho, foi o Delúbio que me ajudou a conseguir esse... que arrumou esse recurso para mim*". Ele falou: *"Mas como que se deu isso aí?"* Eu falei: *"Deu pela amizade que eu tenho com o Delúbio. Se deu dessa forma aí"*.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Para finalizar, Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria apenas de fazer uma observação: que as expectativas geradas na relação empregador/empregado, ela, muitas vezes, não está por todo redigida em termos.

Daí que, eventualmente, as expectativas que o empregador, ainda que levada em consideração a relação partidária da... Trata-se aqui de um filiado, de um militante, não é uma pessoa... não é exatamente um profissional que teria sido



contratado especificamente por suas atribuições profissionais, mas, evidentemente, as expectativas geradas pelo Parlamentar não necessariamente correspondem com as expectativas que o empregado tem em relação ao serviço. Parece-me que, depois de 10 anos, que foi o tempo que ele prestou serviço, havia, evidentemente, um vínculo de confiança e que — há toda evidência — fora quebrado nesse episódio.

Mas só para deixar bem claro isso, qual foi a reação — gostaria que você explicitasse aqui para o Conselho —, qual foi a reação do Professor Luizinho, do Deputado Professor Luizinho, quando ele efetivamente obteve a informação dada pelo Deputado Abicalil de que, efetivamente, era você que havia retirado aquele valor e que ficou absolutamente comprovado? Ele foi inclusive obrigado a reconhecer isso publicamente. Qual foi a reação dele e o que aconteceu na seqüência?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O Deputado, depois que ele teve certeza que fui eu que... de fato era eu que tinha sacado o dinheiro, ele ficou revoltado, ficou bravo, gritou comigo por várias vezes. Disse que eu não tinha essa atribuição, que eu tinha quebrado uma relação de confiança que ele manteve comigo por muitos anos e que eu o traí por ter omitido essa informação, que eu devia... Ele se expôs na imprensa, nos meios de comunicação, dizendo que... negando, e perguntando para mim, e eu negando a ele. E ele ficou muito bravo, ficou revoltado. E disse que ia me demitir imediatamente, que estava vindo para São Paulo e, assim que ele chegasse, já tinha pedido a exoneração.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Mas você efetivamente não foi exonerado ali naquele momento. Você já foi exonerado pelo mandato?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu fui exonerado agora em outubro. Olha, Sr. advogado, eu sou uma pessoa esclarecida. Eu usei as coisas que eu... Eu implorei para o Deputado. Faltei ajoelhar nos pés dele. Pedi a ele que reouvesse. Falei: *“Tudo bem, eu neguei a você, mas eu não sabia, eu peguei o dinheiro do PT; eu tinha o interesse político, é normal. Você sabe disso, que é normal ter o interesse político”*. E eu recorri até da minha filha. Ele conhece a minha filha. Eu tenho uma filha. O Deputado é muito apegado a criança. Eu falei: *“Deputado, se você não aguardar eu arrumar emprego, possivelmente é fatal, minha filha ia passar*



necessidade; minha mãe é doente". O Deputado ouviu o meu clamor e disse que ia dar um tempo para que eu pudesse me organizar. Foi isso que aconteceu.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós temos a lista de inscrições para os debates. O primeiro inscrito é o nobre Deputado Jairo Carneiro.

Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, nobre Relator, Sr. Advogado, Sr. José Nilson, colegas.

Sr. José Nilson, o senhor é religioso?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É, o seu nome mesmo indica: "dos Santos".

O senhor acha que cometeu algum pecado? Porque o senhor, para mim, é o homem-chave dessa história que está envolvendo o Deputado Professor Luizinho. O senhor cometeu algum pecado?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Olha, Sr. Deputado, ao negar ao Deputado, quando ele me perguntou, eu omiti uma informação, eu neguei. Portanto, eu acredito que sim, não é? Cometi.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando é que o senhor conheceu o Deputado Luizinho?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu conheci o Deputado Professor Luizinho... O Professor Luizinho foi Vereador em 1988, se não me falha a memória; 88, 89. Acho que 88. Eu o conheci nessa época. Ele foi Vereador, Presidente da Câmara. Nessa época eu conheci o Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E, na época de Vereador, sua relação, qual era, com ele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, a minha relação com o Deputado era de militante e ele de Parlamentar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não trabalhou com ele naquela época?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Não trabalhei, nem apoiei.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando começou a trabalhar com ele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu comecei a trabalhar com o Deputado em 1995.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quem o indicou?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ninguém me indicou. O Deputado me conhecia, sabia da minha militância na cidade. Ele que... Um assessor dele, o chefe de gabinete, que me procurou para trabalhar com ele.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando o senhor assumiu, disse quais seriam as regras da relação do trabalho, preservando a sua independência para poder agir politicamente, independente da vontade dele, e até eventualmente podendo contrariá-lo? Isso ficou claro quando o senhor assumiu?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu fui claro com ele: eu disse a ele que eu tinha uma relação política e que, muitas vezes, eu... às vezes eu podia apoiar o candidato que não fosse o candidato dele.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E ele aceitou?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ele aceitou. Tanto que eu trabalhei com ele até em outubro agora.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - No escritório... Havia um escritório lá em Santo André?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Qual era sua posição no escritório?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - A minha posição, a minha função, o senhor está dizendo é isso?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - A minha função é fazer o relacionamento com o movimento sindical e com os movimentos populares. É isso.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas era o coordenador do escritório, era o chefe do escritório?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Eu nunca fui coordenador e nunca fui o chefe do escritório.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E havia um coordenador?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, sempre houve um coordenador.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando o senhor diz que cometeu um pecado, o senhor diz, em outros termos, que abusou da confiança do Deputado? É a mesma coisa?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Quando eu digo que cometi um pecado, que eu assumo aqui, é que eu neguei os fatos ao Deputado. Eu tinha medo de perder meu emprego e eu, portanto, neguei.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Praticou outros atos por conta própria?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Apoiei candidatos que não eram prioritários do Deputado. Isso aí eu apoiei.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor pretendia ser candidato a Deputado Estadual?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Estaria disposto a apoiar um candidato a Federal concorrente do Professor Luizinho?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Olha, Deputado, eu sempre buscava no grupo político meu apoio ao Professor Luizinho. Agora, isso aí não era questão-chave. Se alguém do meu grupo de apoio decidisse que ia apoiar um outro Deputado Federal, eu não ia estragar meu relacionamento com ele por conta disso. Agora, eu ia, sim, buscar o apoio ao Professor Luizinho; ia pedir o apoio, para que nós saíssemos com a mesma posição.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Continua pré-candidato a Deputado Estadual?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhor. A minha vida mudou muito. Hoje eu não teria as menores condições.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Por enquanto, a conclusão que eu tenho até agora é de que o santo é o Professor Luizinho.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Como que é? Não entendi.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ah, tá.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O dinheiro, o senhor assinou recibo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu assinei, sim. Assinei um... uma folha em branco. Acho que era um recibo, sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não tem cópia?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Oi?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não tem cópia?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não me deram nada. Eu fui lá...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor leu o que tinha escrito?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu não... No momento, eu até li. Eu não me recordo. Estava o meu nome lá, o valor de 20 mil reais...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O valor de 20 mil?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isto.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E dizia quem era que estava dando o dinheiro?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não dizia.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor não se preocupou se fosse, digamos, alguém vinculado à máfia, ao tráfico de drogas tivesse esse documento que pudesse ser usado contra o senhor amanhã? O nome de alguém que estivesse lhe dando essa ajuda?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Deputado...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor não se preocupou com isso?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Me permita o nobre Deputado: eu não... Eu tinha uma relação de muita confiança com o Delúbio. Eu confiava no Delúbio. Eu, naquele momento, eu tinha certeza que o dinheiro vinha do PT e que o dinheiro era do PT.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor já assinou outros papéis assim, sem ler? *(Pausa.)*



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - É difícil eu assinar papel sem ler. Naquele momento, eu assinei, pela relação de confiança e amizade que eu tinha no Delúbio.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quem o avisou para ir ao banco?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu não me recordo o nome da pessoa, mas foi alguém em nome do Delúbio. Falou em nome do Delúbio.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não se lembra. Foi por telefone? Como foi a mensagem?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Foi por telefone.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor tem esse registro no seu telefone? Pode identificar o número de quem fez essa ligação?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Se eu tenho o registro?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor poderia trazer para o Relator? Ligaram para o senhor.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ligaram para mim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, deve aparecer o registro de uma ligação. O senhor poderia trazer para o Relator?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O número do telefone?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O problema é que não me lembro se ligaram no meu celular ou no escritório do Deputado Professor Luizinho. Acredito que foi no próprio escritório. Mas eu posso trazer, sim. Não tem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Acho que realmente, pelo que V.Sa. está expondo aqui, o Professor Luizinho foi muito benevolente, a não ser que o senhor tenha ido trabalhar com ele por imposição. Faço um paralelo entre uma religião, que tem o seu dogma e que impõe a um Deputado fazer tudo sem questionar, e o sindicato, que tem essa força para impor também que seja feito tudo sem questionamento. Ficaria imaginando que o senhor foi trabalhar por imposição da ordem sindical e que Professor Luizinho não teria maior condições de resistir à sua indicação. O que o senhor diz sobre isso?



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu diria que não. Eu diria que o meu trabalho, a minha militância na região, fez com que o Deputado me convidasse para trabalhar com ele. Foi isso, se deu única e exclusivamente através do meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. José Nilson, muito obrigado pela sua presença aqui no Conselho para poder esclarecer os fatos. O senhor é assessor do Deputado há quanto tempo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Há 10 anos. Não sou assessor. Fui assessor, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sempre, nesse período, o senhor fazia o mesmo papel: continuava suas atividades sindicais, acompanhando o movimento sindical?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sempre.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Por que o Professor Luizinho teria interesse de manter um assessor que não era fiel a ele no sentido político, fiel politicamente, no sentido de que podia fazer campanha para outros Deputados. Com qual relação? Ele tinha algum interesse em manter essas informações do movimento sindical, saber o que estava acontecendo? Como era essa relação?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sra. Deputada, permita-me, eu não disse que apoiaria outro Deputado. O meu apoio é para o Deputado Professor Luizinho, e eu ia buscar junto a essas lideranças o apoio a ele. Se as pessoas...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe, mas V.Sa. disse aqui que poderia apoiar até alguém que fosse concorrente dele.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu disse que poderia apoiar, o grupo de apoio, um desses pré-candidatos poderia vir apoiar; eu não. Isso eu não disse. Eu sempre busquei apoio para o Deputado Professor Luizinho. Foi isso que eu disse aqui. Se o senhor entendeu isso aí, desculpe, me expressei mal. Não foi isso que eu quis dizer.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nessas eleições, durante esses 10 anos que o senhor trabalhou com o Professor Luizinho, nas duas



campanhas dele o senhor fez campanha, batalhou, pediu voto para o Professor Luizinho?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Nas duas últimas campanhas?

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Isso.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Em 2002 e 1998.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor já estava trabalhando com ele na Assembléia Legislativa?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu comecei a trabalhar com o Professor Luizinho em 1995.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele era Deputado Estadual?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ele era Deputado Estadual.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Já não era mais Vereador?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ele estava no segundo mandato de Deputado Estadual.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, o senhor era assessor dele na Assembléia Legislativa?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu fui assessor dele na Assembléia Legislativa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Lá na Assembléia também fazia essa relação com o movimento sindical?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhora. Fazia.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor dava informações ao Professor Luizinho sobre esse trabalho sindical? *“Olha, a categoria tal está entrando em greve, a categoria tal está pedindo reajuste, tem organização, não tem organização.”*

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, muitas vezes, o Deputado até ia na porta de fábrica.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Durante esse tempo que o senhor foi assessor do Deputado, houve campanhas eleitorais que não foram as que o senhor apoiou. O senhor apoiou um candidato diferente do Deputado? É isso?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - A Vereador, sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O Deputado nunca lhe obrigou a fazer campanha para o candidato que ele preferisse?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, o Deputado, eu tenho uma relação com S.Sa. muito tranqüila. Ele nunca obrigou nenhum assessor dele — não é só eu, nenhum — a apoiar os candidatos dele. Ele nunca fez isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor falou que tinha uma relação tranqüila. Ele é uma pessoa afável ou é de difícil relacionamento? Ele é bravo, briguento? Como ele é?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, o Deputado é uma pessoa que eu tenho a maior admiração e respeito por ele. Ele é uma pessoa tranqüila.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Você já foi candidato a qualquer outro cargo eletivo antes?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sua pretensão era só agora, a primeira vez?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - É, porque tinha outras lideranças a candidato e eu não pretendia disputar com pessoas do meu grupo de apoio.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor continua filiado a algum sindicato?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, eu não continuo, porque não tenho como ser filiado. Eu não pertencço à categoria mais. Eu fui filiado ao sindicato dos comerciários quando era comerciário. Depois, a empresa me demitiu injustamente, porque nós estávamos reivindicando nossos direitos trabalhistas, e, a partir desse momento, eu não tive mais. E o sindicato nem me aceitava mais como sócio dele.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está certo. O senhor falou aqui por diversas vezes que fez contato com o Professor Luizinho, pedindo essa ajuda



para apoiar seus candidatos. O Professor Luizinho falou que não daria essa ajuda ou ele não falou nada? Ele falou: *“Vou pensar e depois eu dou a resposta”*.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - A única palavra que ele me disse foi a seguinte: *“Isso aí não é comigo; isso aí é com o PT, com o Delúbio”*. Só isso. Não falou mais nada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, quando foi essa primeira conversa, o senhor sabia que ele não iria arranjar dinheiro, que não ia arranjar ajuda financeira para seus candidatos?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu sabia. Ele deixou claro que não tinha o menor interesse.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nesse período de tempo, entre o momento que o senhor conversou com ele até dezembro, o senhor não ficou esperando que ele arranjasse o dinheiro para o senhor? O senhor sabia que não ia dar?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu sabia que ele não ia arrumar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Como foi a oportunidade de encontrar com o Delúbio e pedir essa ajuda para ele, que ocorreu em início de dezembro, pelo que o senhor falou?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isso. Foi em início de dezembro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor procurou o Delúbio? Tinha encontrado com ele por acaso em algum evento e lembrou de pedir dinheiro ao Delúbio? Como foi?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhora. Eu fui até a sede do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Lá em São Paulo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele estava lá? O senhor fez contato anteriormente ou foi direto lá?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu me identifiquei, falei que era o Zé Lingüiça da CUT, e entrei. Fiquei aguardando numa ante-sala. Aguardei um tempo



até. Fiquei até chateado, demorou bastante para ser atendido. Ele entrou, me viu na sala, me cumprimentou.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Reconheceu você?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Reconheceu, lógico. Reconheceu. Me chamou para entrar. Eu entrei na sala dele e eu conversei com ele. Falei: *“Delúbio, eu estou com necessidade. Eu tenho três lideranças da região e eu preciso... Estou com um projeto e preciso de uma grana para poder bancar um trabalho de desenho gráfico, de artes gráficas”*. Foi dessa forma.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nesse momento o senhor também não falou com o Professor Luizinho que iria fazer esse pedido para o Delúbio?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, eu não falei para o Professor Luizinho.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor chegou a fazer campanha para o Professor Luizinho para Deputado Estadual?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu fiz a campanha para o Professor Luizinho em 1994.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Para Deputado Estadual?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Para Deputado Estadual.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Foi por isso que ele lhe convidou para ir para a assessoria dele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, eu nunca negocieei apoio político para cargo. Isso aí uma coisa que eu nunca fiz na minha vida, não foi *“ó, Deputado, eu vou apoiar você, mas você me dá emprego”*. Eu tenho vergonha de fazer isso. Eu não faria isso aí, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tem uma frase que o senhor falou que foi ao banco e eu não entendi direito, quando o senhor afirmou para o Deputado. O senhor disse que assinou aquele papel assim. Deram, o senhor assinou. Tinha confiança no Delúbio, achava que era dinheiro do PT e que assinou esse dinheiro. O senhor disse que não sabia ou que não leu. Como é que foi? Eu não entendi direito.



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, o papel é um papel fax, tudo ruim de fazer a leitura. Eu vi que estava 20 mil reais, estava meu nome lá, e eu entreguei meu CPF e meu RG, e peguei o dinheiro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Agora, nesse papel que tinha o seu nome, 20 mil, o senhor não leu de onde vinha o dinheiro ou não tinha nada escrito? O senhor lembra se tinha alguma coisa escrita, o nome de quem mandou? Ou o senhor não leu, só assinou em confiança do Delúbio?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Deputada, me desculpe, não me lembro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não lembra. O senhor, quando foi buscar o dinheiro, sabia que era no Banco Rural? Sabia que aquele lugar onde o senhor pegou o dinheiro era Banco Rural?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Quando a pessoa me contatou, entrou em contato comigo e pediu para que eu fosse buscar o dinheiro, ela me deu o endereço: *“Você vai à Avenida Paulista, número tal, tal e...”*

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor nunca tinha estado neste local antes?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Na Avenida Paulista, eu estive várias vezes, mas nesse local...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não, não. Nesse local.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não, nunca estive.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Lógico que quem está em São Paulo já foi à Avenida Paulista um monte de vezes. Mas me diz uma coisa: o senhor, chegando lá, viu que esse endereço era o Banco Rural.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Chegando lá eu vi que era o Banco Rural.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - É. Pelo que o senhor falou, não foi ao caixa do banco.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Eu não fui ao caixa, fui a uma mesa procurar uma pessoa.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está certo. Diga-me uma outra coisa: o senhor disse que quando ficou sabendo esse negócio que saiu na imprensa, que era aqui no Banco Rural de Brasília, que foi um outro nome que poderia ser igual ao seu, e que o senhor achou que era melhor omitir para o Deputado Professor Luizinho, para não perder o emprego. O senhor não achou que mentindo ou omitindo também poderia perder o emprego? Quer dizer, o Deputado... Naquela hora o senhor falou para o Professor Luizinho: *“Não, eu não peguei, não fui eu, não fui ao Banco Rural”*. E ele ficou pressionando o senhor, e o senhor disse que não, com medo de perder o emprego. O senhor não achava que o Professor Luizinho poderia descobrir e, também, o senhor perderia o emprego?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Achava. Só que essa era uma hipótese, não é? Eu tinha a chance de, sei lá, não se tratar de fato da minha pessoa, se tratar do meu homônimo, de não ser eu, de eu não me expor e não perder a credibilidade do Deputado Professor Luizinho.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está bom. Obrigada.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Por nada.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, só para repor a verdade. Sr. José Nilson, V.Sa. declarou à Deputada Angela que não sabia onde é que iria receber o dinheiro, só soube quando chegou lá. Certo? Mas essa não é a verdade. No documento que V.Sa. assinou, firma reconhecida, está dito o seguinte: *“Posteriormente, recebi a informação de que, no dia 23 de dezembro de 2004, poderia retirar 20 mil reais na Agência do Banco Rural da Avenida Paulista”*. Assinado por V.Sa. Essas contradições podem gerar prejuízos para V.Sa. É preciso ter muito cuidado. Porque aí o senhor está faltando com a verdade, e assinou um termo de compromisso para dizer a verdade.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Pode ter sido um erro de expressão, um erro de datilografia. Não sei. É que, de fato, eu fui pelo endereço, pelo número, entendeu? Chegando lá eu vi. Mas é... Passaram 2 anos, Deputado, e a gente acaba se esquecendo. Não...



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É. Esse documento foi V.Sa. que assinou...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Fui eu quem assinei, fui eu.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ...no dia 20 de outubro de 2005.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Exato.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas não dá para o senhor esquecer. E o senhor veio aqui depor...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não. Pode...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... e o senhor deve ter tido o cuidado de ler atentamente os seus papéis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, nobre Relator, ilustríssimo Dr. Márcio, Sr. Nilson. Talvez eu seja repetitivo em razão dessa confusão que o PT está fazendo de pleitear cargo. Eu estou saindo e voltando, então posso ter perdido alguma coisa. O senhor me desculpe se eu perguntar algo que já foi perguntado. O senhor afirma que foi ao Diretório Nacional, é isso?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E falou com... Procurou o Delúbio, pediu para o Delúbio uma ajuda para os seus candidatos, do seu grupo de apoio. É isso?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Vereador Aparecido, de Ferraz de Vasconcelos, também comerciário, é do seu grupo de apoio?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O Vereador Aparecido, eu tenho uma forte relação política com ele. Mas...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Lá de Ferraz de Vasconcelos?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - De Ferraz de Vasconcelos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É do seu grupo político?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não é do grupo?



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ele não é. Ele tem... Inclusive ele pode até, pelo trabalho e pela sua atividade, apoiar o Deputado Professor Luizinho. Mas ele... A Estadual jamais iria apoiar a minha candidatura.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim. Mas o senhor tinha relações com ele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu tenho relações com ele.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Tem relações com ele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Tenho.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ele foi um dos beneficiários desses 20 mil reais?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhor, ele não foi beneficiado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor tem certeza?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Tenho certeza.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Absoluta?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Absoluta.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor disse que tinha uma relação de confiança com o Delúbio?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E aí o senhor disse, se não me falha a memória, ou para o Deputado Jairo ou para a Deputada Angela, não me recordo, que acabou assinando o recibo, sem ler os termos do recibo, em razão dessa relação de confiança. Mas foi o Delúbio quem entregou o dinheiro nas suas mãos e o recibo para o senhor assinar?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhor. Não foi o Delúbio.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Bom. Então, o senhor estava confiando em alguém que o senhor não conhecia. Porque a pessoa que lhe entregou o dinheiro quem foi?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Foi uma pessoa do banco que eu não me recordo o nome da pessoa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor tinha alguma relação de amizade com essa pessoa do banco?



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o senhor assinou um documento sem ler, mesmo sendo uma pessoa estranha, que o senhor nunca viu antes, nem sabendo o conteúdo? Porque uma coisa é o Delúbio chegar em você e falar assim: “Ó, estão aqui as coisas. Tá? Assina aí para mim”. Lógico, você conhece o Delúbio, tem uma relação de confiança, até assina sem ler, pela relação de confiança. Mas essa pessoa do banco era sua amiga de longa data, o senhor conhecia, entregou um documento, o senhor assinou e não...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Deputado, me permita.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pois não.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Veja bem, era um papel fax, ruim, estava difícil a leitura, entendeu? Eu vi que estava ali 20 mil reais, tal coisa, mas não dava! Nem tudo o que estava no papel dava para ler. E eu tinha que assinar para pegar o dinheiro, eu assinei. Pode ser uma falha minha, admito.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E se fosse um termo de confissão. O senhor estava confessando um crime e que o praticou para receber... e recebeu 20 mil?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu admito que eu cometi um erro. Eu errei.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Um erro?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Infelizmente, eu assinei e não...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor sabe quem passou a ocupar sua vaga no gabinete do Deputado Luizinho? Ou não?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não sabe?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não sei.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor disse... Eu peguei uma parte, perdi a outra, mas eu vou... Desculpe ser...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Pode perguntar, Deputado, não tem problema, não.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor disse que no meio do ano de 2002...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, 2003.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - De 2003. Falou: *“Professor Luizinho, o meu grupo de apoio está precisando de recursos para apoiar algumas candidaturas. Teria condições de dar essa ajuda?”*. Ele lhe disse que não era com ele.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Posso?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pode, vamos!

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Ele falou: *“Não, isso aí não é comigo. Isso aí é com o PT”*.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É com o PT?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E aí se comprometeu em procurar, levantar recursos para trazer para o senhor?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Ele não disse mais nada. Ele falou: *“Isso aí não é comigo, isso é com o PT”*. E não me deu retorno. *“É com o Delúbio.”* Não falou mais nada para mim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E não... Só isso que ele falou para o senhor?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, ele não me deu mais retorno.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E não... Nunca mais deu retorno, nem se comprometeu a procurar os recursos, ou procurar o PT, nada?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não. Não se comprometeu.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. advertisse novamente a testemunha de que está sob o compromisso de dizer a verdade. E, se faltar com a verdade, ele pode ser prejudicado. Eu gostaria que V.Exa. o advertisse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ele, desde o começo, nobre Deputado, está alertado nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu volto a alertá-lo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas é bom, porque ou ele está mentindo, ou o Professor mentiu:

“O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor confirma que esse pedido de V.Exa. foi atendido em dezembro de 2003?”

Resposta:

“O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO - Não, não. Ele nunca me retornou. Eu só fiz alusão, fiz a objeção. Disse: ‘Olha, é possível ajuda?’ Porque haviam me procurado. A partir daí, não tive nenhum contato. E transmiti, porque se o senhor, se me permite, Relator, se o senhor for ver na minha defesa, eu deixo claro que o Nilson me provocou se tinha como ter aporte. Eu disse a ele: ‘Isso é com o Delúbio. Dá para você falar? Dá para falar’. Perguntei ao Delúbio: ‘Delúbio, é possível?’ ‘É’. Transmiti isso ao Nilson” .

Ponto, nada mais. Essas são as palavras do depoimento do Deputado Professor Luizinho. Então, o senhor quer manter a sua versão?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu mantenho a minha versão.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bom-dia a todos, Presidente, Relator, Dr. Márcio, José Nilson. Eu vou começar por esse choque de versões. O senhor afirma, então, que o Professor Luizinho não lhe adiantou na conversa que procuraria, ele próprio, o Delúbio e que, depois de procurado o Delúbio, lhe informou que poderia ter alguma viabilidade desse aporte financeiro? Quer dizer, a única conversa foi na solicitação sua de apoio e na resposta dele que não poderia fazer nada, e que não era com ele, era com o PT?



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor, Deputado. Foi isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando o senhor foi ao encontro de Delúbio Soares, foi exatamente quando, hein? Lá na sede nacional do partido em São Paulo, não é?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando foi, aproximadamente?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Então, aproximadamente, no final de dezembro, por volta do dia 18, dia 19, não me recordo a data.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Cerca de uma semana antes do recebimento dos 20 mil reais.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi rápido, não é? Nessa conversa com o Sr. Delúbio Soares, nenhuma referência ao Professor Luizinho, em cuja equipe o senhor trabalhava?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, Deputado. Inclusive eu me identifiquei para ele como o Zé Lingüiça da CUT. Eu falei: *“Aqui é o Zé Lingüiça, eu quero falar com ele, eu sou amigo dele da CUT”*.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas é uma marca forte estar trabalhando na equipe de um Parlamentar, de um Deputado Federal, ainda mais, na ocasião, se não me falha a memória, Líder do Governo. Não era Líder do Governo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, ele era Vice-Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Vice-Líder, em 2003.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De qualquer forma, eu me recordo bem, o Professor Luizinho, à ocasião, era extremamente atuante, primeiro ano do Governo Lula, era uma figura que ganhou uma projeção, uma estatura de visibilidade enorme, não é? Todos nós sabemos disso, e merecidamente. O senhor não colocou para o Delúbio, Tesoureiro Nacional do PT, então, também figura de peso, inclusive tinha atuação muito grande dentro do Governo, que era vinculado ao Professor Luizinho? Porque essa... Eu vivi boa parte da minha vida política no PT e as relações têm esse grau de aproximação, de informalidade, em especial nos



aspectos políticos. *“Não, olha, eu trabalho com o Luizinho e tal.”* Isso não aconteceu?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Olha, Deputado, como eu havia consultado o Deputado Luizinho, e ele disse que não era com ele, e eu conheço o Delúbio, eu sei que é da natureza do Delúbio, e não sabia até o grau de amizade que o Deputado tinha com o Delúbio. Então, eu achei por melhor, até mesmo porque eu estava agindo de forma não... no gabinete, porque o Deputado não me pediu para fazer isso, não me autorizou a fazer isso, foi por conta própria. Então, eu me identifiquei, por conhecer o Delúbio, por saber a natureza dele, o estilo dele, como José Lingüiça, Zé Lingüiça da CUT.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas não era nada, na sua avaliação, ilegal, clandestino ou mesmo que representasse qualquer infidelidade ou traição ao seu superior hierárquico, o Deputado Luizinho?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, eu achei que... tranqüilo. Eu falei: *“Eu sou militante da CUT, tenho história no partido”*. Por isso eu me dirigi diretamente ao PT e fui pedir ao PT.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor cogitava, nessa ocasião, a hipótese de vir a ser candidato em 2006 a Deputado Estadual?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E com a possível dobradinha com o Professor Luizinho, entre outros?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Com certeza.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Dobradinha com o Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quer dizer, havia uma perspectiva de uma dobradinha?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Havia , sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E esses outros companheiros a quem o senhor ajudou, pediu apoiou, viabilizou os 3 aí, eles eram também possíveis pré-candidatos?



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, o grupo de apoio nunca se fecha, porque poderia acontecer do grupo de apoio. Eu seria o nome mais indicado na época, mas...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas eles eram pré-candidatos a Vereador no ano seguinte?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - A Vereador.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Todos os 3, certo? E estabelecendo uma base de apoio, que é normal no processo político. O ex-Tesoureiro Delúbio Soares, então, ele disse que viabilizaria esses recursos. E o que o senhor solicitou foram 20 mil reais?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Foi, o que eu solicitei foram 20 mil reais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Vinte mil reais.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Tesoureiro, então, disse que conseguiria?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ele pensou um pouco e falou: "*É isso mesmo?*" Eu falei: "*É*". Ele falou assim: "*Pode mandar fazer*".

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor me permite, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. José Nilson, o senhor acha que 20 mil reais é uma "merreca"?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Olha, Deputado, para mim que sou pobre, não. Eu não acho que é uma "merreca", não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não é "merreca". Eu só fiz esse aparte porque o Presidente Lula disse que acha que é um absurdo um procedimento em razão de uma "merreca" de 20 mil reais. Só por isso eu queria saber a sua opinião.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Para quem passou fome já, Deputado, 20 mil reais é dinheiro.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Dá para muitos quilos de lingüiça. Aliás, aí é só curiosidade mesmo: esse apelido é porque o senhor trabalhou nesse setor num supermercado?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Se for por algo da sua intimidade, não precisa revelar, é evidente. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Imagina, Deputado, não tem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, é porque está todo mundo me perguntando aqui. A vida também se faz das coisas pitorescas, isso aqui não é um tribunal de inquisição, não.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Tranquilo. Aqui está na frente das câmaras, aqui, da imprensa, eu não ia falar isso aqui, o cara ia publicar e todo mundo... Eu te confesso que no começo eu fiquei chateado, não gostava desse apelido não, mas ele se deu no movimento sindical. Ele se deu mais diretamente em 90, quando, por uma atitude arbitrária da empresa me demitiram, me colocaram para fora da empresa, por justa causa, não deram baixa na minha carteira...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Por causa de lingüiça?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, por causa da militância sindical. Desculpe-me, Deputado, é que estou fazendo uma "comentação" do que o Deputado aqui está perguntando. A partir de desse momento, de 90 a 94, se deu o apelido, porque eu militava mais, ficava mais no movimento sindical.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É, o mistério continua. Mas, tudo bem; depois a gente conversa, que eu tenho também tenho atuação sindical e não entendi. Sei que era um gosto de chocolate...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O apelido veio do movimento sindical, é isso que eu estou dizendo....

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu sei, mas... Tudo bem. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ah, não. Desculpe-me, mas essa intimidade eu não vou revelar não, viu? *(Risos.)* Desculpe, mas não dá.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o ex-Tesoureiro o conhecia por esse nome, por esse apelido. Ele, ao dizer que ia providenciar esses recursos, mencionou que seria via banco?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Qual a indicação que ele deu no dia?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - No dia ele falou assim: “*Olha, pode mandar fazer*”. Autorizou fazer o serviço. “*E daí como é que eu faço?*” “*Depois eu entro em contato.*” Foi isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí entrou através de uma outra pessoa?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Entrou. Alguém ligou para mim e falou...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor se recorda se era mulher ou homem?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Oi?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A voz era masculina ou feminina? Entrou em contato telefônico?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Voz feminina, voz feminina.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em nome do Delúbio?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Em nome do Delúbio. Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - “*Pode pegar os recursos*”, e aí ela não mencionou — porque aí também faz parte da minha certa dispersão de hoje, provocada por fatores externos. Ela disse para ir ao Banco Rural, agência Avenida Paulista, ou não deu esse detalhe?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Olha, o duro é que se passaram 2 anos. O que ela passou para mim foi o endereço: “*Vai à Avenida Paulista, nº tal e tal, e saca o dinheiro*”. Foi isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Alguém sabe se lá o banco é no térreo ou é também num *shopping*, num prédio?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O local é um prédio, só que fica no térreo.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, fica no térreo. Tem placa: Banco Rural?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E quando o senhor entrou na agência não foi direto ao caixa?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, eu tinha que procurar uma pessoa, e eu fui procurar essa pessoa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, então tinha o nome de uma determinada pessoa para procurar?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Tinha o nome de uma pessoa para eu procurar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor não recorda mais qual é?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não me recordo qual o nome.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E essa pessoa foi facilmente encontrada? Ela estava lá, lhe aguardando?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ela estava lá, mas não foi facilmente encontrada, não; demorou um pouquinho, uns 10, 15 minutos para a pessoa me atender.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Era uma mulher também?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Deputado, é difícil. Eu não me recordo se era mulher ou se era homem. Desculpe-me, mas eu não consigo lhe falar com clareza isso aí.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tudo bem. Não vou também achar que todo mundo... Eu creio que eu me lembraria, pelo menos assim...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não necessariamente, se era mulher ou homem. E essa pessoa imediatamente lhe deu o dinheiro em espécie, ali no balcão mesmo? Disso o senhor se recorda, do procedimento?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Me recordo, me recordo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu quero até explicar, porque eu tenho muito respeito por quem aceita o convite e vem ajudar nas apurações. Essas



peessoas merecem todo o nosso aplauso, porque ajudam na investigação e não são de forma nenhuma réus. Embora possam até estar envolvidos num processo não lícito, mas em geral involuntariamente. Eu pergunto isso porque nós temos vários casos similares, e há um procedimento no banco, fora da operação legal de saque no caixa, e que a gente está vendo se era também parecido, seja na agência aqui de Brasília, seja nessa de São Paulo. Sim, aí, o procedimento, como é que foi? Essa pessoa afinal chegou...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Até agradeço, Deputado, permita-me dizer isso. Sim, eu me recordo. Foi numa mesa, numa mesinha, não sei como explicar para o senhor...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas numa sala?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Numa salinha de vidro, assim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas não no balcão, com todo mundo vendo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não foi no balcão; foi numa salinha de vidro. Tinha uma salinha assim, com os vidros ao lado, assim. Não sei como é que eu posso explicar para que os senhores possam compreender, mas foi numa salinha de vidro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí só ela e o senhor? Só essa pessoa e o senhor ou tinha outros?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Me parece que tinha mais uma pessoa junto, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Aí ela trouxe o dinheiro num envelope ou...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Ela trouxe o dinheiro num envelope, pegou o dinheiro, contou na minha frente, e deu o dinheiro na minha mão, e eu fui embora.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor assinou ali um recibo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Assinei, assinei um papel de fax, ruim para ler, muito ilegível, mas eu assinei.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não ficou muito atento para o texto, como já disse aqui antes?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu não fiquei muito atento, Deputado, como já disse aqui. É porque eu tinha plena confiança no Delúbio. Então, eu achava que não ia dar problema nenhum. Por isso eu assinei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tão logo saiu a notícia, a partir do escândalo Marcos Valério, quando começou, o senhor certamente, como uma pessoa politizada e informada, isso atingindo o PT, todos nós do PT — eu era do PT na ocasião, ficamos muito abalados e preocupados, naturalmente. Quando o senhor viu referências a Banco Rural, o senhor não se preocupou? O senhor teve que reação?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu me preocupei. Faltei arrancar o cabelo da cabeça. Fiquei superpreocupado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E não tomou nenhuma iniciativa? Ficou só com o seu travesseiro e as preocupações?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - É, eu pensei: se trata de um saque lá em Brasília, o meio de comunicação está falando isso, noticiou isso e corro risco, sim, mas, pode ser que não chegue em mim. E, se não chega em mim, vou ficar quieto até que o pior possa acontecer. E foi o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E quando apareceu já como um assessor do Professor Luizinho tendo sacado na Agência São Paulo do Banco Rural, o senhor teve um contato imediato com o Professor Luizinho ou antes mesmo? Porque, às vezes, a gente fica sabendo aqui das notícias antes que elas sejam publicadas, seja à noite na televisão, por mais que hajam os *on lines* hoje em dia, seja no dia seguinte nos jornais.

O senhor teve um contato prévio antes da notícia explodir, digamos, no caso do saque no Banco Rural de São Paulo por parte de um assessor do Deputado Professor Luizinho, ex-Vice-Líder do Governo?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu só fiquei sabendo que tinha estourado quando o meio de comunicação começou a comunicar. Antes, eu não sabia.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, aí, como é que foi mesmo — só para recuperar — sua relação com o Professor Luizinho? Foi imediata, telefonemas, o senhor veio aqui a Brasília?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O Professor Luizinho me procurou várias vezes, perguntou várias vezes se era a minha pessoa mesmo, se eu tinha feito isso. Não, não vim a Brasília. E eu neguei a ele. Falei que não, que eu não tinha feito esse saque, que não era eu e que era de fato um funcionário da Assembléia Legislativa aqui do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E tinha um homônimo, tinha alguém com esse mesmo nome?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Tinha, vocês podem olhar aqui na CPI que tinha um homônimo meu, funcionário da Assembléia Legislativa, que sacou inclusive um valor maior do que eu havia sacado aqui no Banco Rural de Brasília.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas até então não tinha saído José Nilson, no Banco Rural de São Paulo, 20 mil reais?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, não. José Nilson dos Santos, meu mesmo nome, só que se falava que era um José Nilson, funcionário da Assembléia Legislativa, e que o Banco Rural era aqui do Distrito Federal, de Brasília.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor se recorda quanto tempo depois apareceu, então, o seu nome, e aí com a veracidade dos fatos?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Quando apareceu o meu nome?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso. Seu nome, a identificação de que era mesmo você, no Banco Rural de São Paulo.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - A identificação se deu porque o Deputado Professor Luizinho, após ter perguntado várias e várias vezes, e eu ter negado, ele exigiu que eu passasse um fax para o gabinete dele com o meu CPF, o meu RG e com várias assinaturas minhas. A partir que eu passei esses dados aqui para o gabinete dele, o Deputado foi lá e conversou com o Deputado Abicalil e ele verificou que se tratava do meu CPF, do meu RG, e aí ele perguntou. Eu falei: “Deputado...” Ele falou para mim que se tratava de um saque no Banco Rural de São Paulo, Avenida Paulista, de 20 mil reais. Aí, eu falei: agora, não tem como negar



mais, não é? Falei: *“Deputado, me desculpe, mas de fato fui eu que, eu saquei”*. E ele: *“Mas por que você não me falou antes?”* *“Eu não falei porque o senhor ia me mandar embora, ia quebrar a confiança que tem comigo e, para mim, não é legal.”* *“Mas eu te perguntei várias vezes, você me expôs perante a opinião pública, perante a imprensa.”* *“Me perdoe Deputado.”* *“Então, eu vou conversar seriamente com você, porque você a partir desse momento quebrou um elo de confiança e não podemos continuar trabalhando juntos mais”*.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está bem. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Permita-me, Sr. Presidente. Hoje, o senhor vive de quê?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Deputado, eu, como na época no movimento sindical — o movimento sindical, ele é meio cruel com a gente. Às vezes, você passa necessidade e tal. Eu, antigamente, quando eu militava, eu trabalhava como cinegrafista amador.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Falo de hoje, hoje.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Deputado, eu estou fazendo isso. Eu voltei a trabalhar, estou filmando casamento, aniversário, bodas, o que aparecer eu...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, a próxima testemunha é o Sr. Daniel Barbosa. Então, eu gostaria de saber se o Relator pretende fazer as últimas perguntas, para encaminharmos — perdão, Sr. José Carlos Nagot. Posteriormente, Sr. Daniel Barbosa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim, Sr. Presidente, eu gostaria de, concluindo aqui as declarações — eu repito também as palavras do Deputado Chico Alencar —, agradecer à testemunha pelo atendimento ao nosso convite. Mas, em função das perguntas formuladas pelos Conselheiros, surgiram para mim algumas dúvidas. Uma delas é exatamente que estava aqui... Eu já queria fazer a pergunta, o Deputado Chico Alencar fez. Mas eu quero pedir a gentileza ao Sr. José Nilson dos Santos que ele coloque sua memória para funcionar, porque, como o senhor mesmo diz que 20 mil reais é uma quantia muito grande, é uma quantia que para o senhor



— e é uma quantia enorme — é inadmissível, o senhor me desculpe, a menos que o senhor tenha uma perda de memória patológica, que o senhor vá a um banco e não saiba o sexo da pessoa que lhe deu 20 mil reais: se era um homem, se era uma mulher. O senhor disse que tinha 2 pessoas. Se era um homem ou uma mulher. É difícil para a gente. A menos que o senhor tenha costume — não tenha dito, porque também não lhe foi perguntado — de pegar dinheiro, doações de outras pessoas, talvez nem que não tenha sido do ex-secretário Delúbio Soares, que o senhor faça isso constantemente e que nesta o senhor não tenha se lembrado.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Me permite, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - De fato, eu não tenho essa prática. Eu nunca saí para pegar, arrecadar recurso ou arrecadar fundos. Eu nunca fiz isso. Eu não me lembro. De fato, eu estou falando aqui a verdade.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor foi procurar uma pessoa no banco...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isso foi há 2 anos atrás, Deputado. Eu não me recordo, não sei se é homem, se é mulher. Eu sei que peguei com uma pessoa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Mas tem um nome, você foi procurar um nome, foi lhe passado pelo telefone o nome desse...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nobre Relator, ele se recorda que havia uma mesa de vidro, não é?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Conferiu o dinheiro e tal. Só se a pessoa tivesse com disfarce ou encapuzado. Senão, o senhor identificava se era homem ou mulher.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim, porque é importante isso. Mas se o senhor confirma que não se lembra, paciência...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - É que, Deputado, tinha o nome de uma pessoa e tinha que procurar outra pessoa, entendeu? Envolvia mais de uma pessoa. Então, fica difícil para mim recordar, entendeu? De imediato, era uma



senhora, mas parece que eu tinha que procurar uma outra pessoa, um senhor, entendeu?

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O Sr. José Luiz Nagot já tinha prestado algum tipo de serviço para o seu grupo político ou para o Professor Luizinho? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Meu grupo político? Para o Professor Luizinho, eu tenho certeza de que não. Para o meu grupo político, eu acredito que não também.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ele foi apresentado para o senhor, o senhor ficou conhecendo ele?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - O Nagot?

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O Nagot.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, ele é um... É meu amigo, eu conheço ele há... Tem anos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Bem, o senhor disse também que começou a trabalhar com o Professor Luizinho em 1995 e usou aqui, como argumento, que o senhor não tinha obrigação de apoiá-lo, porque, em 90, o senhor não o apoiou.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu não o apoiei.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Mas o senhor, em 90, não era assessor dele, o senhor não era contratado dele.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Exatamente. Não era.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Bom, mas o senhor podia apoiá-lo.

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Mas eu era militante da cidade, eu podia apoiá-lo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim, perfeito. Mas, mesmo depois, em sendo assessor dele, havia um acordo que, se o senhor quisesse apoiar outros candidatos que não fosse o da preferência dele, o senhor poderia apoiar. Só quero que o senhor confirme isso.



O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu tinha a liberdade de apoiar candidatos, mesmo não sendo candidatos prioritários do Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim. E quando o senhor foi falar com o secretário Delúbio Soares, ele sabia que o senhor trabalhava com o Professor Luizinho? Ele tinha conhecimento disso: que o senhor era assessor do Professor Luizinho, do Deputado Professor Luizinho?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu não disse a ele que estava lá o José Nilson, assessor do Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não, a pergunta...

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Isso aí eu não sei. Se ele sabia, eu não posso dizer para o senhor.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Na hora, ele não perguntou: "*E o nosso chefe?*"

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Não, ele não perguntou...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não perguntou nada?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - ...do Deputado, não falou do Deputado. Nós conversamos sobre assuntos da militância sindical. Só isso. Mais nada.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E o senhor pediu para ele 20 mil reais. Foi o que o senhor precisava?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Eu pedi para ele o que eu precisava: 20 mil reais.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor estipulou a quantia, e ele lhe atendeu, em uma semana depois, com a quantia que o senhor pediu?

O SR. JOSÉ NILSON DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Eu estou satisfeito com a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer a presença ao Sr. José Nilson dos Santos. Eu gostaria também de perguntar ao Dr. Márcio se pretende fazer mais alguma pergunta.



O SR. DR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Não. Sem mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Então eu agradeço e convido o Sr. José Carlos Nagot para vir até esta Mesa. *(Pausa.)*

Srs. Deputados, encontra-se presente o Sr. José Carlos Nagot e devo ler o termo de compromisso:

“Nos temos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 15, de 2005, Representação nº 52, de 2005, instaurado contra o Deputado Professor Luizinho.

Sala das Reuniões, 8 de dezembro de 2005.

José Carlos Nagot.”

Inicialmente, com a palavra o nobre Deputado Pedro Canedo, Relator da matéria.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Pois não. Bom-dia, Sr. José Carlos Nagot. Agradeço, como Relator, a V.Sa. ter aceito esse nosso convite para nos ajudar a esclarecer este caso.

O senhor poderia me responder qual a sua profissão?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sou *designer* gráfico.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. O senhor tem CNPJ?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Tenho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - A empresa do senhor tem CNPJ?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Tem.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Qual é o nome da empresa do senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Baracase.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Baracase. O senhor tem estabelecimento?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Tenho.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Como é?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - É um estúdio de artes gráficas.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - É um estúdio de artes gráficas.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Eu faço criação na parte gráfica, criação de catálogos, marcas, capas de discos, enfim, DVDs, livros.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Correto. É, eu tomei conhecimento de que o senhor é realmente um competente profissional, mas eu tenho que colocar essas perguntas para a instrução do processo.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Quer dizer que o senhor tem um estabelecimento. O senhor não trabalha em casa própria não?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Trabalho na minha casa. O meu estúdio fica em casa. É um estúdio e minha residência.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Mas é um estúdio?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Ah! Sim, sim. Claro, claro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Estúdio bem montado, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, claro. Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Correto.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Correto. É que o nosso depoente que o antecedeu não deu esse esclarecimento. Ele deixou transparecer aqui que o senhor trabalhava... A impressão que deixou é que não era nada estabelecido, não havia um estabelecimento.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Ah, não, tenho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor trabalhava quase que ...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Tenho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Tudo bem.

Bom, o senhor presta serviço a políticos constantemente? O seu escritório é procurado?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não.



O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Constantemente não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Esse trabalho que o senhor fez, o senhor foi contratado diretamente pelo Sr. José Nilson dos Santos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Pelo Sr. José Nilson.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Diretamente?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Diretamente por ele.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo. Foi só esse serviço que o senhor prestou para ele?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Foi esses 3 pré-candidatos, não é?

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Esses 3 pré-candidatos.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - É. Que é o Daniel Barbosa, que vai ser o próximo depoente, a Lenita e o Padre.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. O senhor nunca mais prestou serviço para ele?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, não. Nunca mais.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não. E antes não tinha prestado serviço para ele também?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Também não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Tá. Para o Deputado Professor Luizinho, o senhor já prestou algum serviço?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ele já lhe procurou pessoalmente?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Já ofereci várias vezes, mas nunca prestei.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. O senhor conhecia esses 3 pré-candidatos a Vereador?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Conhecia, conhecia.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor conhecia todos os 3?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Trabalhei com 2 deles em Ribeirão Pires, que é o Daniel Babosa e a Lenita.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E a Lenita.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Trabalhamos juntos lá.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E o José Nilson o senhor já conhecia também?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Já. O Zé eu conheço há bom tempo, uns 8 anos, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. E o Deputado Luizinho, o senhor já disse que também já o conhecia,...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - ... tanto que já teria oferecido serviço para ele.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim. Conheço.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E o Sr. Delúbio Soares, o senhor conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não conheço.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nunca teve nenhum relacionamento com ele?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Nenhum.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim. O senhor sabia de onde vinham os valores que seriam pagos pelos serviços contratados?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Quando me pediram, eu não sabia.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor não sabia?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não sabia.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nem quando ele autorizou o serviço, o senhor sabia de onde vinham os recursos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Até ele me autorizou, mas ele foi me pagar e ele falou: "*Pode fazer*". Falei: "*Faço mediante pagamento, também não é assim*". Eu até brinquei com ele, eu falei: "*Poxa!*" Ele me falou: "*É. Tenho minhas fontes*". Ficou aí.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Tem as fontes.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Acabou a conversa aí.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ele não disse de onde viria o dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Não tocou no nome. Não teve mais assunto nenhum.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Ele afirmou aqui que teria dito assim para o senhor: *"Pode fazer o serviço, que eu já conversei com o Delúbio, e ele autorizou a fazer o serviço"*. O senhor confirma o que o senhor me falou? O senhor não sabia de onde vinham os recursos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Não sabia.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não sabia. Sei. O senhor recebeu em espécie?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Em espécie.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Os 20 mil reais?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Os 20 mil reais, foi o trabalho cobrado pelo *design*. Pelo trabalho. Pelos 3?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Pelos 3. Inclusive tenho aqui na pasta até uma parte da pré-campanha e vou deixar aqui à disposição dos senhores.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Está bom. Eu não pedi isso ao senhor e o senhor não teria obrigação de trazer, mas eu gostaria de pedir. O senhor tem aí o recolhimento dos impostos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Tenho. Tenho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Eu gostaria. Seria de suma importância. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Está aqui. Uma cópia. Deixo à disposição também. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Esse é o original?



O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - É o original, que eu peguei pela Internet. Tem até o pagamento aí feito pela Internet. O senhor pode ver, feito na Caixa Econômica.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Eu posso tirar uma cópia?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Pode. Só esclarecer. Só não está recolhido o municipal até porque fiz como pessoa física. Não fiz como pessoa jurídica. Por quê? Porque na época quando eu estava fazendo o trabalho ainda falei para o Nilson: "*Nilson, eu posso te passar um recibo depois?*" Ele falou: "*Depois você me passa*". Então, não tirei nota como pessoa jurídica. Tirei como pessoa física.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. *(Pausa.)* O senhor se lembra quais foram exatamente os serviços que o senhor prestou? Foi o mesmo para os 3?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Até tenho aqui.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Excelente. Se o senhor trouxe, eu gostaria.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Aqui são pré-ensaios.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Eu só pediria ao senhor que falasse um pouquinho mais próximo do microfone e o levantasse. Isto.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Tem aqui. São pré-ensaios do Daniel. Aí tem aplicação. Aqui são só pré-ensaios de pré-campanha mesmo, que depois isso lá na frente vai ser finalizado e ser utilizado. Tem mais aqui do Padre e da Lenita.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Isso que também o senhor trouxe pode ficar conosco isso?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Pode. Pode. Claro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Muito bem. *(Pausa.)* Vou perguntar novamente: o senhor prestou serviço na campanha de 2004, durante a campanha, para outros candidatos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Na política não?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Não, não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Está bem. O senhor quando recebeu, ele foi lá pagar, o senhor procurou saber de onde vinha o dinheiro?



O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Não procurei saber até porque achei que, de fato, deveria ter vindo do partido, da nacional ou da estadual. Não sei.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Então eu não questionei.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor não questionou?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Eu só falei para ele: "*Você quer um recibo, uma nota*". Ele falou: "*Depois a gente acerta*". Falei: "*Está bom*". E passou. No decorrer do ano, ficou por isso mesmo, e no fim é o resultado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Correto. Ele nos disse aqui que quando o senhor viu o dinheiro, o senhor perguntou para ele se quem arrumou o dinheiro teria sido o Professor Luizinho, o Deputado Professor Luizinho.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor não perguntou?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Hum, sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor não perguntou?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Se eu... Como é que... Perdão, eu...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ele nos disse que o senhor perguntou para ele, quando o senhor viu o dinheiro, o senhor perguntou para ele se foi o Deputado Luizinho. Ele respondeu para o senhor que não.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Foi, justamente. Ele falou que não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor perguntou, então, para ele, se foi o Deputado Luizinho que tinha arrumado o dinheiro? O senhor fez essa pergunta? O senhor me disse antes que não perguntou, o senhor não questionou.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, não. Não toquei... Não lembro se toquei no assunto, mas... Até lembro que eu brinquei com ele quanto à procedência. Ele até brincou comigo, falando assim: "*Ah, eu conheço os capas-pretas*". E parou por aí a conversa. Ninguém avançou mais...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sei. Ninguém avançou... Não teve o nome do Deputado Professor Luizinho na conversa?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, não.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor não conversou? O senhor não perguntou nem ele disse nada?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, não. Em momento algum foi tocado no assunto no nome do Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Ótimo. *(Pausa.)*

Estou satisfeito, Sr. Presidente em exercício, Deputado Nelson Trad, reservando-me a solicitação de voltar a fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Doutor advogado.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - A descrição do trabalho de certa forma está à disposição, então, do Conselho. Acho que é desnecessário, então, que ele faça uma explanação sobre a descrição, uma vez que já tem os dados aí. Acho que está suficientemente esclarecido. Eu só queria tornar mais claro aqui para o Conselho a seguinte preocupação: o senhor disse que, quando ele te entregou o dinheiro, ele não disse exatamente de onde vinha, disse que depois vocês acertariam a emissão de um recibo, recibo esse que não foi emitido. E o senhor falou aqui que não emitiu nota fiscal desse recolhimento de impostos como pessoa física, não é? Mas o senhor é amigo dele. Quando surgiu a denúncia de que havia o envolvimento de um José Nilson, que trabalhava com o Professor Luizinho e que tinha envolvimento com o esquema, que estava sendo investigado, acho que é razoável que o amigo tenha comentado contigo isso. Houve essa conversa entre vocês à época da denúncia dos fatos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Precisamente na época, na época, não. Pouco depois, até... Ele até veio conversar um pouco agoniado. E aí, eu falei: *"Bom, diante a isso..."* Eu fiz uma declaração. Tem aí até a minha declaração. E fui, paguei o imposto. E foi isso. Mas ele chegou a comentar de uma forma um pouco agonizante.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Esclareça, por gentileza, ao Conselho: o senhor pagou o imposto recentemente ou foi à época dos fatos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Paguei recentemente. Até quando tomou vulto, eu fiz questão de pagar até porque eu presto serviços para outros lugares e seria até ruim eu estar devendo para o Fisco.



O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Compreendi. Então, o senhor recolheu os impostos porque reconhece que recebeu, mas, à época, não tinha emitido nenhuma nota. E ele comentou, então... Bom, ou seja, você ficou sabendo que esse dinheiro veio do Delúbio, do esquema Marcos Valério, aí no caso, conforme a acusação. Mas, à época, você não tinha ciência disso?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Isso.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Ele te pagou em espécie?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Em espécie.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Eu gostaria que você dissesse o seguinte. Você disse aí ao Relator que não presta serviços a políticos. Agora, no seu meio de *design* gráfico, produz logomarcas, me parece que é muito comum os políticos utilizarem logomarcas para campanha. Você tem conhecimento de outros políticos e outros colegas seus que façam esses trabalhos? Primeiro. Segundo, os valores que são cobrados. Esse valor que o senhor cobrou aí, 20 mil reais para 3 candidaturas, é um valor aplicado no mercado, é comum? E, terceiro, se à época que o senhor foi procurado — foi dezembro, se não me falha a memória, que tem nos autos..., não, até antes disso —, se é normal essa procura com antecedência, uma vez que o processo eleitoral, todos sabem, é a partir de junho do ano das eleições.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Olha, é normal até porque se tratando de um partido onde você tem as suas bases eleitorais, então você monta toda uma pré-campanha para passar por essa base e essa base aprovar, para lá na frente não ter muito enrosco. Porque muitas vezes começa mexe aqui, mexe ali, faz, desfaz... Então, muitas vezes acaba indo..., a marca vai manca de uma perna para a campanha. Então, para poder sanar isso, faz o quê? Já bem antes é normal até ter essa atitude: você já começar a montar, deixá-la mais ou menos delineada para quando começar a campanha você aplica, põe num CD, e aí a pessoa encaminha para a gráfica, enfim, para onde ela tiver que encaminhar. Bom, em relação ao preço, é um preço de mercado, um preço cobrado em que você está fazendo toda a assessoria, você não está fazendo só uma marca. Você faz assessoria de aplicação, vai para reunião, enfim, é um vaivém sem tamanho, não é? Então é um preço de mercado.



O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - E você confirma que é comum esse trabalho em que você tem conhecimento que outros profissionais da sua área, concorrentes seus, façam esse trabalho no Município, na região?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Olha, na região, eu não conheço muitos profissionais que fazem esse tipo de coisa, esse tipo de trabalho como eu faço. Na verdade, tem poucos profissionais. Mas deve ter na região, com certeza, deve ter *free lancers* que fazem.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Que as logomarcas efetivamente existem, nós vemos essas logomarcas. Há poucos profissionais, mas imagino que alguém faça aquela logomarca, não é o próprio candidato que faz. Mas você mesmo tendo poucos candidatos você diz que não trabalha com políticos, normalmente. Mas alguém faz isso a ponto de você saber que esse valor de mercado é compatível. É isso que eu gostaria que você esclarecesse.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Eu cobro aproximadamente o que é cobrado para se fazer uma marca, sei lá, você vai cobrar para fazer um pacote de maisena, para fazer, sei lá. Cobro mais ou menos dentro dessa estimativa, não vou chegar e falar: "*Você tem a cor dos olhos mais bonita que a minha, então vou fazer um preço especial*". Não. Cobro mais ou menos dentro daquilo que é cobrado dentro do mercado.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Tornar muito claro, o parâmetro não é necessariamente a campanha política. O parâmetro é do trabalho de execução de *design* gráfico. Confirma isso?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Confirmo. É mercado.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Você tem relação pessoal com o Deputado Professor Luizinho?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Não é amigo do Professor Luizinho?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Não teve relação profissional também com o Professor Luizinho?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.



O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Diga-me uma coisa, o Zé Nilson era amigo seu. Ele te procurou e falou: "*Nagot, eu quero fazer uma logomarca*". Como foi essa abordagem que ele te fez?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Na verdade, eu fui procurá-lo até para oferecer trabalho porque sabendo que no ano seguinte seria um ano eleitoral até fui tentar falar com o Zé sabendo que ele trabalhava num gabinete de um Deputado. Falei: "*Bom, vou conversar com o Zé, ver se tem algum, ou conhece alguém que queira fazer*". Aí fiz uma proposta para ele, fiz todo um ensaio profissional, mostrei algumas idéias. Ele gostou da idéia e falou: "*Ó, vamos ver, vamos voltar a conversar*". Aí, foi que em dezembro ele me deu uma posição.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Nessa idéia, parece-me então que você teve a iniciativa de vender um serviço. A despeito da tua relação de amizade você tinha uma relação profissional, você estava querendo vender o seu trabalho. Naquele momento você chegou a fixar valores? Ele te falou que tinha já os candidatos preestabelecidos na cabeça dele ou ficou isso em aberto?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, *a priori*, na conversa, ficou aberto. Aí fiz uma pesquisa. Alguns dias depois fiz uma pesquisa de mercado, tudo direitinho, vi os custos e passei o valor para ele. Isso foi no mês de, acho que no mês de julho ainda passei valores.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Esses valores já compreendendo os 3 candidatos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Valor de 20 mil reais?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe-me, não é porque ela não mereça, mas é porque tenho necessidade de sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Há uma anotação aqui. Eu me equivoquei. São 3 desistências.



Com a palavra o nobre Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe-me, Deputada colega, é porque tenho necessidade de sair. Senão, com muita satisfação.

Sr. Presidente, nobre Relator, senhor advogado, Sr. José Nagot, colegas, são pouquíssimas perguntas que tenho a lhe fazer. Quando é que o senhor fez os serviços?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Olha, eu comecei a fazer o trabalho no comecinho de janeiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Janeiro de que ano?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Janeiro de 2004.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Janeiro de 2004.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Por volta mais ou menos do dia 5, porque eu lembro que eu voltei de viagem. Quando ele passou para conversar comigo foi num domingo até.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Janeiro de 2004. Muito bem. Está coerente porque o dinheiro foi recebido em dezembro de 2003.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Ele recebeu.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pelo Sr. José Nilson. Eu só queria ver se havia alguma disparidade nessa informação. Por que o senhor só recolheu os impostos como pessoa física?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, justamente porque como eu fiz o trabalho, aí no caso não envolvia... cheguei a fazer até em horários fora do meu expediente, no dia-a-dia. E como eu fiz não usando a estrutura de estúdio, enfim, acabou não tendo nota, eu falei: *"Bom, eu assumo como pessoa física. Não vou deixar a empresa, até para não..."*

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Que imposto o senhor recolheu? Que impostos o senhor recolheu?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Eu recolhi o federal, o DARF...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Imposto de Renda?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Imposto de Renda.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o municipal também?



O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - E o municipal... Não, o municipal... Como eu fiz como pessoa física, o que eu fiz? Tive de abrir lá um pedido como pessoa física junto à cidade, junto à Prefeitura, e agora eles vão me dar um documento em que eu vou fazer um retroativo e pagar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor vai pagar?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor nunca prestou serviços para políticos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não. É filiado a algum partido político?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não sou mais.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Foi?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Fui filiado ao PT.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Até quando?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Olha, Excelência, eu não sei, eu não lembro. Faz mais de 10 anos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ah, sim. Quantos anos o senhor tem na atividade?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Na profissão, singelos 30 anos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Trinta anos. Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele tinha se inscrito primeiro do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - É, mas *noblesse oblige*.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - (*Risos.*) Sr. Nagot, o senhor foi procurado a primeira vez pelo Sr. José Nilson para propor esse trabalho quando?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, perdão, eu fui procurá-lo para propor o trabalho porque, como eu tenho um estúdio, eu fui vender trabalho. E aí, como



expliquei anteriormente, como tinha essa... Sabendo que o ano seguinte seria um ano eleitoral, falei: “*Bom, vou tentar ver se consigo vender um trabalho*”. Então fui e vendi, fiz uma proposta para ele...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quando?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Perdão. Quando foi? Foi em meados de julho de 2003.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quer dizer, em julho o senhor apresentou um trabalho.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, apresentei uma proposta, fui conversar com ele, fui vender, na verdade.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quando ele lhe procurou para dizer que aceitava o seu trabalho, a sua proposta?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, aí ele só entrou em contato comigo no final do ano. Depois, nesse meio tempo...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nesse período todo o senhor não sabia se iria ter o trabalho ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, eu fiquei *stand by*, fiquei esperando, mas não toquei nada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quando o senhor recebeu o dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Quando? Recebi foi quando eu voltei de viagem, creio que foi no dia 4 ou dia 5 de janeiro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Certo. Quer dizer, o senhor recebeu o dinheiro antes de trabalhar?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, aí eu já, na hora, já sei então... Porque como já tinha feito uma pré... quando eu fui vender para ele eu fiz alguns croquis, fiz algumas idéias, fiz alguns ensaios. E aí ele voltou a me procurar. Voltei de viagem no dia 4. Ele levou o dinheiro e ficou acertado, no fio do bigode, que nós faríamos... tocaríamos toda a campanha, como de fato...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - É normal receber o dinheiro antes de executar o trabalho?



O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Se é normal? Depende muito, que nem no caso, como era, a instância, no caso era um trabalho político, eu acho que até ele fez isso para mostrar: *“Olha, vai ser pago”*. Porque até dentro da profissão as pessoas evitam fazer trabalho político, porque tomam muito calote. Então, talvez com esse receio que talvez a coisa ficasse emperrada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não pediu para ele pagamento antecipado? Pediu para ele?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Eu deixei mais ou menos. Eu falei: *“Olha, pelo menos metade, meu velho!”*

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quando o senhor apresentou o serviço?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Quando eu terminei o trabalho? Eu terminei em torno de 27 de março, por aí.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Os 3?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - É, porque aí, depois eu só dei uma finalizada, como foi época de campanha mesmo, eu só dei uma finalizada, ajeitada, pus em CD e entreguei para cada qual encaminhar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quer dizer, então em março o senhor apresentou esse pré aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, foi uma parte só, porque quando finda o ano... Deixa até eu explicar tecnicamente. Quando finda o ano no estúdio, o que eu faço? Algumas coisas eu salvo em CD, eu faço um *backup*, até para poder guardar, porque, se um cliente me pedir durante o ano alguma coisa, eu tenho guardado. E muita coisa eu perdi, porque aí vai reformatar a máquina. Então, essa aqui é uma parte do trabalho, porque é um tal de vaivém, faz marquinha, faz não sei o quê, sempre tem alguém da base. Ele falou: *“Dá para você”* — aquelas idéias maravilhosas, porque publicitário todo mundo é — *“dá para você fazer uma idéia”*. Lá vai você fazer a idéia que o Fulano falou, para não criar uma indisposição dele junto à base dele. Então, na verdade, é um calhamaço muito maior. Mas é só uma parte só.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, o seu trabalho não foi só isso daí. O senhor apresentou esse pré-trabalho, enfim, um esboço, e fez esse contato com os candidatos, pegou as sugestões. Isso que aconteceu?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim. Não... não... eu tenho, até porque... preciso saber o que... a direção que eu tenho que dar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Todos os candidatos usaram a sua marca?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Todos usaram.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor chegou a fazer, então, várias reuniões com esses pré-candidatos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - No meu estúdio. Algumas vezes foi na cidade deles.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu ia lhe fazer essa pergunta, ele já fez. O senhor foi filiado ao PT, não é mais?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E hoje não está filiado a partido político nenhum?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Nenhum.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Como é que o senhor conheceu o Sr. José Nilson?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Eu conheci na época que eu era do PT. A cidade de Santo André é uma cidade pequena. Então, todo o mundo é meio conhecido lá, acaba se conhecendo, dentro da militância, dentro do partido, enfim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não sabia que o José Nilson era assessor do Luizinho?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Se ele era assessor do Luizinho? Não, saber, eu sabia que ele trabalhava com o Luiz...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor sabia?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - ...mas não sabia o grau.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E essa questão do recibo, o senhor ofereceu, ele falou que não precisava, o senhor insistiu?



O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Ofereci. Ofereci.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Durante a campanha, o senhor não insistiu, os candidatos não insistiram?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, Deputada, eu ofereci, falei: *“Olha, você quer um recibo?”* Ele falou: *“Não, depois eu acerto”*.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - E ficou por isso mesmo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E o senhor nunca trabalhou para partido político nenhum? A única vez foi com esses 3 candidatos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, senhora. Sim. Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Obrigada.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Obrigado à senhora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Sr. Relator, está satisfeito?
Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ninguém mais está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Ah, sim. O Deputado Orlando Fantazzini tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu não ia perguntar, mas me despertou uma curiosidade, até porque eu sou um analfabeto eletrônico. O Sr. José diz que tem 30 anos de experiência no ramo. Eu até queria entender um pouco.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Pois não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Esses materiais aqui, eles podem ser construídos a qualquer momento?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Se podem ser construídos a qualquer momento?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Pode, claro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim. Pode.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Claro, com a informática...



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não é algo que garanta que fora construído no período que o senhor está informando? O senhor poderia ter feito semana passada, retrasada?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Poderia. Claro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Poderia?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E não tem como comprovar que o senhor realizou esses trabalhos no período que o senhor...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Deputado Fantazzini, eu tenho até um CD com *backup* desse material, que está à disposição, se precisar...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Com data?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, porque quando você faz um *backup*, na própria máquina registra a data.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Registra a data. Acho que seria interessante, Sr. Relator, se nós tivéssemos esse *backup*.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Eu tomei esse cuidado também, doutor, justamente por isso, porque, senão, eu passaria por aqui... Esse trabalho, como o senhor falou brilhantemente, isso qualquer... até tem hoje... qualquer jovenzinho com um microzinho caseiro faz. Então, eu tomei até esse cuidado de ter esse *backup* à disposição, também se precisar, justamente para deixar com vocês.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E quando foi, o senhor se recorda, que o senhor fez esse trabalho?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Aí começa de janeiro, vai até março. Aí é um tal de faz um, depois volta para o outro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Janeiro a março de que ano?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Dois mil e quatro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - De 2004.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Dois mil e quatro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, então... e no *backup* não tem como enxertar a data? Não, eu estou perguntando porque eu não conheço.



O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não sei se existe alguma forma. Eu não sou técnico em computação, eu sou um artista gráfico.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu acho que seria interessante esse *backup* e também oficial aqui à Casa para esclarecer se há possibilidade de, no *backup*, inserir data, porque na Casa nós temos um corpo técnico excelente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Fica registrado que a Presidência vai providenciar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, Sr. Relator, só uma coisa, em cima desse raciocínio que o Deputado Orlando Fantazzini fez, eu tinha lhe perguntado se os candidatos usaram a sua marca, o seu trabalho. Tem como os candidatos terem, apresentarem algum material do que eles fizeram, comprovando o seu trabalho?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Olha, aí... porque já não é de minha alçada, por quê? Eu faço a marca, eu ponho no CD, entrego para os candidatos. Eles vão encaminhar, eu não sei de que forma, quem vai pagar. Então, isso daí é uma coisa que teria que ver com eles. Eu, pessoalmente, não tenho, porque eu já...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - É só porque... assim... como ele falou, poderia ter sido construído agora e colocada a data nesse... *backup*?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - É, *backup*. Tanto que, se for pegar uma marca, Deputada...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Deputada Angela, estou aqui fazendo hipótese, não estou fazendo nenhuma acusação.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, claro, claro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Vamos deixar bem claro, para não pairar nenhuma dúvida. Por exemplo, esse trabalho pode ter sido feito por outro profissional, que repassou e fez uma cópia. O fato de ter esse material impresso não quer dizer que foi impresso e produzido por quem está apresentando. Então, o fato



de trazer uma cópia do material não quer dizer nada. Poder ter o *backup*, inclusive, de um computador que não é o dele, é um *backup* de outro computador. Nós não temos como conferir série e marca de computador. Por isso a minha indagação. Essas questões técnicas, Sr. Presidente, seria importante que nós as sanássemos, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Pela exposição de V.Exa., vê-se que o seu analfabetismo não é verdadeiro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não. Eu sou um analfabeto, sim, Excelência.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Eu ia tocar no assunto, porque o senhor me pareceu ser uma pessoa bastante conhecedora.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não. Não conheço nada disso. Eu vejo meu filho, lá, fazendo... porque ele também é *web designer*, eu o vejo fazendo no computador, em casa. Então, eu, de vez em quando, sou curioso, pergunto alguma coisa, mas não entendo nada.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Tanto que minha profissão hoje está em desuso, porque justamente hoje nós temos uma gleba de crianças jovens — meu filho também estuda *design* gráfico — e eles fazem, hoje, em alguns dos aspectos, até melhor do que nós, profissionais, em 30 anos. Então, isso é complicado. De fato, chega uma hora que você fala: “*Caramba, acho que vou montar sociedade com o moleque*”. Claro que eles não têm uma linguagem muito definida do trabalho... Eles não têm um trabalho, uma linguagem muito definida, mas você vê, tecnicamente, que os meninos são, de fato, bons.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Confesso ao senhor que eu, pelo menos, não tenho condições de acompanhar...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - O senhor tem a felicidade de o menino fazer a campanha do senhor, futuramente, pode fazer as marcas. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não. Sempre, desde pequeno, ele é quem produzia. Mas não tenho condições de acompanhá-lo, pela agilidade que eles têm...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Correto, perfeito.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A forma como eles têm o domínio da tecnologia.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Total. Parece que eles nascem sabendo mexer com...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu acho isso extremamente interessante.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Constrangedor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Era só isso, Sr. Presidente. Obrigado. Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar... Primeiro, elogiar o trabalho, meu caro Sr. Nagot, um trabalho muito bem feito.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Eu gostaria de saber o seguinte: quer dizer que o senhor mesmo tratava com os próprios candidatos, pré-candidatos?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Eles olhavam, desmanchavam, faziam uma coisa?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - É.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E o senhor, no dia 27 de março, o senhor entregou esse material para eles, depois o senhor finalizou?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim. Depois finalizei. Deixe-me esclarecer também, até porque, quando você tem um trabalho, que você trabalha com produto, que você faz uma capa de livro, quando você faz uma capa de CD, qualquer coisa, o tratamento profissional é outro, porque quando te contratam a pessoa confia muito no seu trabalho. Agora, você trabalha com candidatos, no caso dos meninos aí, a Vereador, são pessoas que são leigas. Então, eles importunam tanto, puxam para cá, levantam... Então, aquela velha história, você chega até a perder a paciência. Porque, como são pessoas leigas, ficam... Aí acaba havendo esse calhamaço de papel. Então, nem entrego assim para o cliente, dessa forma como está aí,



grampeado. Faço pasta bem-feita. Porque fica uma coisa, um vaivém, um vaivém tão grande que, chega uma hora, que o trabalho até descaracteriza. Às vezes, você faz uma marca até... um trabalho muito bem-feito, bonito, mas é tanta gente mexendo que aquilo acaba virando um Frankenstein, acaba virando um trabalho que...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Mas a finalização... o senhor participou da finalização do trabalho?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Ah! Finalizei.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Discutiu com eles e tudo?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Aí, não. Chega uma hora que não dá mais não. Falo: agora eu vou colocar num CD, tome para você. Até logo. Aí, cada qual encaminha da sua forma.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Está bom. Foi o único trabalho político que o senhor e a sua empresa fizeram?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Está bom. O senhor lembra do número de um desses candidatos? O número de algum deles? Treze... começava com 13. Aí, tinha mais 3 números. Porque são 5 números.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nenhum deles?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Até porque, dentro da legalidade... dentro do prazo legal, o que acontece? Eu, quando eu monto a arte para os meninos, eu faço o seguinte: eu coloco toda a programação visual, as letras, numeração, tudo, deixo tudo, o que a gente chama de corpo, as fontes; se ele tiver que aplicar ou tiver que mudar alguma coisa de última hora, ele tem lá registrado. Então, ele não precisa ficar me procurando. Então, você faz até um dispositivo para socorrer o candidato ou o cliente, no caso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sei. É só para... é até para fazer uma divulgação do seu trabalho. Mas o senhor, quando discutia, por exemplo, com a Lenita, mulher candidata do PT, de Ribeirão Pires...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - *“Olha, Lenita, o seu número é 13.114”. O senhor não discutiu com ela: “Vamos colocar esse número aqui, o 13.114”. Dos números o senhor não tomou conhecimento? De nenhum deles?*

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, até porque nós trabalhamos muito é com o nome. Então, você procura enfatizar o nome. Aí o que acontece? O número, muitas vezes, eu até faço de 1 a zero... No caso, como no caso... De zero a 9, perdão. Você faz a numeração e, lá no caso, se tiver que aplicar, quem vai fazer na gráfica, ou se eles tiverem alguém que possa aplicar, já aplica o número para eles. Porque aí eles... Eu só indico tamanho, fonte. Dou a indicação, deixo tudo mastigadinho. Até porque, como não tinha numeração, eu deixei tudo pronto para mandar. Agora, não recordo mesmo. Só recordo do 13.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - De nenhum deles? O senhor não recorda o número?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. É muita coisa, muita informação, acaba diluindo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - É muito serviço.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - É.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Claro, claro. O senhor recebeu, já disse aqui... Eu ia perguntar também quanto que o senhor teria recebido, mas já foi dito. O senhor recebeu...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - ... antes de executar o trabalho. Sr. Presidente, agradeço mais uma vez.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Obrigado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Presidente, eu não me inscrevi, mas só uma observação, Sr. Nagot. Aliás, hoje é o dia dos sinais trocados. Descobrimos que o José Nilson é o José Lingüiça e eu achava que Nagot era um apelido...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...e o senhor era um afrodescendente. Mas não.



O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, até justamente brinquei com a menina lá na sala. Eu falei assim: *“Vão pensar que eu sou de alguma tribo banto, alguma coisa assim”*.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É, exatamente.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - A origem do nome é iugoslava, não é nem francesa, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está certo. Mas, olha, pelo relatado aqui, esse era um material prévio, de pré-campanha...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...portanto, não é que o senhor não se recorde dos números, é que eles não existiam.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, lógico que não existiam. Porque... Agora, voltando aquilo... Porque eu entrego...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor falou: *“Não, não estou me lembrando bem. Até falavam, mas eu não guardava”*.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Então, vamos clarear.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Então, o que ocorre? Eu preparei todo o material. Chega uma hora que é definido, não tem como. Definiu. Vai ser isso? Vai ser isso. O que acontece? Aí vai ser usado na campanha final. Quando vai ser usado na campanha final, quando eu vou montar, eu faço pastas. O Dr. Fantazzini conhece muito bem como é que funciona um micro. Você abre pastas e, dentro dessas pastas, você coloca as informações. Quais são as informações? Números, tipologia... Você transforma determinadas letras em curva. Porque você pode abrir em qualquer computador, em qualquer sistema. Então, você monta tudo isso e põe em pastas. Não necessariamente precisa saber o número, até porque tinha votação, cada um ia escolher seu número dentro do partido, enfim, não sei como é que é a regra partidária. Eu já deixo montado, porque qualquer um depois pode chegar lá e aplicar — até como o filho dele brilhantemente deve trabalhar. Qualquer um vai lá, aplica a numeraçãozinha e pronto. Especifico o tamanho, tudo mastigado. Isso é... Isso é usado, é praxe. Até quando você faz, por exemplo, uma programação visual



para uma empresa, você coloca tudo que é relacionado àquilo: a fonte que você usou, se foi uma fonte que você criou, onde você pode localizar essa fonte... Até porque no futuro, para esse cliente não ficar... Dá qualquer problema, ele fala: “*Onde é que eu acho o designer gráfico?*” “*E se essa criaturinha falece, como é que eu vou resolver meu problema?*” Então, eu deixo tudo montado para ele.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Me permite mais uma questão. Aí é questão técnica que é...

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, tudo bem.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, então é prática dos *designers* entregar tudo isso para o candidato?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Claro, você põe num CD.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, eu poderia ter recebido de um outro *designer*, aberto o *backup*, alterado a data e gravado o *backup* com a data que eu quero? Isso é possível?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Claro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ainda um esclarecimento.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - À época, primeiro trimestre de 2004, vamos definir assim, genericamente, o senhor não tinha uma empresa legalizada?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, tenho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já tinha?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Empresa legalizada, claro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E as notas fiscais desses serviços são todas dessa empresa, dessa época?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não, não tem nota fiscal, doutor. O negócio é o seguinte. Acabei de explicar que eu falei para ele: “*Você precisa de nota, recibo?*” Então, a partir daí... Ele falou: “*Não, depois eu resolvo*”. E não foi dado. Aí eu paguei como pessoa física, correto? Está aí registrado, declarei para o Fisco o valor, paguei... Inclusive, vou ter que pagar mais uma parte do tributo. Está tudo aí: registrado, pago devidamente.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Na ocasião? No exercício fiscal daquele ano?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. No exercício fiscal deste ano.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De agora?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Claro, de dois mil...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Com a franqueza, que é sempre importante. Foi em função do problema, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Foi em função do problema do... Foi em função de várias coisas, até porque... Uma: sendo amigo do Zé, achei que ele... Como eu fiz uma declaração dizendo que, de fato, eu prestei o trabalho, o que eu fiz? Eu fui e declarei na Receita.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sr. Presidente, para concluir. Realmente, suscitou-me aqui alguma dúvida. Eu gostaria de concluir perguntando ainda ao Sr. José Carlos Nagot o seguinte: quando os senhores acertaram, em dezembro, que o senhor ia fazer esse serviço, ficou acertado — só para confirmar, o senhor já me respondeu — que seria para 3 candidatos.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor já sabia quais candidatos seriam?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, sabia.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Já sabia que era para os 3?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Em dezembro de 2003. Certo. E o valor, o senhor deu o valor de 20 mil reais pelo seu trabalho para os 3.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Correto. Para os 3.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Correto. E uma última pergunta que eu preciso fazer.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Pois não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O Sr. José Nilson pediu alguma comissão, ou o senhor pagou uma comissão para ele?

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Não. Não pediu absolutamente nada.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nada, nada. Não houve esse assunto.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - Tanto que, nesse processo de criação e tudo o mais, eu nem vi mais o Zé. Nesse tempo todo, eu só tratei com os candidatos. Peguei o telefone de cada qual, eu até conhecia alguns, e resolvi totalmente com eles.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS NAGOT - De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - O Conselho agradece a V.Sa. a presença e solicita ao Sr. Daniel Barbosa que se apresente como testemunha convidada pelo Sr. Relator. Será a última, nessa primeira parte.

Estaremos nos reunindo às 14h15min, 14h30min para a conclusão dos nossos trabalhos deste dia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, V.Exa. me permitiria uma questão de ordem? Eu terei que me ausentar dentro de alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com muito prazer, nobre Deputado. V.Exa. não se pode ausentar muito deste recinto. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Seria por alguns minutos tão-somente. *(Risos.)* Mas eu soube da intenção do Deputado Henrique Fontana em tentar substituir os Deputados Orlando Fantazzini e Chico Alencar, sob a argumentação de que assim o faria para que voltasse a vigorar aqui neste Conselho o princípio da proporcionalidade. A evidência é de que me posicionei contrariamente a essa intenção. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu diria que ambos os Conselheiros estão integrados nas atividades deste nosso Conselho de Ética. E, portanto, a saída de qualquer um deles implicaria certamente prejuízo para nós do Conselho.

Em segundo lugar, eu diria que não deveríamos prescindir da figura de ambos, em razão até mesmo do preparo intelectual que demonstraram ao longo desse procedimento, e aqui falo com muito orgulho que, em não raras oportunidades, em razão da lisura e do bom senso de ambos, me aconselhei com os 2. Em não raras oportunidades.



Por fim, Sr. Presidente, eu me posiciono contrariamente em razão do argumento da proporcionalidade não ter razão de subsistir neste Conselho. E explico: a Constituição Federal, no art. 58, diz, com relação às Comissões, que na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, o princípio da proporcionalidade. De um lado, temos um princípio, que é o da proporcionalidade, que tanto quanto possível será assegurada. E, de outro lado, temos o mandato de ambos. E o mandato não é tanto quanto possível que será assegurado. Portanto, há uma contraposição de princípios e a evidência que prevalece o princípio do mandato que lhes foi outorgado, pelo simples fato de que a Constituição não abre a perspectiva para tanto quanto possível permaneceram no mandato, mas assim o faz no que tange à proporcionalidade.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu diria que essa luta pela permanência de ambos não deveria ser uma luta de cada um deles, mas deste Conselho, como um todo, que se deve posicionar, de forma veemente, contrariamente a essa posição do Deputado Henrique Fontana e, se for o caso, levá-lo até mesmo à Comissão de Constituição e Justiça. Mas essa tem que ser uma luta deste Conselho.

É a sugestão que faço a V.Exa., por estar convencido da imprescindibilidade da presença de ambos no Conselho de Ética desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - A Presidência do Conselho se mostra preocupada em relação a essa possibilidade da arguição de uma questão de ordem promovida pela bancada do Partido dos Trabalhadores, através do seu Líder, o nobre Deputado Henrique Fontana. Eu acredito que nós deveremos resolver esse problema nos estritos limites da lei. Não que nos preocupe aqueles que virão, porque, evidentemente, não seria uma razão que justificasse a nossa apreensão, tanto é que nós temos aqui, no Conselho, uma Conselheira oriunda do meio do PT, que nos honra e tem feito um trabalho, na verdade, de altíssima relevância, para que possamos desatar todos os nós que esse tumultuado processo deu.

Há uma preocupação. A Presidência do Conselho neste instante está em audiência com o Presidente da Casa, e esperamos que o Conselho continue dentro dessa normalidade que nos tem credenciado perante o universo político do País como um Conselho em busca da ansiedade vinda do povo brasileiro.



V.Sa. vai prestar juramento agora, assinar o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade sobre aquilo que lhe for perguntado. Tem ao seu lado o advogado constituído do Deputado Professor Luizinho e o nosso Relator, Deputado Pedro Canedo. Os Conselheiros que porventura quiserem farão perguntas após as manifestações do advogado. Antes o Relator, que tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Daniel Barbosa, Dr. Márcio. Sr. Daniel Barbosa, eu gostaria que, por gentileza, antes agradecendo sua presença aqui neste Conselho, em atendimento ao nosso convite...

O SR. DANIEL BARBOSA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Eu gostaria que o senhor me dissesse qual é a sua profissão.

O SR. DANIEL BARBOSA - Sou comerciário. Atualmente, estou desempregado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Desempregado. Certo. Continua filiado ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor foi candidato nas últimas eleições?

O SR. DANIEL BARBOSA - Fui.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Foi a primeira vez que o senhor se candidatou?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor foi convidado para ser candidato, ou o senhor se candidatou? Era da sua idéia, seu ideal, ou o senhor foi convidado por alguém?

O SR. DANIEL BARBOSA - Era uma vontade própria e de um grupo político do qual eu faço parte.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo. Esse grupo político o senhor poderia identificar? Era dentro da cidade de Ribeirão Pires?

O SR. DANIEL BARBOSA - Isso.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Dentro da cidade de Ribeirão Pires. O senhor é ligado a algum Deputado Estadual? Há algum Deputado Estadual que o senhor tenha apoiado nas últimas eleições? O senhor como líder político, nas últimas eleições de 2002, apoiou algum candidato a Deputado Estadual?

O SR. DANIEL BARBOSA - Apoiei. O Deputado Donizete Braga.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Donizete Braga. E Deputado Federal?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na última eleição, eu apoiei o Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Professor Luizinho. Perfeito. E... muito bem. Quantos votos o senhor obteve nas eleições de 2004?

O SR. DANIEL BARBOSA - Quatrocentos e setenta votos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Quatrocentos e setenta votos. O senhor se lembra de quantos Vereadores do PT foram eleitos lá em Ribeirão Pires?

O SR. DANIEL BARBOSA - Foram eleitos 2 Vereadores. Atualmente contamos com 1. Um saiu do partido.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sei. E o senhor ficou na suplência? O senhor não atingiu... a sua votação não atingiu a suplência.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo. O senhor pode me dizer quantos eleitores há em Ribeirão Pires, por favor?

O SR. DANIEL BARBOSA - Setenta mil eleitores.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Setenta mil eleitores. O senhor solicitou ao Sr. José Nilson esses serviços de *design* gráfico para a sua campanha? O senhor pediu isto? “*Olha, eu vou ser candidato, eu preciso de ajuda, de apoio*” — isso é normal e natural. Mas esse serviço específico o senhor solicitou a ele?

O SR. DANIEL BARBOSA - O José Nilson me ofereceu esse serviço na ocasião e eu aceitei.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim. Perfeito. Ele lhe deu mais camisetas, bonés, material de campanha?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ele deu o serviço gráfico desse material?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Também não. O senhor obteve dele exclusivamente esse serviço de *design* gráfico?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor se lembra quando foi que o senhor resolveu ser candidato a Vereador e que comunicou a ele?

O SR. DANIEL BARBOSA - No meio do ano de 2003, provavelmente entre junho e julho, eu cheguei a comunicar ao Nilson que eu tinha a intenção de ser candidato.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo. E ao nosso Representado, nosso colega, Deputado Professor Luizinho, o senhor também comunicou a ele que seria candidato, pretendia ser candidato a Vereador em Ribeirão Pires?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não? O senhor se lembra quando que ele ficou sabendo que o senhor era candidato a Vereador? Foi só na convenção? Foi antes? Teve pré-convenção para pré-escolha de candidatos?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Quando o senhor comunicou ao Professor Luizinho, quando ele tomou conhecimento de que o senhor seria candidato ou pré-candidato a Vereador em Ribeirão Pires? O senhor se lembra disso?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não, não me lembro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não se lembra?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Teve uma convenção em Ribeirão Pires para aprovar. O Professor Luizinho esteve presente a essa convenção em Ribeirão Pires?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na convenção municipal, não.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Na convenção municipal não esteve presente. E na pré-convenção? Porque houve uma pré-convenção para a escolha dos candidatos. Ou não?

O SR. DANIEL BARBOSA - Houve.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Houve. O Deputado Professor Luizinho compareceu a essa pré-convenção para a escolha dos candidatos a Vereador em Ribeirão Pires?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Também não. O senhor já conhecia o Sr. José Nilson há muito tempo?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu conheço o Nilson desde 1991. Temos amizade desde 1991.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O senhor também é do movimento sindical?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu militei no movimento sindical.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Filiou-se a algum outro partido antes do PT?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E como é que foi esse contato do senhor com o Sr. José Carlos Nagot, o profissional? Como é que foi o primeiro contato? O Sr. Nilson que mandou o senhor procurá-lo ou ele foi procurá-lo para fazer o serviço?

O SR. DANIEL BARBOSA - Meu contato com José Carlos Nagot foi entre janeiro, fevereiro e março de 2004. Ele já estava realizando o serviço de *design* gráfico, e eu estava acompanhando, aprovando ou não as marcas que ele estava fazendo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim. E você discutia exatamente com ele a questão de... se o material estava bom ou não, se as marcas estavam boas, se os desenhos estavam bons? Era você mesmo que tratava com ele, com José Carlos Nagot?



O SR. DANIEL BARBOSA - As primeiras provas ele me mostrou; eu cheguei a me reunir com o meu grupo de apoio, com a coordenação a minha pré-campanha, e fazia a conversa com o José Carlos Nagot.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O José Carlos Nagot foi à convenção do partido, do PT?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Na convenção foi que vocês escolheram os números? Os números... Qual foi seu número — você se lembra? Treze mil...

O SR. DANIEL BARBOSA - Treze, trezentos e treze.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Treze, trezentos e treze?

O SR. DANIEL BARBOSA - Isso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Bom número! Quando que você comunicou ao Sr. José Carlos Nagot esse número, que ele tinha que inserir na sua marca esse número, para confeccionar o material?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não, eu não comuniquei ao José Carlos. Ele havia me passado o trabalho de *design* gráfico em um CD na época...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Em março?

O SR. DANIEL BARBOSA - Em março. E eu passei esse CD com essa marca para a coordenação geral da campanha, e foi onde foi inserido o número, que tinha também *design* gráfico na coordenação geral da campanha.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Tinha *design* gráfico na coordenação geral da campanha?

O SR. DANIEL BARBOSA - Existia uma coordenação da campanha em geral, a campanha do PT e da coligação no nosso Município. E eu passei o meu *design* gráfico, a minha logomarca para essa coordenação, e foi inserido o número e também a marca do candidato majoritário na época.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Aí o Sr. José Carlos Nagot, depois de 27 de março, não prestou mais serviço para vocês? Passou o CD, o *back-up*...

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu não tive mais nenhum contato com o João Carlos.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não teve mais nenhum contato com ele?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Tá certo. Você sabia de onde vinha o dinheiro com que seria pago esse trabalho que foi feito para você e para a Lenita? Estou dizendo os 2, porque são do Município de Ribeirão Pires.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não. Não sabia.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não sabia. O Nilson nunca te falou?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na ocasião, não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Você não ficou sabendo, quando ele recebeu dinheiro, quando ele foi ao Banco Rural, que ele tinha recebido esse dinheiro?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ele nunca lhe falou?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - E quando você foi ao José Carlos Nagot, você só sabia que ele estava autorizado a fazer um serviço para você. Você sabia que era o Nilson que ia pagar? Ou não?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu sabia que estava sendo tratado diretamente com o Nilson. Meu contato com José Carlos Nagot era para aprovar ou não as marcas que ele estava realizando.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Você sabia quanto custou seu trabalho?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Foi 2 mil, 5 mil, 7 mil, 10 mil? Você não sabia quanto custava?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não sabia.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Contato seu com o Deputado Professor Luizinho. Você teve contato com ele durante a pré-campanha? Você pediu apoio dele para ele te ajudar a ser aprovado, apoiado na pré e na convenção?



O SR. DANIEL BARBOSA - Eu cheguei a solicitar apoio, uma conversa com o Deputado, mas não obtive retorno na época.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Você acha o Deputado Professor Luizinho um Deputado atuante, um bom Deputado, um Deputado companheiro dos companheiros?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na minha região, acompanho o trabalho do Deputado Luizinho através da mídia e também das exposições locais, eu reconheço o trabalho do Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - É, ser eleito Deputado em São Paulo, realmente, o cara tem que ser bom. São Paulo é bem mais difícil do que outros Estados. Foi a primeira vez que você quis ser candidato? Ou você já quis na eleição de 2000, já que você militava na política?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim, eu já tive vontade de ser candidato na eleição de 1996, mas não consegui avançar, não consegui agregar um grupo de apoio, não consegui a legenda.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - O José Nilson fazia parte da coordenação da campanha do PT em Ribeirão Pires?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não fazia parte?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Você recebeu outras ajudas da coordenação do PT para sua campanha ou você a fez sozinho, com seus recursos próprios?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu trabalhei com o material da campanha do PT local e também com ajuda de amigos e apoiadores.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Do José Nilson, você só recebeu essa ajuda?

O SR. DANIEL BARBOSA - Só recebi ajuda de *design* gráfico.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Alguma vez o Deputado Professor Luizinho foi com você pedir votos em Ribeirão Pires? Participou de comícios do candidato a Prefeito do PT, dos candidatos a Vereador do PT?



O SR. DANIEL BARBOSA - O Deputado esteve na campanha do candidato a Prefeito e eu tenho conhecimento de ele ter participado de campanha de outro candidato a Vereador no Município. Mas na minha campanha, não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nem na campanha da Lenita?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Curiosidade política de um Deputado de Goiás: se o Deputado Luizinho tivesse apoiado a sua candidatura e a candidatura da Lenita, você acha que vocês teriam uma *performance* melhor na eleição? A Lenita teve 176 votos e aqui consta o Daniel Barbosa, exatamente, com 470 votos. Empatou, inclusive, com o Carioca. O Carioca é mais velho do que você, aí, ele ficou na sua frente, na saída pelo TRE. Se os 2 tivessem sido eleitos com a mesma votação e fosse o último, ele seria eleito e você não seria. Você teve 470 e a Lenita 176. Você acha que se o Deputado Professor Luizinho tivesse entrado firme na sua campanha, vocês teriam uma *performance* melhor?

O SR. DANIEL BARBOSA - Pela expressão que o Deputado tem na região, sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Por que você acha que ele não apoiou vocês, não deu uma força para vocês? Ou outro Deputado Federal apoiou?

O SR. DANIEL BARBOSA - A minha candidatura, não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Foi uma candidatura sem apoio de Deputado Federal?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sem apoio de Deputado Federal.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Está bem.

Eu estou inicialmente, Sr. Presidente, satisfeito com as respostas do Daniel Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputada Ângela.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Daniel, muito obrigada... Ah! perdão.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Gostaria de indagar à Presidência se eu teria a possibilidade... Indago à Presidência se há possibilidade de manifestação ao final dos trabalhos ou se não haverá essa oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Daremos essa oportunidade a V.Sa.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Pois não. Eu gostaria só de reforçar 2 aspectos que gostaria que o Sr. Daniel esclarecesse para o conselho. O senhor já esclareceu aqui que o trabalho de *design* efetivamente foi utilizado pela campanha. Essa campanha é que... o partido disponibilizou para o senhor. Não foi a sua campanha própria. O senhor entregou o CD ao partido e o partido é que elaborou o material, é isso?

O SR. DANIEL BARBOSA - Confirmo.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - A sua relação com o José Nilson. Gostaria que você falasse, do ponto de vista pessoal e do ponto de vista político, qual é o grau desse relacionamento. O senhor caracterizaria como amigo, muito amigo, amigo que frequenta a sua casa? Como é essa questão? E também politicamente, qual é o grau de envolvimento?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu considero o José Nilson meu amigo, um amigo pessoal e também um incentivador político meu. Eu tenho contato com o Nilson desde 91, quando militamos no movimento sindical, e temos encontro freqüentemente, não de freqüentar a casa, mas de almoçar, tomar café, estamos sempre conversando.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Rigorosamente a mesma pergunta com relação ao Deputado Professor Luizinho. Como é que você caracterizaria a sua relação com ele?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu não tenho uma relação pessoal com o Deputado Luizinho, apenas formal, de militante político. Não tenho nenhuma relação pessoal com o Professor Luizinho.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputada Angela Guadagnin com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Daniel, muito obrigada pela sua presença aqui para a gente poder esclarecer e tirar as dúvidas dentro do processo.



O SR. DANIEL BARBOSA - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor falou que é filiado ao Partido dos Trabalhadores, desde quando?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sou filiado desde 1993.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E essa é a primeira vez que o senhor fez campanha, agora em 2004?

O SR. DANIEL BARBOSA - Primeira vez que eu fui candidato.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor é do mesmo grupo político do Deputado Professor Luizinho.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não necessariamente, eu sou militante na região, mas não participo de nenhuma tendência política.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não participa, não é da articulação igual ao Professor Luizinho?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não, não participo da tendência.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor fez campanha alguma vez para o Deputado Professor Luizinho?

O SR. DANIEL BARBOSA - Fiz.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor se considera, dentro do partido, de que tendência?

O SR. DANIEL BARBOSA - Considero-me independente.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Independente. O Relator perguntou se o senhor teve apoio do Deputado na sua campanha. O senhor falou que não teve.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não teve. Ele nunca foi em nenhum evento seu, não participou da sua campanha?

O SR. DANIEL BARBOSA - Em nenhuma atividade.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor sabe se ele fez campanha para outros Deputados lá na sua cidade?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu tenho conhecimento de que o Deputado esteve em atividades de outros candidatos na cidade.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O Sr. José Nilson é do seu grupo político, é independente igual ao senhor?

O SR. DANIEL BARBOSA - O Nilson... Eu não sei se ele participa de alguma tendência organicamente dentro do partido, mas fazemos parte de um grupo político na região.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O Sr. Nilson é da sua cidade ou é de Santo André?

O SR. DANIEL BARBOSA - O Nilson mora em Santo André.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Santo André. É pertinho?

O SR. DANIEL BARBOSA - É perto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor pediu recurso para o Sr. José Nilson ou como é que foi essa questão de ele ir atrás para pegar dinheiro para o senhor?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu pedi ajuda na época. Eu gostaria de sair candidato, estava arregimentando um grupo de apoio e pedi ajuda para o Nilson para que eu conseguisse a legenda para sair candidato.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Pediu ajuda para conseguir a legenda?

O SR. DANIEL BARBOSA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não para pedir apoio, recurso financeiro?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Pedir apoio para legenda é ir lá na convenção para pedir para os militantes votarem em você. Ou pedir apoio financeiro?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu cheguei a solicitar apoio em material e na época me foi oferecido esse serviço de *design* gráfico e depois em outros contatos com o Nilson ele me disse que não era possível conseguir material e o que eu precisava.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não colocou para ele, quando ele propôs que esse dinheiro que ia gastar com esse *design* gráfico, que



fosse guardado para o senhor fazer campanha para conseguir outra forma, fazer material, *banner*, “praguinha”, qualquer outra coisa assim?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não, eu não solicitei. Eu nem sabia que esse material seria pago, ele me ofereceu serviço e eu aceitei.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor sabe como ele conseguiu esse dinheiro?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não tem idéia de como ele conseguiu esse dinheiro, de onde foi, se foi o Deputado Luizinho. Ele nunca lhe falou?

O SR. DANIEL BARBOSA - Ele chegou a comentar na época que o Professor Luizinho não deu retorno para ele quanto à questão de nossa pré-candidatura e conseguiu esse serviço de *design* gráfico. E, na época, eu não sabia de onde vinha.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele não disse para o senhor que conseguiu do Delúbio, que era amigo do Delúbio e que conseguiu do Delúbio?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na época, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Que ele também era assim com os capa-preta e que ele também conseguia dinheiro.

O SR. DANIEL BARBOSA - Na época não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Então, o senhor não sabia de onde... Vou fazer a pergunta direitinho. O senhor disse que não sabia onde ele pegou o dinheiro. O senhor sabia... O Sr. Nilson lhe informou de onde que ele... Sabia de onde ele pegou dinheiro?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor disse que não sabia onde ele pegou o dinheiro. Ele nunca lhe informou onde ia pegar esse dinheiro? “Ah, eu vou lá falar com o Delúbio, no partido, vou lá no Diretório Nacional”. Ele nunca lhe falou isso?



O SR. DANIEL BARBOSA - Na época, quando ele me ofereceu o serviço de *design* gráfico, ele chegou a me dizer que ia conseguir viabilizar esse serviço, mas não me disse de onde conseguiria.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não disse que ia conseguir com o Delúbio?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O Sr. José Nilson lhe contou ou o senhor sabia que... se ele tinha contado para o Professor Luizinho que foi atrás do Delúbio pegar esse dinheiro? Entendeu a pergunta?

O SR. DANIEL BARBOSA - Entendi. Eu queria explicar que eu tomei conhecimento do fato em si após ser noticiado na imprensa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Então, na época, o senhor não sabia que o José Nilson teria omitido do Professor Luizinho que ele foi atrás do Delúbio para pegar dinheiro?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na época eu não sabia.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nem que ele teria mentido para o Professor Luizinho... quer dizer, escondido?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não sabia.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não sabia que ele tinha ido ao banco para pegar dinheiro?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não sabia.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor sabia como foi dado esse dinheiro para o Sr. Nagot?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor começou a ter contato com o Sr. Nagot como?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu comecei a ter contato com o Nagot a partir de... entre janeiro, fevereiro e março de 2004, quando ele já estava realizando o serviço.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, o Sr. José Nilson falou para o senhor: “O senhor vai lá procurar o Nagot que ele está fazendo esse trabalho de logomarca para o senhor”.

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E durante esses meses o senhor foi lá, discutiu com ele, conversou, teve reunião. Ele foi na reunião com a sua militância, ou não?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele foi à reunião com a militância, ouviu a militância.

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, aquela “*junto do Ribeirão*” foi idéia da sua militância ou foi dele?

O SR. DANIEL BARBOSA - Foi em conjunto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Foi em conjunto. Quando que foi apresentado esse trabalho para o senhor, depois dessas conversas todas?

O SR. DANIEL BARBOSA - Em março.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E depois de março o senhor nunca mais teve conversa com o Sr. Nagot?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E nem com o Sr. José Nilson sobre o trabalho de *design* gráfico?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vamos ouvir o nobre Deputado Orlando Fantazzini. Mas vou pedir licença a S.Exa. para convidar a nobre Deputada Angela a vir presidir, porque eu tenho que sair por questão de Estado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sem dúvida alguma. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Necessariamente de estado e não de necessidade.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu acho que o seu estado merece.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Melhor que seja por uma questão de Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Guadagnin) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado, Deputada Angela. Quero agradecer a presença do Sr. Daniel Barbosa, que vem aqui objetivando colaborar.

Sr. Daniel, quantos candidatos cada partido pode apresentar lá em Ribeirão Pires?

O SR. DANIEL BARBOSA - A nossa coligação, na época, apresentou 18 candidatos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Dezoito candidatos, mas a Câmara é composta de quantos Vereadores?

O SR. DANIEL BARBOSA - Hoje ela é composta de 11 Vereadores.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Onze Vereadores. Quer dizer, uma vez e meia implicaria em 17 candidatos?

O SR. DANIEL BARBOSA - Isso, em 17 candidatos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Dezesete candidatos. E foi feita uma coligação. Com quais partidos?

O SR. DANIEL BARBOSA - Com o PCdoB.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só o PCdoB. Quantos?

O SR. DANIEL BARBOSA - Só o PCdoB.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o PCdoB apresentou quantos candidatos?

O SR. DANIEL BARBOSA - O PCdoB apresentou 2 candidatos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, 15 candidatos então foram candidatos do Partido dos Trabalhadores?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Correto. E na pré-convenção, quantas pessoas se apresentaram como pré-candidatas?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu me lembro que na pré-convenção nós tínhamos cerca de 19 a 20 candidatos, candidatos e candidatas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - De 19 a 20, entre homens e mulheres.

O SR. DANIEL BARBOSA - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No total 19. A Prefeitura era do PT?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na ocasião era.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E como é que se deu esse processo de afunilar para os 15 candidatos?

O SR. DANIEL BARBOSA - Então, já havia uma discussão na cidade, e também nacional, de diminuição do número de cadeiras na Câmara Municipal. Na época, nessa última Legislatura, eram 15 Vereadores. E havia a discussão de aumentar ou diminuir o número de cadeiras e de candidatos. Tinha também na época a possibilidade de coligação com outros partidos e várias lideranças se despontando e se apresentando como pré-candidatos dentro do Partido dos Trabalhadores. Então, foram feitos comunicados para militância, mobilização de militância e discussões também com a coordenação geral do partido, com a Executiva do partido, acerca da possibilidade. E vários desses candidatos já haviam sido candidatos, ou até mesmo Vereadores no Município. Então, foi uma disputa muito difícil.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, foi disputa no voto. O senhor teve de levar a sua militância lá para dentro para votar no senhor?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na convenção, eu tive que convencer os delegados da minha candidatura. Isso na convenção.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, mas na convenção, os delegados... Quer dizer, foi uma campanha, ou não?

O SR. DANIEL BARBOSA - Foi uma campanha.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Uma campanha. Quantos delegados tem direito a votar?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não me recordo o número de delegados.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas não é coisa assim estrondosa, 30, 40, 50?

O SR. DANIEL BARBOSA - Um pouco mais que isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sessenta?

O SR. DANIEL BARBOSA - É, por aí.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então é uma campanha fechada, onde você não tem de fazer gastos de panfleto para convencer. É mais o diálogo é isso?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na época eu cheguei por iniciativa própria a enviar carta para os filiados, para as lideranças e também confeccionei adesivo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas não eram os filiados que iam decidir, eram os delegados?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eram os delegados.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas aí a relação...

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu solicitava aos filiados que convencessem os delegados, as lideranças do partido da necessidade da nossa candidatura.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas aí o senhor fez o trabalho, aquilo que a gente chama, corpo a corpo, convencendo individualmente cada delegado da importância da sua candidatura e da contribuição que a sua candidatura poderia trazer ao partido.

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, não é uma campanha nos moldes. É totalmente diferente da campanha eleitoral que o senhor participou?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Porque aí a história é diferente. E o senhor disse que conseguiu convencer os delegados, conseguiu ter o nome aprovado. O Professor Luizinho ajudou nesse convencimento dos delegados da necessidade da importância da sua candidatura?



O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Sr. José Nilson?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Também não. Quer dizer, foi um esforço pessoal?

O SR. DANIEL BARBOSA - Meu e do meu grupo de apoio.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Seu e do seu grupo de apoio. O senhor viu a necessidade inclusive de começar a preparar o material, até para fazer essa disputa interna no partido.

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Aí, o senhor procurou o Sr. José Nilson... O senhor é do grupo de apoio do José Nilson?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor falou com o Sr. José Nilson: *“Olha, eu vou fazer a disputa e preciso ter uma estrutura mínima”*. Ele ficou de tentar ajudá-lo, correto?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Aí, determinado dia, ele falou para o senhor: *“Olha, o senhor vai procurar o Sr. Nagot.”* O senhor se lembra quando ele pediu para o senhor procurar o Nagot.

O SR. DANIEL BARBOSA - Entre novembro e dezembro ele me comunicou que seria realizado um trabalho de *design* gráfico, uma logomarca, marcas para a pré-campanha e, em janeiro, ele me solicitou que eu procurasse o Nagot para acompanhar o desenvolvimento do trabalho...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Começar a discutir com o Nagot o trabalho. E onde era o ateliê, o escritório, o ofício do Sr. Nagot?

O SR. DANIEL BARBOSA - O endereço eu não me recordo, mas é em Santo André.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Santo André. No centro, num bairro, periferia?

O SR. DANIEL BARBOSA - Próximo ao centro, mas é um bairro.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor foi várias vezes lá?

O SR. DANIEL BARBOSA - Fui. Fui várias vezes.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas não se lembra o endereço?

O SR. DANIEL BARBOSA - O endereço, não. Hoje eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Bom, a partir da sua primeira ida lá, o senhor fez um conjunto de proposições para ele: *“Eu gostaria disso aqui, tira aquilo, eu me identifico”*, quer dizer, uma inicial, até para ele poder fazer um primeiro esboço para poder avançar na discussão. Foi isso?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Bom, aí, o senhor disse que houve várias reuniões, algumas vezes, e ele esteve lá em Ribeirão Pires. Quantas vezes ele foi a Ribeirão Pires discutir com o seu grupo de apoio?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu cheguei a levar pessoas do meu grupo de apoio ao ateliê para verificar as marcas e ele esteve uma vez reunido conosco, que eu me recordo, em Ribeirão.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Em Ribeirão?

O SR. DANIEL BARBOSA - Para fazer uma reunião.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ao final, vocês definiram. Quer dizer, então, no mês de março, vocês fecharam, bateram o martelo e disseram: *“É esse aqui, é isso aqui mesmo e ponto”*. É isso?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E a convenção do partido foi?

O SR. DANIEL BARBOSA - A convenção, se me recordo, em abril.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Abril de dois mil e...

O SR. DANIEL BARBOSA - De 2004, entre maio e abril.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso, 2004. Quer dizer, então, o senhor não usou esses materiais na convenção?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu usei... a marca, eu usei nas cartas que eu enviei aos filiados e cheguei a confeccionar um adesivo.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas não era o material fundamental para a convenção, esse era material fundamental para campanha. Porque na convenção as pessoas não o identificam pela logomarca, mas o identificam pela pessoa, pelo trabalho que o senhor vem realizando na cidade. É isso?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, mesmo que o senhor não tivesse pronta, no final de março, não lhe traria nenhum prejuízo, porque não é o *marketing* que define uma candidatura dentro do PT. O que define a candidatura dentro do PT é o comprometimento, o compromisso e a militância. Correto? Quer dizer, no PT, não se convence as pessoas porque você tem uma marca mais bonita, porque você tem camiseta e distribui chaveirinho. Essa não é a prática política do PT. Convence-se em razão do compromisso partidário, das lutas e do histórico. É isso. Quer dizer, mesmo sem a logomarca, o senhor conseguiria passar, pela sua história, pelo seu compromisso, passar na convenção.

O SR. DANIEL BARBOSA - Mas eu utilizei a logomarca no material.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas se não tivesse... Quer dizer, não é a logomarca que lhe garantiu. O que lhe garantiu foi o empenho do seu grupo de apoio, sua militância e sua história dentro do partido. Correto?

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Depois, o senhor conseguiu a legenda, foi para a campanha fazer a disputa. O senhor fez todos esses materiais?

(Segue-se exibição de imagens.)

Por exemplo, eu estou vendo aqui, isso aqui eu pressuponho que é adesivo. Ou não?

O SR. DANIEL BARBOSA - Adesivo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É adesivo. Fez adesivos?

O SR. DANIEL BARBOSA - Cheguei a confeccionar adesivo e camiseta.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Esse aqui eu não entendi. O que seria?



O SR. DANIEL BARBOSA - Essa foi uma das mostras que ele fez, mas eu não cheguei a utilizar. Seria para camiseta...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Para camiseta? Para estampar no...

O SR. DANIEL BARBOSA - Camiseta, faixa...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E essa aqui seria aquilo que a gente chama de “praguinha”.

O SR. DANIEL BARBOSA - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É uma praga, você cola e, depois, para tirar... Esse aqui também é praguinha?

O SR. DANIEL BARBOSA - Também.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Também. Fez também?

O SR. DANIEL BARBOSA - Cheguei a confeccionar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Essa aqui parece que já é uma “pragona”, que é maior, pelo tamanho. Mas é praguinha também. Ou não?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu lembro, na época, havia algumas idéias, uma idéia também de fazer um *display* para colocar em carros.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ah, em carro. Mas não chegou a fazer?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não, esse material, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Esse não. Esse aqui é marca-folha, para pôr em livro, essas coisas?

O SR. DANIEL BARBOSA - Seria, a idéia seria essa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Seria? Não fez também?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não chegamos a realizar esse material.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Esse aqui também deve ser a mesma coisa.

O SR. DANIEL BARBOSA - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Também não?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E essa faixa para cabeça, fez?



O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Também não. Boné, fez?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nenhum dos 3 modelos aqui?

O SR. DANIEL BARBOSA - Boné, eu não consegui recurso para fazer.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Camiseta, sim?

O SR. DANIEL BARBOSA - Camiseta, sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Azul ou branca?

O SR. DANIEL BARBOSA - Vinham camisetas brancas, cheguei a fazer estampa em camiseta vermelha, na época.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Essa daqui.

O SR. DANIEL BARBOSA - É, utilizando essa marca. Depois, foi agregada também a marca da candidatura majoritária.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, porque é obrigatório no partido. Esse aqui é baralho?

O SR. DANIEL BARBOSA - É uma idéia que não chegou a ser utilizada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não chegou a fazer um jogo de cartas. No início, aqui, olhei e pensei que era com o seu número, mas depois eu vi que não, é 8573. Depois que eu dei conta que era um jogo de baralho. Caneta?

O SR. DANIEL BARBOSA - Caneta, fiz.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Chaveirinho também?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não. Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, pouco aproveitou do trabalho em função dos recursos financeiros, obviamente.

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor disse que 2 Vereadores do PT foram eleitos. O senhor saberia dizer o nome deles?

O SR. DANIEL BARBOSA - Foi eleito nessa eleição o Vereador Edson Saviato. Foram reeleitos. Já eram Vereadores e foram reeleitos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quantos votos teve o Edson?



O SR. DANIEL BARBOSA - O Edson era Presidente da Câmara, foi candidato a reeleição, ele teve 1.200 ou 1.300 votos. Não me recordo o número total, mas...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas em torno disso.

O SR. DANIEL BARBOSA - Em torno disso

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o outro?

O SR. DANIEL BARBOSA - A Profa. Elzinha se elegeu com 1.023 votos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E os demais depois deles, todos com votação abaixo de mil.

O SR. DANIEL BARBOSA - Todos com votação abaixo de mil.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Algum do PCdoB, ou não?

O SR. DANIEL BARBOSA - Na época o PCdoB tinha um Vereador que não foi reeleito nessa eleição. Ele teve cerca de 900 votos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, a coligação toda fez só 2. E os 2 do PT. Quer dizer o PCdoB não conseguiu.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não conseguiu.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor disse que fez a sua campanha com recursos do partido, material de campanha que o partido ofereceu. Foi aquele pacote que o Diretório Estadual estava oferecendo para todas as candidaturas, todas as cidades?

O SR. DANIEL BARBOSA - Existiu uma coordenação da campanha no Município, e essa coordenação é que discutiu material conosco. E eu cheguei a realizar alguns materiais com a minha coordenação de campanha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Fora o material que a Direção Estadual deu, também tinha o material da Direção Municipal.

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu não tenho conhecimento de material da Direção Estadual. Eu lembro que a gente discutia com a Coordenação Municipal, com a coordenação de campanha local.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Que era aquele, da estadual de São Paulo. Eles pediam para todos os candidatos a Vereadores que mandassem num disquete, logomarcas, essas coisas, para eles confeccionarem. E aí mandava,



entregava no Diretório Municipal, o Diretório Municipal entregava ou na macro ou no Diretório Estadual, e aí eles confeccionavam, tudo meio padrãozão. Era meio marrom clarinho com umas estrelinhas. Era esse o material que o senhor recebeu também, não? Não se recorda?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não me recordo como era o material, mas todo o material recebi da coordenação da campanha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Da coordenação da campanha local. Estou perguntando porque se for esse material é até compreensível, porque o senhor conseguiu deslanchar melhor, Sr. Relator. Porque a maioria dos candidatos a Vereadores que disputaram pelo PT em 2004 — a maioria, não a totalidade, porque dependendo do campo que participavam — foi receber lá para 15 de setembro, sendo que a eleição era no primeiro domingo de outubro, então alguns nem tiveram como fazer campanha, em razão de que o Diretório Estadual que havia assumido o compromisso não encaminhou.

Bom, então uma parte do material o senhor recebeu, a outra parte o senhor fez com recursos próprios e com o apoio de colaboradores de campanha.

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor tem idéia de quanto gastou para obter esses 470 votos? Qual foi o custo da sua campanha? Quer dizer, o PT entregou o material, e pediu um recibo para o senhor, em razão de que é uma doação? Equivalente a quanto? O senhor se recorda?

O SR. DANIEL BARBOSA - Por volta de 14 mil reais.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O PT.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não. O total da minha campanha, da prestação de contas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quanto de contribuição do partido? Porque quando ele entrega o material, ele pede para assinar um recibo, porque teve uma despesa no partido e tem que consignar. O senhor lembra qual o percentual que o PT colaborou com o senhor?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu não lembro. Lembro de ter feito os recibos do Comitê Financeiro Municipal.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A maior parte desses recursos, o senhor é que arcou, ou o partido foi que arcou, desses 14 mil reais?

O SR. DANIEL BARBOSA - A maior parte foi entre a contribuição do Comitê Financeiro Municipal.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Da sua própria campanha, ou do partido?

O SR. DANIEL BARBOSA - Da minha campanha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Da sua campanha, quer dizer, os seus colaboradores. O que o senhor arrecadou e o que o senhor desembolsou do seu próprio recurso. E o Sr. José Nilson deu alguma colaboração além dessa, ou só ficou nessa colaboração?

O SR. DANIEL BARBOSA - Só nessa colaboração.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor disse que tem uma amizade com o José Nilson, de tomar café, conversar, é do mesmo grupo, faz parte do grupo dele. E em momento algum o senhor pediu mais algum apoio e ele sinalizou dizendo, *“Olha, isso aqui já é o máximo. É isso e acabou.”* Ou falou que ia tentar mais alguma coisa?

O SR. DANIEL BARBOSA - Bom, ele disse que não tinha condições na época de me ajudar financeiramente nem com material.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Além disso aqui.

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu tive o apoio político dele. Ele me acompanhou na minha campanha, me dava orientação: *“você deve fazer mais visita, deve andar mais”*. Foi isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E, sendo do mesmo grupo de apoio, geralmente se discute de onde vêm os recursos; não só estratégia política, mas também estratégia de como você vai arrumar os recursos. Ele nunca fez menção para o senhor que estava se desdobrando na tentativa... Porque o senhor disse que ele foi um grande incentivador. Porque geralmente, nessas questões políticas, muita gente para incentivar, depois que você entrou ninguém mais para apoiar. Isso é um fato na vida de quem vai para a disputa política.



Então, ele o incentivou: “*vai, vai, vai*”. Na hora em que o senhor foi, disse: “*E agora, Nilson? E o dinheiro? E os recursos? Como é que eu faço?*” Ele nunca lhe disse de onde estaria arrumando recursos? Nunca fez menção?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nada nesse sentido. Quer dizer, então, era uma relação política meio distante; não era uma relação política de proximidade. Era assim: ele mais ou menos um capa-preta do grupo: dialogava com vocês o que era conveniente na perspectiva dele. Vocês não chegavam a discutir estratégia, financiamento de campanha. É isso?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu tenho conhecimento de que ele tinha que acompanhar outras atividades. Isso no decorrer da vida política dele. Então, eu também não... Tinha uma outra candidata na cidade que também ele estava apoiando, então não acompanhou diretamente a minha campanha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor sabe se lá o apoio à outra candidata foi um apoio diferenciado?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não sabe dizer.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, o senhor não sabe de onde o Sr. José Nilson arrumou os recursos; não sabe como ele fez o pagamento ao Sr. Nagot. O senhor só sabe que ele falou: “*Olha, vai lá no Nagot...*” Ele pediu algum recibo para o senhor na época da contribuição que estava sendo dada?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não pediu recibo também.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor também não lançou essa contribuição na sua campanha?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não, porque foi feito na pré-campanha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor usou para a campanha?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não era necessário.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor para a campanha?

O SR. DANIEL BARBOSA - A marca depois eu passei para o comitê majoritário para ser utilizada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor se beneficiou de um material que fora feito e não fez nenhum tipo de lançamento, de contribuição do Sr. José Nilson, do Professor Luizinho, de ninguém?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não fez. Obrigado. Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Guadagnin) - Eu queria perguntar se o senhor Relator quer fazer mais alguma pergunta, ou se o Sr. Márcio, advogado, quer fazer alguma pergunta.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Eu não queria fazer pergunta, mas queria fazer uma consideração final após a pergunta do Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Eu gostaria de ainda perguntar para o nosso Daniel: Sr. Daniel, durante a campanha, você nos disse antes que não teve contato algum com o Deputado Professor Luizinho.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Nem telefônico?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Você não telefonou para ele, não telefonou para o gabinete dele, nem ele telefonou para você, nem o gabinete dele telefonou para você?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não. Qual sua data de nascimento, por favor?

O SR. DANIEL BARBOSA - 23 de outubro de 1971.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Lá, no ateliê, utilizando o nome dado pelo Deputado Orlando Fantazzini ao estabelecimento comercial do Sr. Nagot, lá é uma casa, um sobrado, uma sala no edifício?

O SR. DANIEL BARBOSA - Uma casa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Uma casa. Não é no centro, mas é num bairro próximo ao centro.

O SR. DANIEL BARBOSA - Próximo ao centro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo. O senhor nos disse que pertence ao grupo político do Sr. José Nilson.

O SR. DANIEL BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Mas o Sr. José Nilson não o ajudou na convenção.

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Na convenção ele não o ajudou. Por quê? Já estava garantida a sua participação. O seu trabalho era suficiente para que você...

O SR. DANIEL BARBOSA - Na convenção, só poderiam participar os delegados e os membros da direção local.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim, mas um assessor do Deputado Professor Luizinho é um assessor forte, é uma pessoa militante forte do PT que poderia ali estar conversando, pedindo aos convencionais que o seu nome constasse da lista. Ele não fez isso?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Certo. O senhor poderia nos dizer qual o conhecimento que o senhor tem da relação do assessor José Nilson com o Deputado Professor Luizinho? Qual é a relação? É uma relação assim... Ele fica no escritório? Ele não fica no escritório? Ele... Dentro do seu conhecimento, a relação dos 2 é uma relação de íntima confiança ou é uma relação meio distante?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu não tenho conhecimento de como se dá essa relação.



O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Mas o senhor disse que o senhor tem um relacionamento muito bom, excelente até, com o José Nilson.

O SR. DANIEL BARBOSA - Com o Nilson, sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sim. Muito bem. E o Padre candidato a Vereador lá em Santo André, conhece?

O SR. DANIEL BARBOSA - Conheço.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Vocês iam juntos conversar com o Nagot? Ou iam juntos e, de repente, iam separados?

O SR. DANIEL BARBOSA - Separados.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Separados.

O SR. DANIEL BARBOSA - Separados.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Vou perguntar pela última vez: não teve telefonema do Professor Luizinho nem do gabinete dele para o seu telefone, nem o senhor telefonou para eles nesse período da sua campanha, nesse período crítico, vamos dizer, de dezembro de 2003 até as eleições?

O SR. DANIEL BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não. O senhor conhece bem a outra candidata, a Lenita?

O SR. DANIEL BARBOSA - Conheço.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ela foi escolhida como candidata, mas obteve apenas 176 votos. Não entro no mérito, mas ela era uma candidata forte e teve algum problema com ela durante a campanha para ela obter... Vamos aqui: o assessor do Deputado Professor Luizinho deve ter um grande conhecimento político. Ele demonstrou aqui que ele tem um bom conhecimento político. Com relação à sua votação, foi uma votação expressiva, uma votação dentro das suas dificuldades, a gente vê, pois em 470 votos um voto é muito importante. Dois votos, mais importante ainda, porque é um além do nosso, do próprio. Mas 470 votos é uma votação, dentro desse quadro que eu pude ver aqui... Eu pude ver aqui que teve candidatos a ... Ela, na verdade, acabou sendo a menos votada, não da coligação, mas a menos votada do PT acabou sendo a Lenita, com 176 votos; porque, da coligação, foi a Glória, do PCdoB, com 61 votos. Era uma das duas candidatas. E a



Lenita teve 176 votos. Isso se atribui a quê? A uma falta de visão do Nilson de escolher a Lenita como candidata? Ou ela teve algum problema na eleição? Às vezes ela...Tem pessoas que têm problema na eleição, às vezes tira seu nome ou nem trabalha, desiste e não tem voto. O senhor atribui ao que essa votação tão pequena dela?

O SR. DANIEL BARBOSA - Eu não conheço quais as dificuldades que ela possa ter tido durante a campanha, mas a Lenita já havia sido candidata na eleição anterior, a eleição de 2000. Então, por isso, teria a legenda... praticamente com mais facilidade para conseguir a legenda. E ela desenvolvia na cidade, desenvolve ainda, um trabalho com mulheres na cidade.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Eu encerro agradecendo, mais uma vez, a sua colaboração.

O SR. DANIEL BARBOSA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Guadagnin) - Dr. Márcio. *(Pausa.)*
Sr. Daniel, muito obrigada pela sua presença e pela sua contribuição.

O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA - Deputada Angela, presidindo o Conselho, ilustre Relator, senhores membros do Conselho — que agora é só um membro do Conselho. Mas Relator, especificamente eu gostaria de me dirigir a V.Exa. para tentar expor alguns aspectos que eu julgo absolutamente relevantes. Nesses momentos, os fatos que foram postos à apreciação deste Conselho geraram, inclusive, mediante ações judiciais, pronunciamentos de juristas e cientistas políticos com relação à natureza jurídica e à natureza política dos trabalhos deste Conselho. Daí parece haver já um consenso de que, apesar de ser ampla a possibilidade de apreensão pelos Parlamentares membros do Conselho do que é e do que não é quebra de decoro, é claro que são alguns balizadores, para se chegar a essas conclusões, os princípios gerais de direito.

Eu faço essa ponderação inicial porque hoje foi expressamente registrado aqui durante os debates, durante a oitava, que ou o Sr. José Nilson ou o Deputado Professor Luizinho, Representado, teria mentido com relação a um fato que é o



eventual contato com Delúbio Soares a partir da provocação que o José Nilson teria feito.

Quero fazer a seguinte ponderação: versões sobre um fato que não é negado não podem significar uma contradição. É óbvio que isso não quer dizer que o Parlamentar, quando tem essa leitura, não possa, subjetivamente, formar um juízo. Mas o fato é: José Nilson disse que provocou o Parlamentar e que o Parlamentar não o retornou.

O Professor Luizinho disse em seu depoimento e está registrado — independente do que eu diga ou deixe de dizer, com a precisão do está registrado — que ele recebeu a provocação do José Nilson, falou com o Delúbio e teria dito para o José Nilson: *“É com ele”*. O José Nilson em nenhum momento falou que o Professor Luizinho nunca disse que era com o Delúbio. Pelo contrário. Ele afirmou aqui, em várias oportunidades, que o Deputado Professor Luizinho teria usado a expressão: *“Isso é com o PT”*. Se o Deputado Professor Luizinho, na realidade, disse *“Vá conversar com o Delúbio”*, ou disse *“Isso é com o PT”*, é um detalhe que, convenhamos, não configura uma contradição, porque o fato, que é a retirada de 20 mil reais, não foi negado. Nós temos uma declaração do Delúbio Soares que, de fato, disponibilizou 20 mil reais para o Sr. José Nilson, sem interferência do Professor Luizinho — está nos autos —; o Sr. José Nilson, a toda evidência, esclareceu esse fato, dizendo que, efetivamente, ele procurou diretamente o Delúbio e conseguiu os 20 mil reais. Então, você tem o beneficiário e a pessoa que disponibilizou os recursos dizendo o mesmo fato, que em momento nenhum foi contraditado.

Então, essas considerações apenas para deixar registrado que não há uma inferência necessária de que ou um mentiu, ou outro mentiu. Na pior das hipóteses, o que existe é uma versão distinta ou não tão idêntica sobre o mesmo fato, fato esse em momento algum negado.

São essas as considerações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Guadagnin) - Bom, nada mais havendo a tratar nesta parte da manhã, suspendo a reunião e comunico que esta teria prosseguimento às 14 horas, o que não poderá mais sê-lo, porque já são 14h10min. Acredito que lá para as 15 horas, 15 horas e pouquinho, haverá a oitava



do Sr. Jacinto Lamas, testemunha arrolada pelo Deputado Chico Alencar, Relator da Representação instaurada contra o Deputado Wanderval Santos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sra. Presidenta, antes de encerrar, queria que estabelecêssemos um horário. Não sei se pode ser às 15h30min.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Guadagnin) - 15 horas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - 15 horas.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Se nós todos dispensarmos a sobremesa, quem sabe?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Chegaremos às 15.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Antes um pouco. (*Risos.*)

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, declaro reaberta a 72ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. Jacinto Lamas, testemunha arrolada pelo Relator, Deputado Chico Alencar, no Processo nº 18, de 2005 (Representação nº 55, de 2005), instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

Encontra-se presente o advogado do Deputado Wanderval Santos, o Dr. Sebastião Neto, e o advogado do Dr. Jacinto Lamas, Dr. Délio Lins e Silva.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, pela ordem. Abstraindo da minha condição de Relator deste processo, quanto à questão dos trabalhos do Conselho de Ética que V.Exa. abordou hoje cedo, devemos reiterar que a nossa manifesta disposição é a de trabalhar continuamente. Porém, não é possível ao Conselho trabalhar em não havendo funcionamento pleno da Casa, porque isso poderia até prejudicar a defesa dos Representados em recursos que porventura queiram fazer a qualquer instância, notadamente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Só poderá haver o funcionamento desta Casa no período de recesso na conformidade da Constituição. E há projetos, infelizmente, engavetados para a



redução do recesso. Portanto, prevalece a norma constitucional que prevê o funcionamento de 15 de fevereiro a 15 de dezembro, excluído todo o mês de julho.

Portanto, só será possível não haver esse recesso se houver a convocação extraordinária do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, que só podem ser feitas pelas Mesas Diretoras das 2 Casas ou pelo Executivo, o que implica obrigatoriamente remuneração dos Parlamentares, Deputados e Senadores. Adicional esse que, por sua vez, pode ser recusado por um gesto voluntário de 81 Senadores e 513 Deputados, num rasgo de austeridade.

Nós do Conselho nos dispomos a isso também. Agora, não vamos fazer isso sozinhos. Deve haver uma convocação em que a produtividade legislativa, para além dos nossos trabalhos, seja relevante.

Portanto, é bom que a nossa posição fique bem clara, porque hoje fui indagado sobre isso. Já fizeram até uma soma: 100 dias de interrupção. O nosso compromisso no dia 15, como lembra o Deputado José Carlos Araújo — aliás, no dia 16, já que o dia 15 é a instalação solene da última sessão legislativa desta Legislatura — é ter 6, 7 ou, quem sabe, 8 relatórios prontos para serem lidos. Depois, no tempo regimental, proferido o voto, discutido, debatido, por fim, a indicação do Conselho vai para o plenário da Casa.

Portanto, a questão é claríssima. Falo por mim. Se houvesse um gesto que seria de repercussão histórica e planetária, com todos os 513 Deputados e 81 Senadores dizendo que vão trabalhar em janeiro, inclusive com todos abrindo mão da sua remuneração extra de mais 2 salários, aqui estaremos trabalhando com a mesma disposição de sempre.

Sou um homem otimista. Acho que o Natal até melhora as pessoas. Os desejos de Ano Novo sempre têm alguma sinceridade, mas esse gesto da totalidade da Casa e também dos Senadores é improvável.

Portanto, a decisão é das Mesas Diretoras. O Conselho não tem poder nem de cassar nem de absolver ninguém, muito menos de convocar o Congresso Nacional extraordinariamente.

Fiquei muito incomodado, além de outras questões, com esse tipo de aleivosia, Deputado Nelson Trad, para usar uma palavra do seu vernáculo, superior ao de todos nós.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Complementando as palavras...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Só uma observação às palavras do nobre e querido Deputado Chico Alencar. Austeridade é um gesto do cotidiano deste Conselho. Esse Conselho tem sido austero e esta Casa também. Quanto ao gesto de renúncia ao que é regimental e está na Constituição, será um gesto unilateral. Cada um poderá fazê-lo ou não, certo? Nunca houve esse caso porque o recesso é previsto não só para o lazer, principalmente para nós, Deputados. Pelo contrário, talvez no recesso se trabalhe muito mais porque trabalhamos viajando, arriscando nossas vidas, fazendo campanhas, principalmente em ano eleitoral.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero dar meus parabéns a V.Exa. e dizer que, notadamente, este Conselho é tido tanto na Casa como aí fora — e falo sobre o meu Estado — como símbolo da austeridade e da seriedade, resultado da Presidência que V.Exa. tão bem tem exercido. Portanto, tenho certeza absoluta de que no dia 15, por força regimental e legal, teremos que parar involuntariamente. Logicamente que gostaríamos de acabar com esse fardo que estamos carregando. Não deixa de ser um fardo, pois é um trabalho a mais que nós estamos tendo, nada agradável, pois muitas vezes somos obrigados a punir os nossos companheiros. Mas faz parte do ofício para o qual fomos eleitos pelo povo. E aqui fomos indicados para o Conselho de Ética e vamos ter que fazer esse trabalho. Infelizmente, é regimental, é legal, nós temos que parar no dia 15, porque a Casa vai parar realmente e não será convocada. Mas no dia 16 voltaremos com a mesma disposição, Sr. Presidente, que tivemos ao logo do ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E V.Exa., realmente, tem sido muito feliz em seu trabalho, principalmente na relação com a imprensa, nas declarações que tem dado à imprensa, pois, sem dúvida nenhuma, tem situado muito bem esta Casa, apesar de todo o desgaste. V.Exa. tem sido uma ilha à parte



dessas coisas todas e tem realmente dado a nós orgulho de pertencer a este Conselho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado a V.Exa. Só complementando o que V.Exa. e o Deputado Chico Alencar acabaram de dizer, eu gostaria de reiterar o papel do Conselho neste episódio. Infelizmente, alguns setores da imprensa não entenderam e colocaram em suas manchetes de jornais que o Conselho de Ética estava dando um bônus ao mensalão ou coisa parecida.

Quer dizer, eu duvido que tenha nesta Casa um órgão que trabalhe mais do que o Conselho de Ética. Estamos fazendo um trabalho independente, transparente e justo, acima de tudo. E nós não teríamos condições de forma alguma até o dia 15 de mandarmos mais algum processo para a Mesa da Câmara. Há os prazos regimentais, e tenho certeza de que no dia 15 de fevereiro eu já estarei convocando V.Exas., quer dizer, vai ter a abertura dos trabalhos e, em seguida, reunião do Conselho de Ética. Dia 15 de fevereiro, eu tenho certeza, como disse o Deputado Chico Alencar, pelo menos 7 ou 8 Deputados trarão já os seus relatórios prontos, os quais serão lidos na mesma semana e em fevereiro quase todos os processos irão para a Mesa da Câmara.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, sabemos que há crimes hediondos, onde as pessoas matam 3, 4, 5 pessoas. Elas são presas, mas o Judiciário leva 4 ou 5 anos para fazer o Júri e condenar essas pessoas. Nós estamos aqui fazendo coisas recordes, em 100 dias, mas ainda somos incriminados por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu quero lembrar que restavam, até hoje pela manhã, 34 testemunhas a serem ouvidas. Hoje de manhã ouvimos 3; agora estamos ouvindo mais uma, 4. Sobraram 30. Na semana que vem, possivelmente, mais 10. Então, em fevereiro, ouviremos apenas 20 pessoas, mais ou menos. Quanto aos Deputados, faltam em torno de 13. Na semana que vem vamos ouvir o José Mentor, na terça-feira, e o Vadão Gomes, na quarta-feira. Então, estamos cumprindo a nossa obrigação e não cabe ao Conselho de Ética decidir se vai haver autoconvocação ou não. Cabe à Mesa da Câmara e às Lideranças da Casa.



Pois não, Deputado Beto.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, Deputado Chico Alencar, demais Parlamentares, permito-me, pela primeira vez, a oportunidade de me dirigir a V.Exas. no âmbito do Conselho de Ética. E desejo fazê-lo sob o manto do reconhecimento e do elogio à dedicação com que V.Exas. vêm se desincumbindo da missão de dar resposta à expectativa que a sociedade tem e cobra de todos nós quanto às providências e ao juízo sobre todos os atos infelizmente acontecidos envolvendo Parlamentares e não Parlamentares nesses episódios que nós conhecemos, por isso eu o cumprimento formalmente, Sr. Presidente.

Segundo, particularmente, penso que seria um absurdo, de fato, a Câmara dos Deputados se autoconvocar, remunerando extraordinariamente 513 Deputados para que o Conselho de Ética pudesse funcionar, em tese, regimentalmente. Seria um abuso descabido e acho que, de forma inaceitável aos olhos da sociedade.

Assim, preliminarmente, penso que a atitude de V.Exa. é coerente, correta e não atrasará os trabalhos.

Entretanto, a título de sugestão, Deputado Ricardo Izar, quero deixar aqui ao colendo exame de V.Exa., sempre magistrado, a possibilidade de uma consulta ao Supremo Tribunal Federal, da possibilidade, como Conselho, de atuarmos, já que temos, digamos, inquéritos em andamento. Se fosse o caso, pudesse ser isso examinado. Digo isso a título de sugestão que me ocorreu e penso que deveria compartilhar aqui com V.Exa. apenas nesse sentido. Mas acho que a decisão que V.Exa. já adotou está correta, coerente, responsável e penso que ajudará, inclusive, na qualidade dos trabalhos.

Então agradeço a atenção de V.Exa. Meus cumprimentos pelo trabalho até então aqui conduzido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer ao Deputado Beto Albuquerque.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para a tomada do depoimento do Sr. Jacinto Lamas, testemunha arrolada pelo Relator, Deputado Chico Alencar.



Já se encontram os advogados presentes: o Dr. Sebastião Neto e o Dr. Délio Lins e Silva.

Inicialmente, então, ouviremos as perguntas e a palavra do Deputado Chico Alencar.

Antes, vamos ler o termo de compromisso:

“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 18, de 2005 (Representação nº 55, de 2005), instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

Sala das reuniões, 8 de dezembro de 2005.

Jacinto de Souza Lamas.”

Obrigado.

Com a palavra o nobre Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Jacinto, em primeiro lugar, agradeço-lhe o atendimento ao nosso convite. Infelizmente, no processo em tela, que envolve o Deputado Wanderval Santos, que abriu mão de indicar testemunhas ao processo, portanto, as que foram convidadas o foram por iniciativa do Relator e de outros Deputados, uma testemunha importante aqui seria o ex-Deputado Carlos Rodrigues, que, infelizmente, vem alegando razões para não comparecer. E V.Sa. teve uma dificuldade no primeiro convite, mas está aqui. Eu quero agradecer-lhe à medida que nunca é demais repetir que nos processos disciplinares do Conselho de Ética não há convocação, nem muito menos intimação. Há convites, que as pessoas aceitam ou não, contribuindo ou não com a elucidação dos casos e com o aumento da cidadania. Portanto, agradeço-lhe a presença aqui.

E faria as perguntas iniciais de praxe quanto a alguma qualificação do senhor como testemunha. Profissão, onde trabalha atualmente e onde reside.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Resido em Brasília. O senhor quer que eu decline meu endereço?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.



O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - À QI 01, Conjunto 01, Casa 26, do Lago Sul. Presto serviços ainda ao PL, onde habitualmente trabalho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor é funcionário do PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Assim, com carteira assinada ou funcionário de algum gabinete?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, sou do PL, presto serviços à Liderança do PL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É um trabalhador, é um servidor do Partido Liberal?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem uma função determinada?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Tenho, sou Chefe de Gabinete da Liderança do PL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Chefe de Gabinete da Liderança do PL. O endereço do seu trabalho, onde é?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - É o Gabinete da Liderança do PL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas eu não... Ah, o Gabinete da Liderança aqui na Casa?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - É, eu não sei expressar aquele endereço lá.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Certo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Chico, permita-me?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu ouvi o depoimento do Sr. Jacinto Lamas e, se não me engano, ele é advogado.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Sou advogado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, na sua qualificação, coloca advogado.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Sou advogado.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor é advogado?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Também. Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Formado aqui em Brasília ou no Rio de Janeiro?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Em Brasília, no CEUB.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Certo. Recuperando algo do início de junho, quando seu nome apareceu pela primeira vez, através do ex-Deputado Roberto Jefferson, ele mencionou o senhor como tesoureiro informal do PL.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O que significaria isso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Desculpe-me interrompê-lo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não era tesoureiro informal. Era tesoureiro formal do PL. Já desde a época em que o Deputado Izar foi também Líder do PL, eu substituí o tesoureiro anterior. Era formalmente o tesoureiro da Executiva.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente. Queria pedir ao depoente que fique próximo ao microfone e para ele ficar calmo e tranquilo, porque aqui nós estamos somente querendo saber a verdade. Quero que ele fique calmo, seja tranquilo, fale ao microfone, para não... Não fique...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não, estou tranquilo, Deputado José Carlos. Apenas é que a...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, por favor...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Levanta mais o microfone.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Apenas a vontade de responder prontamente ao Deputado, talvez eu tenha atropelado por isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Jacinto, a que o senhor atribui essa expressão que o ex-Deputado Roberto Jefferson trouxe à baila? O senhor deve ter percebido quando ele falou "tesoureiro informal".

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aquilo me chamou muito a atenção. Depois, eu descobri que o meu partido tinha um tesoureiro extraformal. *(Risos.)* Até



correu uma expressão perigosa, parafraseando Câmara Cascudo: “*O melhor do Brasil é o tesoureiro*”, de um certo Brasil aí que nós queremos superar. Mas o senhor não se recorda disso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, eu realmente não registrei isso, Deputado Chico, e atribuo apenas a um equívoco, a uma desinformação dele. Total desinformação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor exerceu ou exerce ainda essa função de tesoureiro do Partido Liberal de quando a quando?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não exerço mais. Deixei a tesouraria em fevereiro de 2004. Eu não... De 2005, desculpe.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Fevereiro de 2005.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - De 2005. Desde 89 exerci essa função. Mas não era tesoureiro informal. Era um equívoco do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor deixou essa função na tesouraria por que razões?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Por razões de outras atribuições que eu tinha no partido. Eu exercia especialmente a questão da programação... Eu me encarregava especialmente da questão de programação de televisão, de rádio, e me incumbiram... eu me incumbia de receber as comunicações do Tribunal Superior Eleitoral e de transmiti-las às emissoras de televisão. E deixei, por questões internas, assim, de tempo, de falta de secretária, enfim, questões muito internas, eu deixei de comunicar a uma emissora importante, a mais importante delas, umas inserções que nós tínhamos em fevereiro. Isso gerou um clima de muito desgaste e, no final, acabei por me licenciar, pedir licença da... me afastar da tesouraria do partido, que também acumulava.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nesse período em que o senhor exerceu a função de titular da tesouraria do PL, o senhor se recorda quem foram os Presidentes e Líderes de bancada aqui, nesse período?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Os Presidentes? Os Presidentes foram o Deputado Álvaro Valle, que o senhor bem conhecia, do Rio de Janeiro, foi o



fundador, e, a partir de 2000, após o seu falecimento, o Deputado Valdemar Costa Neto. Os Líderes, o primeiro foi o Deputado Adolfo Oliveira, que o senhor também provavelmente deve ter conhecido, em 1986, a primeira grande eleição do partido, quando fizemos uma bancada de 19, se me recordo — Deputado Adolfo Oliveira, de Petrópolis. Depois, o nosso querido Presidente, o Deputado Ricardo Izar, foi o nosso Líder, que transmitiu ao Deputado Valdemar Costa Neto a Liderança, em 1989, se não me falha a memória. Não é isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Correto.

Quem o substituiu na tesouraria de fevereiro deste ano para cá?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - De fevereiro de 2005 em diante foi Luiz Henrique, um assessor da Liderança que passou a ocupar as minhas funções também. Luiz Henrique Guimarães, se mal me recordo do nome dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Na CPMI da compra de votos, também no seu depoimento na Polícia Federal, o senhor afirmou que foi diversas vezes à agência do Banco Rural em Brasília, e outras tantas também à empresa SMP&B, em Belo Horizonte, a fim de receber recursos, em dinheiro, em espécie, para o PL. O senhor confirma?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Para o Deputado Valdemar Costa Neto, a mando dele, eu fui algumas vezes à agência do Banco Rural, aqui, como está no meu depoimento. E estive, algumas vezes, em Belo Horizonte. Em viagens em que eu lá estava, ele me pediu para passar na SMP&B, mas lá não recebi dinheiro em espécie, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Na SMP&B, não houve recebimento de...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, como está nos meus depoimentos, não houve recebimento em espécie.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas em cheque?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Na verdade, naquele momento, eu não sabia que eram cheques; eram envelopes fechados que eu transferia para o Deputado Valdemar Costa Neto.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eram entregues ao Deputado Valdemar Costa Neto?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só esse procedimento, esses contatos, tanto com a agência do Banco Rural, Brasília, e mais nenhuma outra?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, mais nenhuma outra.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, à agência SMP&B de Belo Horizonte, o senhor ia a mando, por determinação do ex-Deputado Valdemar Costa Neto, exclusivamente dele?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Certamente. Exclusivamente dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A Direção do PL ou a Executiva não tinham ciência disso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, absolutamente, não. Era só o Deputado Valdemar Costa Neto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso nunca foi comentado no partido?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não. Era um assunto pessoal do Deputado Valdemar Costa Neto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele solicitava esses seus serviços como favores pessoais?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não. Ele determinava. Ele era o Presidente. Ele determinava e eu cumpria.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem idéia do montante de dinheiro que o senhor recebeu e repassou para ele?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Apenas pela divulgação da imprensa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando era em espécie era aqui no Banco Rural?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Era.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E qual era o procedimento? Essa pergunta é necessária, porque todos os processos disciplinares, aqui no Conselho, têm interface, estão quase todos dentro do mesmo duto, então, essa ida ao Banco



Rural, agência Brasília, é corriqueira. Vários Parlamentares ou seus prepostos ou servidores fizeram isso.

Então, a gente está querendo ver se o procedimento era similar.

O senhor sabia que era agência do banco?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Até ir lá não sabia que existia agência em 9º andar no País. A primeira vez, não é?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas a primeira ida, se o senhor se recorda, foi para ir a uma agência de banco.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, ele mandou que eu fosse a um escritório e lá eu constatei que era uma agência de banco; e apanhei a encomenda dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não era determinado: vai ao escritório do 9º andar do Brasília Shopping. Em lá chegando, o senhor percebeu que era uma agência bancária.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Isso. Agora, como está no meu depoimento, o procedimento era sempre o mesmo. Ele se comunicava ao receber uma comunicação do Sr. Delúbio, e alguém do Sr. Delúbio me ligava pedindo para comparecer lá onde o senhor disse na agência. Normalmente, a Dona Simone Vasconcelos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor lembra o período em que isso foi feito?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Pelo que me recordo, a partir de fevereiro de 2003 até o final de 2004.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, em nenhum momento...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Até início de 2004. Agora, me falha a memória.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em nenhum momento, em nenhuma circunstância, o senhor ouviu comentários — ou feitos diretamente ao senhor ou ouvindo por estar na sede do partido ou no gabinete da liderança, em um ambiente em que havia debate partidário, mesmo na casa de alguém — sobre esse acordo do PT com o PL para o repasse de recursos ?



O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, apenas o Deputado Valdemar Costa Neto me disse que era um acordo pessoal dele com o Sr. Delúbio a respeito de recursos que ele tinham combinado para as eleições passadas — a eleição do Presidente Lula —, e que ele deveria receber naquele momento, porque foi quando o Delúbio conseguiu. Apenas ele me comunicava sobre o assunto, apenas com ele eu conversei ou ouvi alguma coisa a respeito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para entender bem. Então, em 2003, por exemplo, havia comentários do então Deputado Valdemar Costa Neto sobre recursos que estavam por chegar, decorrentes do acordo político-eleitoral do PT com o PL para a eleição nacional de 2002? É isso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Isso, 2002. É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, viriam recursos supostamente para quê?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Para cobrir despesas com as quais ele havia-se comprometido.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nas eleições de 2002?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - De 2002.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E nunca falou desse montante?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Do propalado débito do PT para com o PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não. Ele nunca me explicitou o montante exatamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas, quando o senhor começou a ser instado a ir à agência do Banco Rural ou a Belo Horizonte, havia, pelo menos, o conhecimento de que era o início desse processo de saldar débitos, os eventuais débitos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Certamente, claramente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Do ponto de vista político.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Explicitamente, foi isso...



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor sabia que ia por um acordo entre o tesoureiro nacional do PT e o Presidente Nacional do PL de então.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Claramente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor, como tesoureiro nacional do PL, teve contatos com o tesoureiro nacional do PT?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não conhece o Sr. Delúbio?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Eventualmente, eu o vi em algum local, mas não tenho conhecimento pessoal com ele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nunca teve nenhum contato?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aquele famoso *show* aqui, em uma casa de *shows*, para fazer fundos para uma possível compra de sede própria do PT, o senhor não compareceu? Com Zezé de Camargo?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Eu estive lá com o Presidente. Fomos jantar antes no *shopping*, passei por lá, pelo *show*, mas não estive com o Sr. Delúbio. Tanto que houve uma foto divulgada pela imprensa e...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não está na foto?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não estou na foto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor conhecia o também ex-Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Conhecia do ambiente partidário. Conhecia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele freqüentava também a Liderança do partido?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Certamente. Ele era da Executiva e freqüentava.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor participou de reuniões na casa sobre a qual há uma celeuma se a casa era do partido, se a casa era do ex-Deputado Valdemar, mas essa disputa não interessa aqui? Havia uma famosa casa



onde o Deputado Valdemar residiu com sua então esposa, tinha um cofre e havia reuniões lá, em uma sala específica, segundo depoimento da ex-esposa dele aqui no próprio Conselho. O senhor participou de algumas dessas reuniões?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não. Não estive em reunião.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nunca foi lá?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nunca foi a essa casa?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, eu ia à casa dele. Os recursos que eu pegava, por exemplo, em Brasília, eu levei para ele nessa casa, mas, em reuniões de Parlamentares, eu não estive lá.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eram sempre recursos em espécie?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E lá — voltando, recuperando um pouco a tramitação, na agência bancária — o senhor não sacava na boca do caixa?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como era o procedimento?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Como está no meu depoimento, o tesoureiro, me parece a função do cidadão que nos atendia lá, nos levava a uma sala privada e nos entregava o que a Sra. Simone determinava, deixava lá determinado que entregasse.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor se recorda da pessoa? Era a mesma pessoa que repassava esses recursos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Quase sempre, acho que sim. Todas as vezes foi o mesmo. Uma vez ou outra talvez tenha sido outro, mas eu não saberia explicitar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor saberia lembrar se era homem ou mulher?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Certamente, homem.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Viu, aqueles que achavam que, se fosse mulher, os homens não lembrariam, ou lembrariam só nesse caso, como hoje de manhã?



Era uma mesma pessoa em geral?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Certamente. E quase sempre o tesoureiro do banco.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E era em uma sala...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Uma sala privada, uma sala interna do banco.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. E aí o senhor conferia o dinheiro?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não. Eu não contava o dinheiro, não conferia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas era entregue como dinheiro mesmo?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Empacotados, envelopados. E eu saía apressado. Não tinha tempo de conferir.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor sabia que era dinheiro? Num banco, não é?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Sim. Sabia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí, normalmente, o seu trajeto era direto para a casa do Deputado?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Diretamente para a casa do Deputado Valdemar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pelo que os jornais dizem, o senhor acabou movimentando, sem ter ciência dessa soma exata, um montante de quanto?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Há aí uma controvérsia. O Deputado Valdemar disse que foram 2 milhões e meio em espécie ou 1 milhão e 300 em espécie e o restante em transferências ou em cheques. E, no final dos números, os jornais e algumas fontes dizem 10 milhões, e o Deputado Valdemar disse que foram 6 milhões e meio. É o que consta, é o que senhor sabe, é o que eu tive conhecimento também das mesmas fontes.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E na SMP&B, cheques. Esse montante chegou a quanto?



O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Eu nunca vi os cheques. Não tenho... as informações são as mesmas que o senhor tem, de imprensa também. Eu não poderia afirmar para o senhor que foram tantos milhões.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas os cheques o senhor via?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não via. Eram envelopes fechados, me entregavam e eu já... Como está no meu depoimento, inclusive da acreação, confirmado pelo Sr. Marcos Valério e pela Sra. Simone, eram cheques em envelopes fechados que eu transferia para o Deputado Valdemar e não os via.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como era uma situação inusitada — as operações bancárias, via de regra, não obedecem a esse tipo de procedimento —, o senhor, em nenhum momento, ficou preocupado? Isso o senhor entendia como parte da vida política brasileira, como um procedimento normal, o senhor não fez nenhuma reflexão, não teve nenhuma precaução quanto a isso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, na medida em que...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para que pudesse prevenir, por exemplo, uma situação como essa aqui hoje, que não se compara à tensão de uma CPMI, uma CPI, mas, de qualquer forma, é uma situação inusitada.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Deputado Chico, na verdade, o que o Deputado Valdemar, Presidente do meu partido e como Deputado Federal, me determinava eu cumpria. Eu não discutia o assunto. Eu me preocupava, quando saía de lá com esses recursos, em entregá-los logo, e nunca houve qualquer reclamação dele. De modo que ele me afirmava que era um acordo dele com o Sr. Delúbio e aquilo ficava dessa forma. Eu não questionava.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor comentou — o senhor já disse na CPMI — que algumas vezes o senhor viu o ex-Deputado Valdemar Costa Neto comentar com colegas Deputados, com um grau de nervosismo, de irritação, de angústia, a respeito de cobranças que recebia, dívidas de campanha eleitoral. Então, eu queria sobre isso fazer algumas indagações: Essas dívidas referiam-se a 2002 ou também ele se preocupava com recursos para 2004?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, Deputado, desculpe fazer uma retificação.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Perfeitamente.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Mas o que eu disse é que, uma ou duas vezes, eu o ouvi reclamar do Sr. Delúbio que os compromissos dele não estavam sendo cumpridos. Parece que eu nunca registrei uma discussão de Deputado com o Deputado Valdemar. Quero dizer, dos Deputados dele. Eu não presenciei, que eu me recorde, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Valdemar Costa Neto então não comentava isso com outros colegas de bancada?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Eu não creio. Eu não saberia dizer para o senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor poderia afirmar que, no nível de seu conhecimento, apenas o Deputado Valdemar Costa Neto tinha essa relação política e financeira, de dinheiro, com o então tesoureiro do PT?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Naquele momento, naquele período, era o que eu sabia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O ex-Deputado Carlos Rodrigues jamais comentou com V.Sa. qualquer assunto desse teor?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Como V.Exa., eu também vim a tomar conhecimento pela imprensa, após a abertura desse processo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, o senhor não ouviu comentários do Deputado Valdemar Costa Neto com outros colegas de bancada sobre débitos, compromissos não honrados, ou mesmo mecanismos para recursos para a campanha municipal de 2004?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, que eu me recorde, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em nenhum momento?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor, trabalhando na Liderança do PL, certamente sabia que na bancada do PL... O senhor tinha exata noção até da história, da primeira bancada que deu mais força ao partido, ainda à época do saudoso Deputado Álvaro Valle, 19 Deputados, o senhor mencionou aqui. Agora, mais recentemente, nesta Legislatura, que começou em 2003, com o PL coligado



com o PT e chegando, portanto, inclusive através do Vice-Presidente, ao Governo da República, com uma grande bancada aqui, 25 se não me engano, depois cresceu.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - É um número próximo disso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Havia Deputados, como é notório, vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus. O senhor considerava que eles faziam uma bancada à parte ou estavam plenamente integrados dentro do PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Eles se integravam bem no PL, agiam de boa vontade dentro da coordenação da Liderança do PL, mas tinha uma coordenação deles, tinha uma coordenação dos assuntos deles, digamos, que era exercida pelo Deputado Carlos Rodrigues. Era isso que eu tinha...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tinha...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Isso era bem claro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor se recorda quantos Deputados pertenciam a essa bancada, que na falta de melhor expressão vou chamar aqui de paralela?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - É, me parece que 5 Deputados vieram inicialmente para o PL, é o que me recordo. Cinco ou seis.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E havia então uma liderança, uma ascendência do ex-Deputado Bispo Rodrigues sobre eles?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Parece que formalmente lá na instituição deles eles tinham essa coordenação do Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor tinha o contorno dessa liderança, dessa coordenação?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não, não. Absolutamente, não. Não me aproximava desse conhecimento, em saber como funcionava essa coordenação do Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele lhe fazia solicitações?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - A mim?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso.



O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não tinha solicitações. Eventualmente assuntos partidários, programas, cópias de fitas, mas nada além disso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E as relações dele com o ex-Deputado Valdemar Costa Neto — aliás, ele também é ex-Deputado — eram cordiais, corriqueiras, normais?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Sempre cordiais, sempre cordiais, sem nenhum risco, sem nenhum atrito, sempre cordiais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele teve contato com... o senhor tem ciência dele, o ex-Deputado Carlos Rodrigues, ter contato com o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, senhor. Como eu lhe disse há pouco, o que eu soube eu vim a saber pela imprensa. Eu não sabia de relação dele com o tesoureiro do PT.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor conheceu aqui o Representado neste processo, o Deputado Wanderval Santos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Conheço.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor conhece de onde?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Do ambiente da Câmara, de vê-lo, e do ambiente da Liderança, quando por lá ele passa, enfim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele... o contato foi assim, portanto...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Pode-se dizer superficial.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Superficial. E ele formava nesse bloco vinculado ao ex-Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele era ligado a esse grupo que obedecia à coordenação do Bispo Rodrigues?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Sem dúvida, ele era.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor saberia informar se ele também e o próprio Deputado Bispo Rodrigues tinham conhecimento desse acerto do PL com o PT?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não saberia informar, Deputado. Não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas os débitos alegados pelo ex-Deputado Valdemar Costa Neto, que o PT tinha para com o PL, não eram publicizados no âmbito sequer da Liderança, da Executiva ou da bancada?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Na minha presença, não, Deputado. Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Houve em algum momento dentro do PL, que o senhor presenciasse ou conhecesse, algum debate ou algum questionamento até sobre a existência de um grupo coordenado pelo ex-Deputado Carlos Rodrigues, um grupo paralelo?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, ao que me parece isso era bem conforme. Isso era bem posto, era tranqüilo, era uma relação tranqüila interna na Liderança, digamos na composição da bancada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor tinha informação de que, por esse formato de coordenação que o ex-Deputado Carlos Rodrigues exercia, todos os 5 mandatos, ou 6 — parece que o Deputado Wanderval disse aqui que seriam 7 —, se eles...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Parece que havia um do PSL também que era da bancada evangélica.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também da igreja deles. Mas eles tinham uma subordinação ao coordenador?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Certamente, certamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E de onde o senhor sabe desse detalhe?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Porque eles, no ambiente... quando estavam presentes mais de um Deputado, eles sempre se referiam ao Deputado



Carlos Rodrigues como coordenador, e ele dizia as ações que deviam... Isso eu tinha conhecimento que era bem assim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E também o senhor, como funcionário de um gabinete partidário, conhecia funcionários de outros gabinetes de membros do PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não saberia mencionar nenhum assim. Exceto do gabinete do próprio Deputado Valdemar, que era mais próximo, eu não saberia dizer o nome de um funcionário.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Funcionários, servidores dos gabinetes do ex-Deputado Carlos Rodrigues ou do Deputado Wanderval o senhor não conheceu nenhum?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, assim, de nome, de imediato, não me lembro nenhum, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E a relação... Bom, o senhor mencionou aqui que, certamente, a relação de ascendência, uma relação hierárquica forte do ex-Deputado Carlos Rodrigues sobre outros mandatos vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus era evidente. O senhor mencionou que certamente existia. E isso implicava também funcionários, subordinados?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Isso, eu não se dizer, Deputado, eu não tenho... essa... A parte administrativa, a contratação, que o senhor quer dizer, de funcionários. Nesse nível não, porque transpirava a coordenação firme do Deputado Rodrigues, transpirava, eu percebia, tinha conhecimento. Agora, no nível administrativo, eu não saberia dizer.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor teve informações ou teve ciência de que o Deputado Carlos Rodrigues perdeu a sua condição hierárquica na igreja, num determinado momento, e, depois, também perdeu a própria função de coordenação?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Tive, porque foi noticiado também, foi notório.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E foi comentado no partido?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Foi, foi comentado, sim.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E qual era a notícia que correu, por que dessa destituição dele dessas funções?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não... Eu não saberia dizer. Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não teve também curiosidade de saber?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu tive. Eu que não sou da Igreja Universal. E não é por competição intereclesial, não, é porque realmente... Ele... Também por ser da minha terra, não é?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O famoso Deputado Bispo Rodrigues, de repente, passou a ser só Carlos Rodrigues.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Eu não soube qual foi a razão principal de ele ter perdido a função de bispo, a...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Pode ser. A patente, a condição de bispo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor soube também que ele perdeu essa condição de coordenador da bancada da igreja?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Também, posteriormente, eu soube que tinha sido nomeado um novo coordenador no lugar dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quem era o novo coordenador ou é ainda, o senhor sabe?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não sei. Na época, me pareceu um Deputado de Pernambuco, mas não me lembro o nome.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, haveria um novo coordenador?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Isso. Na época houve destituição da coordenação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E também as razões da destituição dele dessa coordenação o senhor não sabe?



O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não, não, não, aí era, realmente... não transpirava. Aí eu não sei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por enquanto, eu fico aqui, sem prejuízo de fazer novas perguntas a partir da colaboração aí dos colegas, se houver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu pergunto ao Dr. Sebastião Neto se tem alguma pergunta a fazer? *(Pausa.)* Não? *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Jacinto, agradeço a sua presença aqui como membro do Conselho.

O senhor tinha algum contato com o Deputado Wanderval?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Tinha, como disse ao Deputado Chico Alencar, eventualmente nas passagens dele pela Liderança, pela Presidência.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas não era um contato de serviço, de prestação de serviço para ele?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não, não, absolutamente não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor nunca repassou recursos ou pegou recursos para o Deputado Wanderval?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nem para o Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Absolutamente não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não era assessor, nem trabalhava com o Deputado Wanderval?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor trabalhava ou assessorava o Bispo Rodrigues?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Também não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor tinha conhecimento que Deputados... que assessores dos outros Deputados, como o Deputado Wanderval, prestava serviços ao Bispo Rodrigues?



O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não. Não, não. Como eu disse ao Deputado Chico Alencar, no nível administrativo, eu não tinha nenhum conhecimento.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor teve conhecimento de que o funcionário ou assessor do Deputado Wanderval prestou o serviço, foi buscar dinheiro para o Bispo Rodrigues?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Provavelmente, ao mesmo tempo que a senhora, pela mídia.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, nobre Relator Chico Alencar, Sr. Jacinto, advogado, o nobre Relator quase que esgotou todas as perguntas que poderíamos fazer. É o mal de quem fala por último. Nem sempre os últimos são os primeiros. Os últimos são os últimos mesmo neste Conselho.

Mas ficou claro, para mim, Sr. Presidente, o que o Sr. Jacinto disse aí, que havia uma nítida hierarquia do Sr. Carlos Rodrigues, ex-Bispo Rodrigues, sobre a facção da Igreja que militava dentro do PL. Eu próprio, quando cheguei ao PL, ainda este ano — quero deixar claro —, de maio deste ano para cá, já tive notícias dessa ascendência forte do Sr. Carlos Rodrigues sobre a bancada do PL. Logicamente, isso veio se dissolvendo ao longo do tempo. Pelo que eu vi, saíram alguns, e também com a saída do Sr. Carlos Rodrigues.

Então, o Sr. Jacinto, embora tivesse pouco contato pelo que eu vi... mas ele também... Essa é a pergunta que eu quero fazer ao Seu Jacinto. O senhor deixou claro, mas queria que o senhor deixasse mais claro ainda para mim. Havia, realmente, essa ascendência forte do Bispo Rodrigues sobre os Deputados que eram da igreja?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Sim, sem dúvida. Eu agora me lembrei de um episódio — parece que foi a eleição da Mesa de 2 anos atrás, ou de 1 ano atrás. Havia uma candidatura de um Deputado deles, do Paraná, Deputado Oliveira Filho. Disso eu tive conhecimento claro.

(Intervenção fora de microfone. Inaudível.)



O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - O cargo pertenceria ao PL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - À Presidência da Casa, não?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não. A 4ª Secretaria, na composição da Mesa, na composição da Mesa. E estava praticamente assente que o Deputado Oliveira Filho ganharia essa eleição. E, no momento de bater o martelo, digamos assim, o Deputado Bispo Rodrigues entrou, interveio na questão e disse: “Não”. Usou até uma expressão deles lá, me parece: *“Irmão, você vai renunciar em favor do Deputado João Caldas.”* Disso eu soube, claramente, na época também. Isso foi uma posição que evidenciou a posição de mando de coordenação forte do Deputado Bispo Rodrigues para mim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu já tinha visto aí claramente. E, como eu já tinha ouvido essas conversas aí, ficou claro, para mim, que, realmente, havia uma posição de mando muito forte do Sr. Carlos Rodrigues sobre os Deputados que compunham o grupo da Igreja Universal dentro do PL.

O senhor tem mais algum outro episódio que constate isso que a gente chegou há pouco tempo mas já ouviu falar nos corredores desta Casa e dentro dos corredores do PL? Tem algum outro episódio que o senhor possa lembrar e contar para nós aqui, neste instante, que evidencie, realmente, esse poder hierárquico do Bispo Rodrigues sobre os Deputados do PL?

O senhor acredita que esses Deputados, inclusive o Deputado Wanderval, obedeciam cegamente ao que o Bispo Rodrigues mandava fazer?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Deputado, eu não me recordo de nenhum outro episódio. Agora, eles atendiam à coordenação... A meu ver, atendiam claramente à coordenação do Bispo Rodrigues, sim. Não me recordo de outro não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Inclusive, nos corredores, Deputado Chico Alencar, conversando com algumas pessoas, eu tenho um episódio de um Deputado que, se não me engano, não era do PL, mas que não deixou de ser Deputado, mas fazia parte dessa coordenação do Bispo, em que o Bispo ligava para o gabinete e dizia: Olha, tira uma passagem em nome de fulano para São Paulo e me manda tantas mil resmas de papel. Ele fazia esse tipo de determinação.



O senhor já presenciou por acaso, Sr. Jacinto, esse tipo de determinação, esse tipo de mando do Bispo Rodrigues sobre algum outro Deputado da sua coordenação?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, senhor. Nesse nível, não Deputado. Não tive conhecimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu pergunto ao Relator se pretende fazer mais alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Jacinto, também há uma indagação já de praxe, quase um bordão aqui do Conselho.

Evidentemente, esses episódios o colocaram numa situação de exposição pública nada positiva, e mexe com a vida de qualquer pessoa. Indago a V.Exa: hoje, fazendo uma revisão desse processo, considerando que nós somos os principais protagonistas da nossa própria história, o senhor faz alguma avaliação crítica? Aliás, o senhor, que é brasiliense; amanhã o Almir Sater, que é um grande compositor, vai cantar aqui. O senhor gosta de Zezé de Camargo e Luciano, que dirá do Almir Sater, que tem uma música sertaneja, a meu juízo, de melhor qualidade, mais sofisticada. Ele diz numa das suas composições que cada um de nós compõe a sua própria história, cada um carrega o dom de ser capaz, de ser feliz. O senhor vive momentos de infelicidade. Inclusive uma coisa que se destacou muito — o senhor também sabe, permita-me esse tom mais informal —, que seu próprio nome foi objeto de muitos comentários, porque é um nome auto-explicativo, como alguns disseram. Muito bem, a partir desse processo, o senhor tendo acabado, involuntariamente, segundo sua alegação, vivido essas situações extremamente difíceis, o senhor faz alguma reavaliação? Se o senhor tivesse que estar nessa condição desde o início de 2003, o senhor faria diferente? Que lições o episódio lhe traz?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Em primeiro lugar, Deputado, queria dizer que nome a gente herda. E meu pai é um homem honrado, que infelizmente está na cadeira de rodas hoje em função de um diabetes. Esse Deputado que o



ofendeu aqui, o senhor sabe a quem está se referindo — o Deputado Roberto Jefferson. Eu não escolhi meu nome, mas tento honrá-lo, e o que eu fiz foi cumprindo ordem. E eu faria de novo, porque naquele momento não havia nada que indicasse nada ilegal e eu acreditava piamente, como acreditaria no meu Líder, que foi meu Líder ali, ou no outro Líder, porque era um funcionário e tinha que cumprir ordens. Agora ofender o meu pai, o nome da minha família por disciplina que ele me ensinou eu acho muito grave. Eu estou fazendo avaliação, realmente vivi momentos emocionais muito fortes, o senhor sabe disso. Tenho uma família que me sustentou e amigos que me sustentaram e francamente não me arriscaria a dizer ao senhor hoje a minha avaliação. Mas estou fazendo, sim, porque quem o senhor conheceu me ensinou também a pensar e avaliar essas situações históricas que se repetem ainda que por farsa, como o senhor como professor de história diria, não é verdade?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hum, hum.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Então prometo que na minha avaliação vamos conversar como amigos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas apenas o senhor considera que mesmo esse procedimento de ir a uma agência, em Belo Horizonte, ou ir a uma agência bancária — a uma agência de publicidade em Belo Horizonte, agência bancária aqui —, pegar aquilo que ficava evidenciado que eram recursos financeiros, e o senhor — volto a repetir essa pergunta, porque agora não me ficou muito claro — considerava ou considera que não era heterodoxo demais, informal demais e que poderia gerar um problema futuro, como acabou gerando?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não considerava, porque o Presidente determinava e me deu uma explicação plausível. O senhor que era do partido, o senhor também tinha um conceito do partido muito concreto, em termos de ética, em termos de práticas. E eu testemunhei o crescimento do PT como o senhor também. Eu acreditava no que ele estava me dizendo. Era um acordo firme dele com o Sr. Delúbio Soares. Eu não tinha que discutir a determinação dele. Cumpria. Não sei como poderia fazer diferente, Deputado.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Após esse processo todo, as suas relações com o ex-Deputado Valdemar Costa Neto continuam? Os senhores tinham uma relação também de proximidade pessoal, de amizade?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não. São relações cordiais. Continuam cordiais, mas não pessoais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não houve um afastamento nem uma aproximação maior?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Ele continua Presidente do partido. Enfim, não há um afastamento, como não havia uma aproximação maior, pessoal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está certo. Só uma observação. Vi que o senhor se emocionou. Aquele comentário que fiz em relação ao nome é porque foi algo jocoso, que não quero lembrar aqui mais. Sinto que o senhor tem toda razão de zelar pelo seu nome. O nome acaba sendo importante e, por sinal, a minha mãe chama-se Jacinta e também já houve algumas brincadeiras, porque é um nome pouco comum. Mas isso é absolutamente secundário. Fundamentais foram as suas informações aqui, que só me destacaram — falo isso perante o advogado do Representado — como seria importante também a colaboração que ele, sobretudo como alguém que já exerceu mandato público, tinha obrigação de dar, do ex-Deputado Carlos Rodrigues, que é uma peça importantíssima no deslinde desse processo todo. Mas ele, infelizmente, não quer fazê-lo. A última informação que ele deu ao Conselho é que estará fora do País até o ano que vem. E nós ficamos com essa insuficiência, que prejudica o processo e obviamente, também, por consequência, o Relator e o Representado. Não é o seu caso, que informou aqui, sob o juramento de falar a verdade, tudo o que o senhor tinha para dizer. Eu espero que possamos fazer algum proveito disso.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Presidente, talvez o Dr. Jacinto Lamas possa nos dar uma visão panorâmica para justificar uma coincidência bastante estranha. Uns falam que não é coincidência lógica de Deus juntar tanta gente podre, como se juntou após a revelação desse episódio todo. Quando eu falo de gente



podre, é peixe podre mesmo. É que, às vezes, convivem com os sadios. O Presidente do PT é Genoino; o Presidente do PL é Valdemar; o Presidente do PP é Pedro Corrêa; o Presidente do PTB é Roberto Jefferson. Que fauna, Sr. Presidente! Evidentemente, o Dr. Jacinto poderia fazer uma análise relacionada com esse fenômeno existente dentro desta Casa. Porque, o que acontece? Qual é a razão, por exemplo, da renúncia do ex-Deputado Valdemar Costa Neto? Qual é a preocupação que o Roberto Jefferson tinha de se juntar com um ex-Presidente de partido que também foi defenestrado nesta Casa há pouco tempo, o ex-Deputado Dirceu?

Quero dizer — o advogado está presente — que isso é um forte... É um conceito latifundiário, vamos chamar assim, que nos leva a admitir que esses Presidentes têm a grande responsabilidade da armação desse desastre cívico que nós estamos presenciando ainda. Eu gostaria de ouvi-lo. V.Sa. tem só na aparência a jovialidade, mas deve ser também tangido pelo óleo da idade e do talento, para que nós possamos adivinhar por que razão isso tudo aconteceu e que coincidência é essa de esse grupo sadio, em termos críticos, ter assumido a responsabilidade disso tudo, que nós sentenciamos como eles responsáveis mesmos. Qual é?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Deputado Nelson Trad, seria aventureiro de minha parte, com tantas pessoas brilhantes aqui no plenário, os Srs. Parlamentares, eu tentar fazer um julgamento, uma análise que me parece de profundidade muito grande, especialmente eu estando — depois dessa pergunta última do Deputado Chico — muito ainda emocionado com o que ele mencionou aqui, que, na época, me afetou profundamente. Eu não saberia fazer essa análise, e acho que seria muita pretensão minha fazer análise, ainda que eu tenha idade e tenha o convívio com pessoas que me transmitiram muito conhecimento. Mas eu não poderia avaliar para o senhor. É um processo muito complexo, muito profundo, politicamente. Eu teria que teorizar muito, e eu me sinto abaixo dessa capacidade.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Mas V.Sa. não acha normal isso, essa coincidência ou essa lógica de Deus juntar esse time, esse escrete?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Eu não saberia fazer juízo de valor nesse nível, Deputado, desculpe.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - V.Sa. ainda tem vínculo com o partido?



O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Tenho, claro.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - V.Sa. ainda trabalha com o ex-Deputado Valdemar Costa Neto?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não. Não diretamente. Eu fico mais por conta da...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sim, mas indiretamente. Quem é que paga o...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Como eu disse no início do depoimento, Deputado, eu continuo prestando serviço ao...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - A sede é a mesma?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - É a mesma.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ele continua Presidente?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Continua Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ele é visitado por esses colegas que eu referi ou esses colegas dele, atualmente?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Suponho que sim, suponho que sim.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - O senhor supõe ou na realidade vai nos ajudar, como um cidadão republicano mesmo? Tem visto algum desses homens lá?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Deputado, eu, pessoalmente, não tenho ido à sede do partido, por isso eu não saberia dizer se eles estão indo lá. Mas, provavelmente, sim, porque na sede do partido os Parlamentares devem ir, eu suponho. Por isso eu disse “supor”, certo?

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - É. Agora vou fazer uma pergunta que, inclusive, se fosse no fórum onde evidentemente o seu advogado deve frequentar — e não sei se V.Sa. frequenta... Não é um juízo de valor que eu quero que V.Sa... V.Sa. considera a renúncia do ex-Deputado Valdemar um ato heróico ou uma autopunição? Pode confidenciar, nós queremos...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS - Não, não, não... De qualquer forma, seria um juízo de valor. Eu acho que é uma questão de foro íntimo. Ele deve ter feito uma análise, Deputado, e julgado que o melhor para ele, naquele momento, em termos da perspectiva de Conselho de Ética — é o que eu penso hoje... Em termos



de perspectiva de Conselho de Ética, de plenário, ele deve ter achado que o melhor seria renunciar. É o que posso dizer para o senhor, está bem?

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, ainda ofereço a palavra ao Dr. Sebastião Neto. Não deseja? (*Pausa.*) Pois não.

Srs. Deputados, na segunda-feira, nós vamos fazer uma reunião no gabinete da Presidência. Eu gostaria que os Relatores encaminhassem a esta Presidência a posição de cada processo, quer dizer, um tipo de organograma e a posição dos processos. A partir das 16 horas. E, na terça-feira, dia 13 de dezembro, às 10 horas, eu convoco V.Exas. para reunião a realizar-se com as oitivas de 5 testemunhas do Deputado Pedro Corrêa. É o Processo nº 13, de 2005, Representação nº 50, de 2005, e o Relator é o nobre Deputado Carlos Sampaio.

Então, aguardo a presença de V.Exas., os titulares e os suplentes. Espero — e este Conselho de Ética gostaria —, que sejam os mesmos titulares que estão desde o começo de todos esses processos, inclusive os Deputados que hoje estão no PSOL.

Está encerrada a sessão.